

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Escola Superior de Desenho Industrial
Maria Eduarda Rocha Campos
Orientadora: Professora Doutora Barbara Castro

Histórias da Guerrilha

Visualização de Dados em Memória das Vidas Perdidas
Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira

Rio de Janeiro, dezembro de 2025

Meu pai contou para mim;
Eu vou contar para meu filho.
Quando ele morrer?
Ele conta para o filho dele.
É assim: ninguém esquece.

Kele Maxacali, indígena da aldeia de Mikael, Minas Gerais, 1984.
(Brasil: Nunca Mais, 1985)

Agradecimentos:

A todos os professores que caminharam comigo ao longo desse percurso, especialmente à minha orientadora, Barbara Castro. Obrigada pela presença constante e pelos incentivos semanais.

À banca de Anteprojeto, Ricardo Arthur e Júlia Giannella, a visão de vocês foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas amigas Esdianas, o grupo mais diverso e criativo que tenho: vocês me inspiram demais. Quero continuar acompanhando vocês de perto.

Aos meus amigos mais antigos, aqueles que acompanham todas as fases: obrigada por me impulsionarem a sempre sonhar mais alto. O desejo de estar perto de vocês não desfaz a mala.

Aos meus pais, Vanessa e Ronaldo, minha maior torcida: o apoio e o incentivo de vocês são essenciais. Obrigada por terem acreditado, mesmo nos momentos em que até eu achei que o passo era grande demais.

Ao meu irmão e amigo, João Gabriel, obrigada pelas ajudas técnicas, pelas críticas constantes e pelas tantas discussões na cozinha. O meu olhar crítico e atento, eu herdei de você.

Ao meu companheiro, Luiz Bines, que seria a pessoa mais apta a apresentar este projeto em meu lugar: obrigada por todo o suporte técnico e emocional. Esse projeto não teria tanta graça se não tivesse sido compartilhado com você. Além disso, agradecimento especial pela base de dados, que foi essencial para o projeto.

À Vovó Lisette, que sempre me incentivou a me aventurar pelo mundo. Estou em mais uma aventura, você estaria orgulhosa.

À Tia Cacau e à Vovó Anette, penso em vocês todos os dias.

À Iara Xavier, obrigada por ter feito tanto pelo Arnaldo e pelo país. A sua luta me inspira.

E, à família Rocha: este projeto é para vocês.

Resumo

Este trabalho apresenta um projeto de **Humanidades Digitais** integrado à **Visualização de Dados**, focado em dar visibilidade a histórias silenciadas de vítimas da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O trabalho tem como **objetivo** traduzir o conteúdo do Volume III do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que lista 434 pessoas mortas ou desaparecidas, em uma experiência acessível, legível e intuitiva para o público.

A **metodologia** envolveu o tratamento e a estruturação dos dados do relatório da CNV para converter o texto em bases de dados estruturadas com os seguintes dados: **nome, sexo, filiação, atuação profissional, organização política, tipo de morte, data e local (cidade, estado e região) de nascimento, data e local (cidade, estado e região) da morte**. Esse processo permitiu o agrupamento das 434 vítimas em uma **visualização de dados exploratória e interativa**. Além disso, foi desenvolvido um **protótipo de site** com os **perfis das vítimas**, onde é possível ler as suas histórias de vida, ver suas fotos e encontrar hiperlinks para aprofundar nas suas histórias.

O protótipo foi apresentado a dois professores que participaram da CNV e a um especialista em visualização de dados. Todos demonstraram interesse e engajamento, validando a pesquisa e confirmando tanto a eficácia da navegação quanto a clareza da narrativa proposta.

Palavras-chave: Memória e Verdade. Ditadura Civil-Militar. Visualização de Dados. Humanidades Digitais. Comissão Nacional da Verdade, Design de Interação.

CAMPOS, Maria Eduarda Rocha. Histórias da Guerrilha: Visualização de Dados em Memória de Vidas Perdidas Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira. 2025. TCC (Graduação) - Curso de Design, Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Lista de figuras

Figura 1: Linha do tempo da ditadura brasileira.....	19
Figura 2: Número de mortos e desaparecidos políticos por período.....	20
Figura 3: Propaganda em revista sobre os cartões perfurados.....	24
Quadro 1: Indicadores visuais (YAU, 2013).....	30
Figura 4: Ilustração dos Sistemas de Coordenadas.....	31
Figura 5: Exemplo de um gráfico.....	32
Figura 6: Taxonomia de figuras de retórica pictóricas.....	34
Figura 7: Recursos do gradiente de interatividade.....	36
Figura 8, 9 e 10: Imagens do site Cova Medida.....	39
Figura 11: Imagem das representações visuais das vítimas relatadas no Cova Medida.....	40
Figura 12: Imagem para ilustrar as visualizações utilizadas no perfil de cada vítima.....	41
Figura 13: Imagem para ilustrar as visualizações na contextualização geral dos casos.....	42
Figura 14: Imagem para ilustrar as possibilidades de filtragem.....	43
Figura 15 e 16: Imagem do site No epicentro em dois momentos da narrativa.....	45
Figura 17: Gráfico de mortes pela Covid-19 no Brasil.....	47
Figura 18: Minibiografia da vítima Arnaldo Cardoso Rocha.....	49
Figura 19: Autores do assassinato da vítima Arnaldo Cardoso Rocha.....	50
Figura 20: Planilha de descrição das rotas das vítimas.....	52
Figura 21: Gráfico de nascimento por região do Brasil ou Fora do Brasil.....	53
Figura 22: Gráfico de morte por região do Brasil ou Fora do Brasil.....	54
Figura 23: Gráfico aluvial de local de nascimento e morte por região.....	54
Figura 24: Gráficos de nascimentos e mortes fora do Brasil.....	55
Figura 25: Gráficos de pessoas envolvidas com mais de 10 vítimas.....	57
Figura 26: Exemplo de grupos do agrupamento final.....	58
Figura 27 e 28: Navegação 1 e 2 do site.....	59
Figura 29: Frame do vídeo-banner.....	61

Figura 30: Rascunhos de baixa fidelidade agrupamento de rotas.....	63
Figura 31: Rascunhos de baixa fidelidade para visualização com foco em hiperlinks.....	64
Figura 32: Experimentação do Gráfico de Matriz de Pontos com dados da região.....	65
Figura 33: A legenda e a bandeira final.....	66
Figura 34: Visualização geral dos mortos separados por região.....	67
Figura 35: A bandeira e o menu para filtrar as propriedades desejadas.....	68
Figura 36: Páginas dos perfis agrupadas.....	69
Figura 37: Página “Os Outros”	70
Figura 38 e 39: Página “A Comissão”	71
Figura 40: Paleta de cores.....	72
Figura 41: Jornal Folha da Tarde, 1972. Fonte: Arquivo Nacional. Edição própria.....	73
Figura 42: Hierarquização tipográfica.....	74
Figura 43: Exemplo de layout de citação junto com fotografia.....	75
Figura 44: Taxonomia da informação como legenda e aplicada no texto.....	76
Figura 45 e 46: Antes e depois da página do perfil.....	80
Figura 47 e 48: Antes e depois dos filtros.....	81

Lista de Siglas:

AI - X - Ato Institucional nºX

ALN - Ação Libertadora Nacional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CEV-Rio - Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

CIE - Centro de Informações do Exército

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DL - Decreto Leis

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MVP - *Minimum Viable Product* (Produto Mínimo Viável),

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UNE - União Nacional dos Estudantes

Sumário:

1. Introdução.....	5
1.1 Motivação.....	7
1.2 Objetivo:.....	7
2. Contextualização do tema:.....	8
2.1 O Brasil no início dos anos 60.....	8
2.2 Repressão e os Atos Institucionais.....	9
2.3 A Resistência.....	11
2.3.1 Luta Armada e Clandestinidade.....	12
2.4 Democracia e Comissão Nacional da Verdade.....	13
3. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:.....	14
4. Humanidades Digitais e Visualização de Dados.....	17
4.1 Design nas Humanidades Digitais.....	19
4.2 Elementos na visualização.....	23
4.2.1 Retórica nos elementos visuais:.....	27
4.3. Recursos de interatividade em interfaces.....	29
5. Análise de Similares:.....	31
5.1 Cova Medida:.....	31
5.1.1 Análise do projeto gráfico:.....	32
5.1.2 Análise dos elementos na visualização:.....	33
5.1.3 Análise dos recursos de interatividade.....	35
5.1.4. Considerações sobre o projeto:.....	37
5.2 No Epicentro:.....	37
5.2.1 Análise dos elementos na visualização:.....	39
5.2.2 Análise dos recursos de interatividade:.....	39
5.2.4. Considerações sobre o projeto:.....	40
6. Estruturação do banco de dados:.....	41
6.1 Tratamento e análise dos dados:.....	44
7. Desenvolvimento do Site:.....	50
7.1 Estruturação:.....	50

7.1.1 Construção da Narrativa:.....	52
7.1.2 Visualização das Geral das Vítimas:.....	53
7.1.3. Perfil das Vítimas e Páginas Complementares:.....	60
7.2 Codificação visual:.....	62
7.2.1 Taxonomias das informações:.....	65
8. Validação com pesquisadores da CNV:.....	66
8.1 Roteiro da Validação:.....	67
8.2 A Validação e os Feedbacks:.....	68
9. Conclusão:.....	71
10. Referências:.....	73

1. Introdução

A memória nunca é neutra. Ela é marcada por ausências, presenças e reconstruções. Lembrar não é simplesmente recuperar o que aconteceu, mas reorganizar, reinterpretar e, muitas vezes, reinventar o passado. Como aponta Altmayer (2022), recordar é um gesto criativo e seletivo - não um ato objetivo. A memória não retorna como um retrato fiel dos acontecimentos, mas se reinventa a partir das escolhas, dos esquecimentos e das transformações de quem a acessa. Com relação a eventos coletivos, a importância de se recordar se torna ainda maior.

O golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil teve início em 1 de abril de 1964 e se estendeu até 15 de março de 1985. Segundo as Memórias da Ditadura Militar (2025), o golpe foi realizado por uma coligação de forças e interesses, composta pelo empresariado brasileiro, por latifundiários, e por empresas estrangeiras instaladas no país. O poder foi centralizado nas mãos das Forças Armadas, que utilizaram a força e a intimidação como instrumentos para silenciar opositores e manter o controle político. Entre os episódios mais duros desse regime, destacam-se a prática contínua de prisões sem justificativa legal, torturas brutais, execuções extrajudiciais e o desaparecimento de inúmeros militantes, muitos dos quais permanecem até hoje sem paradeiro conhecido.

Com o objetivo de promover a investigação e o esclarecimento público sobre as graves violações de direitos humanos cometidas durante o período da ditadura, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012. Em seu Terceiro Volume (2014), a Comissão registrou os casos de 434 pessoas mortas ou desaparecidas. Este projeto tem como proposta dar visibilidade a histórias silenciadas pelo Estado brasileiro, revelando aspectos ainda pouco conhecidos pelo público geral e contribuindo para a preservação da memória sobre a ditadura civil-militar. É um trabalho de humanidades digitais integrado à visualização de dados. Durante o anteprojeto, abordamos a etapa de pesquisa e a análise das informações sobre as pessoas cujas trajetórias serão contadas traçando os caminhos que percorreram em vida e em morte, com base nos dados disponíveis no Terceiro Volume do Relatório Final da CNV. No segundo semestre, aprofundamos as etapas de análise, definimos a experiência e desenvolvemos o protótipo de um mínimo produto viável (MVP) de um site dedicado a contar as histórias de vida das vítimas do Estado brasileiro, com base nos dados do Terceiro Volume do Relatório Final da CNV e nos dossiês enviados pelos familiares à Comissão.

O **primeiro capítulo** apresenta as motivações pessoais e acadêmicas que impulsionaram a realização do projeto, bem como os objetivos a serem alcançados. O **segundo capítulo**, contextualiza historicamente o tema, abordando o cenário político e

social do Brasil antes e durante a ditadura civil-militar. O **terceiro capítulo** detalha a Comissão Nacional da Verdade, os seus relatórios e o seu legado. O **quarto capítulo** discute o campo das Humanidades Digitais e sua relação com o Design, destacando a importância dos elementos visuais e da interatividade para a construção de narrativas digitais. O **quinto capítulo** apresenta a análise de projetos semelhantes, que serviram como referência para o desenvolvimento desta proposta. O **sexto capítulo** descreve a concepção do projeto. O **sétimo capítulo** detalha a fase de desenvolvimento do site. O **oitavo capítulo** aborda o processo de validação com os entrevistados. Por fim, o **nono capítulo** traz a conclusão.

1.1 Motivação

Meu tio-avô, Arnaldo Cardoso Rocha, foi envolvido na guerrilha e foi assassinado em 1972. Sua história marcou a minha família e, conseqüentemente, a mim. Por isso, dedico-me a investigar histórias de cidadãos assassinados pela ditadura, inclusive a dele. Minha intenção é dar visibilidade a episódios relatados pela Comissão Nacional da Verdade, evidenciando as incongruências e as brutalidades do regime civil-militar.

Outro fator impulsionador desta pesquisa é a urgência em preservar e reafirmar a memória da ditadura civil-militar brasileira. Hoje, 2025, vivemos um cenário internacional marcado pelo avanço da extrema-direita em diversos países, com reflexos diretos na política nacional. No Brasil, a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023 evidencia a fragilidade da democracia e a importância de revisitar o passado recente. Este trabalho pretende contribuir para a preservação da memória, reforçando que o país já viveu um regime autoritário e violento, cujas marcas ainda ecoam. Manter viva a memória dessas violações é essencial para que as dores da nossa história não sejam apagadas e, principalmente, para que não se repitam.

1.2 Objetivo:

O objetivo deste projeto é **dar visibilidade às histórias de indivíduos cujas vidas foram silenciadas pelo Estado brasileiro**, revelando histórias ainda pouco conhecidas pelo público. Ao utilizar os dados da CNV, proponho contar um pouco mais dessas vítimas, para que o público conheça quem elas foram. Por meio de uma visualização de dados exploratória, acessível em um site, a proposta é oferecer ao leitor uma experiência

interativa, que exige uma leitura ativa, servindo como uma fonte de consulta sobre as vidas e os assassinatos de cidadãos vítimas do Estado.

Os objetivos específicos deste projeto são:

- **Aprofundar o entendimento** sobre os indivíduos que entregaram suas vidas à luta armada contra a ditadura;
- **Analisar os perfis** das pessoas assassinadas, identificando padrões e agrupamentos que revelem similaridades além daquelas já mapeadas pela CNV;
- **Investigar casos díspares**, a fim de compreender suas especificidades e lacunas;
- **Explorar o uso de ferramentas** de visualização como método do processo investigativo e de construção de recortes possíveis;
- **Criar e disponibilizar** uma base de dados acessível para o público, utilizando as informações disponíveis no Terceiro Volume da CNV;
- **Prototipar e desenvolver** uma plataforma de visualização de dados exploratória, onde será possível percorrer por diferentes histórias de indivíduos durante a ditadura;
- **Apresentar o site** para um grupo de atores para compreender se o objetivo foi cumprido.

A proposta é utilizar a visualização de dados como uma ferramenta de sensibilização, incentivando o leitor a compreender as circunstâncias enfrentadas nesse período. Esse tipo de abordagem proporciona uma experiência personalizada, na qual o usuário pode traçar percursos próprios a partir dos dados apresentados. Ao construir essas perspectiva das vítimas, a intenção é não apenas transmitir dados históricos, mas também ampliar o conhecimento, aproximando o leitor das dimensões humanas e emocionais que envolvem cada história de vida interrompida pela repressão.

2. Contextualização do tema:

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi marcado por repressão, censura, tortura e restrição de direitos políticos. Durante esse período, as Forças Armadas consolidaram seu poder e utilizaram mecanismos de força e controle para sufocar a oposição e impor a continuidade da ditadura.

2.1 O Brasil no início dos anos 60

No começo dos anos 1960, o Brasil vivia um intenso impulso rumo à modernização com a inauguração de Brasília que foi um símbolo de uma esperança de progresso, que almejava mais indústrias, mais empregos e mais riqueza. No entanto, era um país marcado por uma forte polarização. O site Memória da Ditadura Militar (2025) relata que, de um lado havia setores que defendiam a modernização econômica alinhada aos interesses internacionais e à manutenção da ordem tradicional; de outro, grupos que buscavam mudanças, com maior justiça social e desenvolvimento autônomo. Essas visões opostas geravam tensões crescentes entre as elites conservadoras, militares, trabalhadores, integrantes de movimentos sociais e setores progressistas, criando um cenário de intensos conflitos políticos e sociais que dividiram o país.

Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, o então Vice-Presidente, João Goulart (Jango) assumiu sob regime Parlamentarista. Em 1963, o Presidente Jango recupera o regime Presidencialista e lança as **Reformas de Base** (agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária (ou fiscal) e educacional). Seu governo teve apoio popular, mas enfrentou forte resistência do Congresso, da elite e de grupos militares, o que levou a manifestações como o Comício da Central (13 de março de 1964), quando Jango defende as reformas em curso. A resposta da oposição foi a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade** (19 de março de 1964), com 400 mil pessoas nas ruas de São Paulo, como uma reação defensiva ao que setores da direita consideraram um “ataque” do governo Goulart às oposições e aos valores cristãos (CORDEIRO, 2021). A polarização política e a crise econômica culminam na deposição de Jango e na instauração do regime militar.

2.2 Repressão e os Atos Institucionais

Em 9 de abril de 1964, o regime militar publicou um manifesto à nação sob a forma de norma jurídica, que ficaria conhecido como Ato Institucional no 1 (AI-1), oficializando a vitória do movimento civil-militar que depôs o governo constitucional de João Goulart.

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (BRASIL, 1964a, p. 1).

Como destaca o projeto Memórias da Ditadura (2025), desde o início, o novo regime buscou construir um aparato legal para se institucionalizar e legitimar perante a opinião pública, especialmente junto aos setores liberais que haviam apoiado a queda de Jango. Um dia após a publicação do AI-1, segundo o Primeiro Relatório da CNV (2014), foi divulgada a primeira lista de cassações, contendo 102 nomes — entre eles, congressistas, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e ministros do governo deposto. A partir desse momento, o regime acelerou a implementação de instrumentos legais para sustentar a repressão.

Em outubro de 1965, foi promulgado o Ato Institucional nº 2 (AI-2) (BRASIL, 1964a, p. 1), que dissolveu todos os partidos políticos e instituiu eleições indiretas para presidente da República, controladas pelo Congresso sob influência dos militares. O AI-2 também estabeleceu um novo sistema bipartidário, limitando a organização política à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime, e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição permitida (BRASIL, 1964a, p. 1). Em fevereiro de 1966, o AI-3 ampliou as restrições democráticas, determinando que as eleições para governadores e vice-governadores passariam a ser indiretas, realizadas por colégios eleitorais (BRASIL, 1966a, p. 1). Já o AI-4, editado em 7 de dezembro de 1966, convocou o Congresso Nacional para votar e promulgar uma nova Constituição proposta pela Presidência da República, revogando de forma definitiva a Constituição de 1946 (BRASIL, 1966a, p. 1).

Em 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou o auge do autoritarismo no regime militar ao ampliar significativamente os poderes repressivos do Executivo. O AI-5 autorizava o presidente da República a cassar mandatos eletivos nos âmbitos federal, estadual e municipal, além de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos, tudo isso sem as limitações previstas na Constituição (BRASIL, 1968a, p. 1). O ato também eliminava garantias constitucionais essenciais, como a vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade no serviço público, isso significou que os funcionários públicos — incluindo juízes, professores, diplomatas e servidores de carreira — perderam a proteção que assegurava que eles não poderiam ser demitidos, transferidos ou removidos arbitrariamente. Além disso, o artigo 10º do AI-5 suspendia a garantia do habeas corpus em casos de crimes políticos, abrindo caminho para cassações em massa, suspensão de direitos políticos, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos. Com duração de 1968 a 1978, esse período ficou conhecido como os Anos de Chumbo.

Além disso, segundo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, foram decretadas sucessivas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis (DLs) — uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DLs 510 e 898) — que serviram como instrumentos para conferir uma aparência de legalidade à intensificação da repressão.

O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade da Nação e do Estado com a vontade do regime. Se o alvo inicial eram apenas os opositores no plano partidário e na luta política clandestina, de fato a lei terminaria fulminando também a liberdade de imprensa. Ao estabelecer que os jornais e emissoras de rádio e televisão deviam contribuir para o fortalecimento dos objetivos nacionais permanentes, abria caminho para proibi-los de divulgar críticas contra autoridades governamentais, pois não poderiam indispor a opinião pública contra elas, gerando animosidade ou a chamada guerra psicológica adversa. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, p. 20)

2.3 A Resistência

As primeiras manifestações de resistência ao golpe de 1964 começaram já no dia 1º de abril. Com o objetivo de defender a legalidade do governo de João Goulart, deputados

como Rubens Paiva e organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) fizeram pronunciamentos pela Rádio Nacional, de acordo com o site Memória da Ditadura Militar (2025). Esses discursos convocavam a população a se organizar em seus setores e associações para realizar uma greve geral e protestar em apoio ao governo e às reformas ameaçadas pelos golpistas. No entanto, rapidamente esses deputados foram cassados e as entidades, declaradas ilegais.

Durante a Ditadura Militar, a sociedade brasileira protagonizou dois grandes ciclos de protestos públicos contra o regime. O primeiro, entre 1966 e 1968, foi liderado pelos estudantes, que organizaram greves, passeatas e congressos clandestinos, enfrentando forte repressão policial, prisões e mortes. O auge desse movimento foi a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968. No mesmo ano, os operários também voltaram às ruas, realizando as primeiras grandes greves desde 1964, apesar das frequentes intervenções do governo nos sindicatos.

Ao longo desse período, as Forças Armadas intensificaram a repressão, desarticulando gradualmente essas mobilizações. Em julho de 1968, a proibição de manifestações públicas em todo o país marcou o aprofundamento do autoritarismo e da censura.

A partir de 1970, tem início a segunda onda de protestos. Ampliava-se a insatisfação social diante da censura, do AI-5 e da repressão policial a qualquer atividade política não alinhada ao regime. Além dos estudantes, entidades representativas da classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), também romperam com o governo militar.

2.3.1 Luta Armada e Clandestinidade

A oposição armada à ditadura foi organizada por partidos e grupos clandestinos com estruturas rígidas, baseadas em células — pequenos núcleos de militantes que se conectavam por lideranças intermediárias até o comitê central. Esses grupos realizavam intensos debates teóricos, fundamentados em textos marxistas e revolucionários.

Após optarem pela luta armada, os militantes passavam a executar tarefas organizativas, logísticas, de propaganda, informação ou ações militares. Para isso,

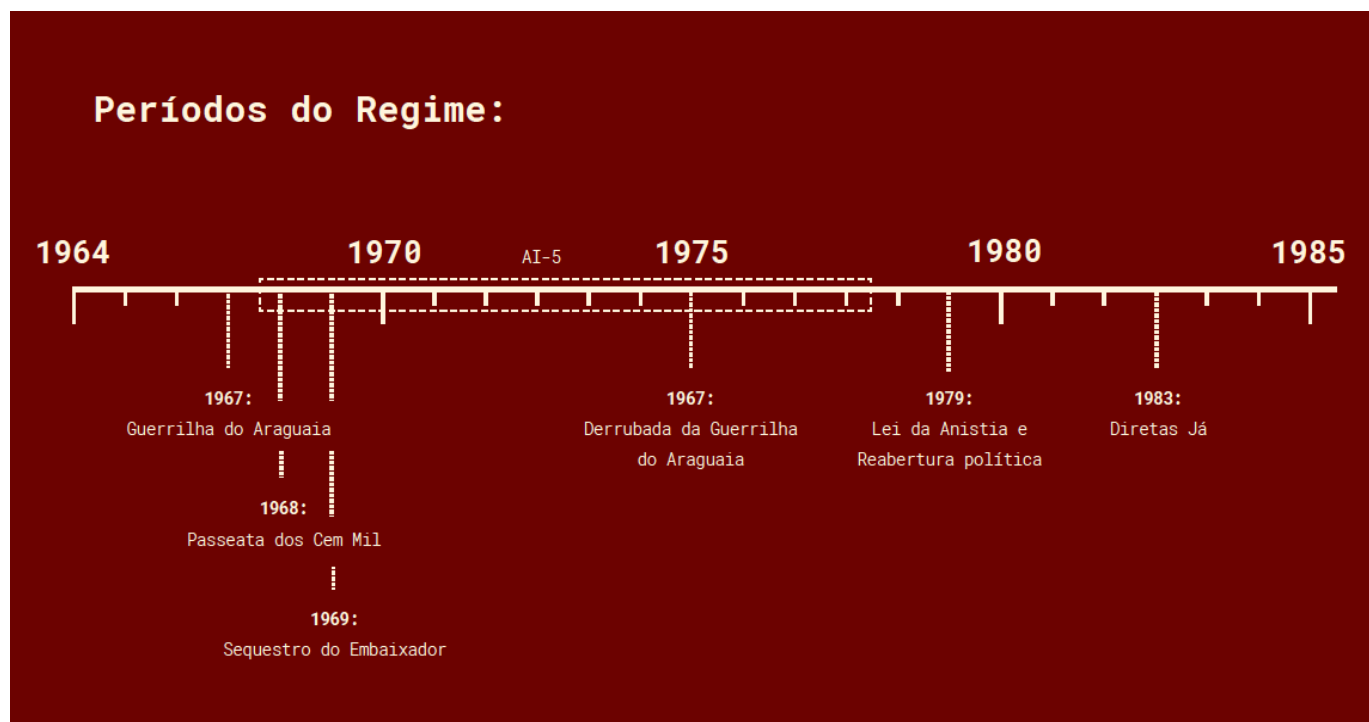
abandonavam a vida civil, assumiam nomes falsos e ingressavam na clandestinidade. Viviam em locais chamados “aparelhos”, constantemente trocados para evitar rastreamento. Os encontros eram realizados em “pontos”, onde a troca de informações era rápida e discreta.

Alguns militantes mantinham uma vida civil aparentemente normal, estudando ou trabalhando para apoiar as operações. Com o avanço das técnicas de repressão, viver na clandestinidade tornou-se cada vez mais difícil. A prisão de um companheiro exigia mudanças imediatas de local, pois, sob tortura, havia risco de delação.

Enquanto a Aliança Libertadora Nacional (ALN) priorizava ações urbanas para financiar uma futura guerrilha rural, o PCdoB acreditava na força dos camponeses como base para a revolução, apostando na luta armada no campo. No plano teórico, pretendiam criar zonas rurais libertadas que cercariam as cidades.

Uma das ações mais marcantes ocorreu em setembro de 1969, com o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick por militantes do MR-8 e da ALN, resultando na libertação de 15 presos políticos. No entanto, a morte de líderes como Carlos Marighella, entre 1969 e 1971, evidenciou o enfraquecimento da luta armada, cada vez mais isolada e sob intensa repressão. Nesse período, as organizações urbanas foram progressivamente desarticuladas. Já a guerrilha rural no Araguaia, iniciada em 1967, resistiu até 1975, quando foi definitivamente derrotada pelo Exército.

Figura 1: Linha do tempo da ditadura brasileira.



Fonte: Elaboração própria

3. A Comissão: Mandato, Produção e Legado

Com o objetivo de promover a apuração e a divulgação das graves violações de direitos humanos praticadas no país, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, que perdurou de 2012 a 2014. Sua principal missão foi resgatar a memória e os fatos relacionados às violações ocorridas entre **1946 e 1988**, tanto dentro quanto fora do território brasileiro. A escolha desse recorte temporal mais amplo se deve ao entendimento de que os **antecedentes e os desdobramentos da ditadura** — como as práticas de repressão política que começaram ainda no período democrático e os efeitos prolongados da violência estatal após o fim formal do regime — são **fundamentais para compreender a totalidade das violações**. Assim, a Comissão buscou preencher as lacunas existentes na história nacional e contribuir para o fortalecimento dos valores democráticos.

De acordo com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR, há registros de 7.367 acusados e 10.034 atingidos durante a fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional — sem contar as milhares de prisões políticas não registradas, as quatro condenações à pena de morte, cerca de 130 banimentos, 4.862 cassações de direitos políticos, além das ondas de exilados e das centenas de camponeses e indígenas assassinados. Entre os agentes estatais reconhecidos como responsáveis por atos de tortura e assassinato, 337 foram identificados.

A **Figura 1** ilustra a distribuição temporal dos casos de mortos e desaparecidos políticos por período, evidenciando que o maior número de casos registrados pela CNV ocorreu durante a vigência do **AI-5**, período em que 351 pessoas foram assassinadas.

Figura 2: Gráfico de área representando o número de mortos e desaparecidos políticos por período



Fonte: Elaboração própria

3.1 O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade

O trabalho da CNV foi consolidado no **Relatório Final**, entregue em dezembro de 2014. O documento final está estruturado em três volumes, totalizando 4.328 páginas, detalhando o contexto, as temáticas e as vítimas:

Volume I:

A Comissão Nacional da Verdade e as Estruturas do Estado: Descreve as atividades da CNV, seu mandato legal e os antecedentes históricos. Analisa as torturas, execuções e mortes decorrentes de tortura como práticas sistemáticas de graves violações, abordando o contexto histórico das violações entre 1946 e 1988 e a participação do Estado brasileiro em violações no exterior.

Volume II:

Textos Temáticos

Compila textos que aprofundam as violações sofridas por grupos específicos, com análises detalhadas sobre a repressão em diferentes setores da sociedade, como: **indígenas, comunidade LGBTQIA +, trabalhadores e camponeses**. Este volume foi produzido por assessores e pesquisadores contratados e, por essa razão, não foi assinado individualmente pelos sete membros da CNV, diferentemente dos Volumes I e III.

Volume III:

Mortos e Desaparecidos Políticos

Integralmente dedicado às vítimas de morte e desaparecimento político, atendendo a uma reivindicação histórica dos familiares. Nesse volume, são registrados **os perfis das vítimas, incluindo fotografia, filiação, atuação, vínculo político, data e local da morte, biografia, e as conclusões da CNV sobre as circunstâncias e os responsáveis**.

A separação das vítimas no relatório levanta a crítica sobre a **hierarquização das vítimas**. O foco nos perfis individuais do **Volume III**, embora crucial para a memória, contrasta com as vítimas abordadas nos temas do **Volume II**, onde o perfil pode ser menos desenvolvido ou contextualizado de forma mais coletiva. Conforme aponta Andrea Schettini (2023):

Nesse sentido, o relatório final narra as histórias das vítimas fatais da ditadura, ao mesmo tempo em que inscreve em seu texto, através de lacunas e silêncios, uma série de biografias faltantes. Nomeia, reconhece e publiciza graves violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que oculta, e exclui violências e vítimas.

3.2 O Legado em Disputa e a Frustração das Expectativas Democráticas

Ainda sobre as limitações e o contexto do trabalho da CNV, Andrea Schettini (2023) destaca que o impacto do relatório não se restringe ao registro do passado, mas reside em sua **capacidade de dialogar com as violências e as lutas sociais do presente**. A autora argumenta:

Sem refutar os avanços da CNV, sustenta-se que o legado de uma comissão da verdade – no que tange à construção de memórias e à produção de suportes para as lutas sociais – depende necessariamente da construção de um forte elo com a crítica da violência no presente e com as lutas por memória, verdade, justiça e reparação.

Neste sentido, a CNV foi criticada pela **falta de diálogo com os movimentos sociais e pela delimitação restritiva do perfil das vítimas**.

Essa limitação, especialmente no **Volume III** do relatório, que priorizou o registro individualizado de mortos e desaparecidos políticos com um perfil mais circunscrito, fez com que a CNV não obtivesse o apoio de movimentos sociais mais amplos. Segundo Pedretti (2025, APÊNDICE B), essa adesão poderia ter aumentado o alcance e a força do relatório na sociedade.

Nesse contexto, vale destacar o trabalho complementar da **Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio)**, instaurado em 2013 e com atuação de dois anos e oito meses. Focada no estado do Rio de Janeiro, a CEV-Rio buscou esclarecer casos de prisão ilegal, tortura, assassinato, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Um dos aspectos mais relevantes revelados por essa comissão foi a relação entre o endurecimento da repressão — especialmente após a promulgação do AI-5 — e o impacto direto nas comunidades periféricas. Lideranças locais foram presas, associações de moradores sofreram intervenções autoritárias e os despejos forçados se intensificaram. Estima-se que, nesse período, aproximadamente 90 mil pessoas foram removidas de suas casas. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se os incêndios criminosos em favelas — sendo o mais emblemático o da Favela da Praia do Pinto, que deixou milhares de pessoas desabrigadas e acelerou o processo de remoção da comunidade.

A limitação da CNV não se restringiu, contudo, apenas ao escopo das vítimas reconhecidas ou à falta de diálogo com a base social. Lucas Pedretti (2025, APÊNDICE B) também aponta uma falha estratégica fundamental na **difusão e tradução dos achados** da Comissão para a sociedade. A produção do relatório foi vista como um fim em si mesma, negligenciando o esforço necessário para garantir seu impacto pedagógico e sua absorção pelo debate público.

Essa postura reflete uma **crença de que o registro da memória, por si só, pacificaria o passado e pacificaria o futuro democrático**. Neste ponto, destaca-se a

perspectiva otimista de **Pedro Dallari**, um dos coordenadores da CNV. Em entrevista concedida ao portal *UOL*¹ em novembro de 2014, às vésperas da entrega do relatório final, Dallari expressou a crença no impacto pedagógico do trabalho da comissão, declarando que:

Acho até que a Comissão Nacional da Verdade ajudou um pouco isso. Porque como ao longo de todo esse ano nós fomos apresentando dados, fatos, informações sobre o horror que foi a ditadura, **se alguém pudesse ter nostalgia deixou de ter...** (DALLARI, 2014, [54:24]).

Essa declaração, expressa em um contexto de esperança na consolidação democrática e na eficácia da exposição dos fatos, contrasta com os desenvolvimentos políticos. Menos de dois anos após a entrega do relatório, o país vivenciou o **impeachment da presidenta Dilma Rousseff** (2016). Em 2018, **Jair Bolsonaro foi eleito como um presidente** que publicamente se manifestava de maneira apologética e elogiosa em relação ao período militar. O mesmo foi preso em novembro de 2025 pela tentativa do golpe de estado em 8 de janeiro de 2024, junto com dois generais. Os fatos evidenciam que o impacto da CNV não foi suficiente para eliminar o discurso de **apologia à ditadura** no Brasil.

¹ DALLARI, Pedro. Pedro Dallari - Poder e Política UOL (18/11/2014). Entrevista concedida a Fernando Rodrigues. São Paulo: UOL, 18 nov. 2014. 1 vídeo (55 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FpLzH5DY0_c. Acesso em: 3 dez. 2025.

4. Humanidades Digitais e Visualização de Dados²

As raízes das Humanidades Digitais remontam a 1949, impulsionadas pela determinação do jesuíta Roberto Busa. Seu projeto, o Index Thomisticus, tinha como objetivo indexar e estabelecer conexões entre os conceitos e termos presentes nas obras de Tomás de Aquino, o que resultou em uma base de dados com mais de 10.631.980 palavras ao longo de 34 anos de trabalho. (SMITH, 2025)

Para reunir esse vasto conteúdo em um único sistema, Busa recorreu à tecnologia mais avançada disponível na época: os cartões perfurados, utilizados para alimentar e programar computadores. Essa tecnologia utilizava a presença ou ausência de furos em posições pré-definidas para representar informações, sendo amplamente empregada nos primeiros computadores para armazenamento e processamento de dados. No entanto, apesar de permitirem o registro de grandes volumes de informação, os cartões perfurados não ofereciam uma forma eficiente de interligar semanticamente esses dados.

A ausência de conexões entre os dados impulsionou Busa a repensar o modo como o conteúdo poderia ser explorado. Ele desejava não apenas armazenar os termos, mas permitir a navegação entre conceitos, estabelecer relações semânticas e buscar informações de forma dinâmica. Para isso, procurou Thomas J. Watson, fundador da IBM, e propôs uma colaboração inédita entre as áreas de humanidades e computação. A parceria resultou no desenvolvimento do que hoje reconhecemos como os hiperlinks — conexões entre partes de um conteúdo que hoje são a base da navegação na internet.

Atualmente, o universo digital apresenta um caráter multimídia, integrando texto, imagem, áudio, vídeo, gráficos e interatividade. Nesse contexto, diferente da época de Busa, as Humanidades Digitais vão além do foco no texto, incorporando também aspectos de design e experiência sensorial (Burdick et al., 2020). Elas possuem a convicção fundamental de que “as ferramentas computacionais têm o potencial de transformar o conteúdo, o escopo, as metodologias e a audiência da investigação humanista” (Burdick et al., 2020, p.74). Com o uso de conjuntos de dados amplamente expandidos, os projetos de

² Este capítulo “Humanidades Digitais” foi escrito em coautoria com Carolina Hermenegildo Guimarães. Ambas orientadas pela professora Barbara Castro.

humanidades digitais exploram novas interações entre o digital e o físico, buscando formas de conhecimento que envolvam todos os sentidos.

Ao mesmo tempo, as Humanidades Digitais permanecem enraizadas em práticas tradicionais das ciências humanas, como análise, crítica, interpretação, editoração, anotação, pesquisa histórica e contextualização (Burdick, et al., 2020). Essas práticas mantêm o foco na compreensão profunda da experiência humana, tendo o projeto prático como unidade básica de organização e produção de conhecimento.

A experimentação — acompanhada da tentativa e erro — é parte essencial da pesquisa digital desse projeto prático. Os processos experimentais precisam ser documentados, pois frequentemente revelam alternativas e soluções fundamentais para o amadurecimento de uma ideia ou para o desenvolvimento de um projeto em longo prazo. Essa abertura ao erro e à reformulação contínua define as Humanidades Digitais, rompendo com modelos mais rígidos e lineares da pesquisa acadêmica tradicional.

Figura 3: Propaganda em revista sobre os cartões perfurados. Tradução livre: “O cartão perfurado é apenas um cartão, mas o nosso novo sistema de dados pode ser quase tudo.”



Fonte: Captura de tela da revista *Modern Data*. Disponível em: http://www.bitsavers.org/magazines/Modern_Data/Modern_Data_1973_07.pdf. Acesso em: 23 de jun. de 2025.

4.1 Design nas Humanidades Digitais

O papel do design dentro das Humanidades Digitais se manifesta em diferentes eixos, desde a criação de bancos de dados mais acessíveis e navegáveis até a tradução de grandes volumes textuais em formatos visuais. No entanto, sua função vai além do aspecto estético ou funcional. O design carrega, também, significados culturais e interpretações embutidas, o que exige um olhar crítico sobre suas escolhas e implicações. Não se trata apenas de como algo é visualmente apresentado, mas de quais valores, perspectivas e epistemologias estão sendo comunicadas através da forma.

É nesse sentido que Johanna Drucker, em seu texto *Abordagens de Ciências Humanas para Exibição Gráfica* (2011), chama atenção para os riscos de se aceitar visualizações como representações neutras. Ela argumenta que o conhecimento nas humanidades é sempre interpretativo e construído, e que nenhuma visualização pode ser compreendida como uma representação direta e objetiva da realidade. Para Drucker, “nada na vida intelectual é autoevidente ou autoidêntico”; assim, a exibição gráfica deve ser tratada como uma prática retórica, sujeita à crítica e ao escrutínio teórico.

Para ilustrar esse argumento, Drucker (2011) utiliza a metáfora do cavalo de Troia: visualizações carregam diversas suposições sobre o que é considerado informação, mas essas suposições ficam disfarçadas por uma aparência de neutralidade. Muitas vezes, essas formas visuais imitam o estilo das ciências exatas, o que cria uma sensação de precisão e confiabilidade.

Nesse sentido, é relevante considerar o conceito de *capta* proposto por Drucker (2018). Para a autora, é necessário o desenvolvimento de visualizações que representem a incerteza, a ambiguidade e a complexidade das experiências humanas, algo mais próximo da realidade interpretativa das ciências humanas. O conceito de dado, um fato verdadeiro, deve dar lugar à *capta*: algo que é construído e complexo.

Um exemplo disso são os mapas do Google, que se tornaram tão comuns no nosso cotidiano que raramente questionamos suas escolhas visuais, escalas, recortes ou a forma como representam o território. Assim como gráficos de barras e tabelas automáticas, esses recursos ganham autoridade visual e acabam sendo aceitos sem reflexão. Como aponta Drucker (2011), estamos cada vez mais propensos a suspender o pensamento crítico diante do apelo visual de uma representação gráfica.

Além disso, o design também pode servir como ferramenta metodológica. Ao criar visualizações interativas, redes de significado e outras representações digitais, o design

permite que pesquisadores explorem dados complexos de maneira dinâmica, revelando padrões e conexões.

Diante desse cenário, é importante aprofundar a contribuição do Design para esse campo. Para isso, este trabalho adota como base o estudo de Júlia Giannella (2020), que, partindo da Pirâmide DIKW ('Dado', 'Informação', 'Conhecimento', 'Sabedoria'), articula um conjunto de conceitos e autores fundamentais para entender essa relação. A autora não apenas apresenta o modelo hierárquico de processamento de informação — onde o Design atua na mediação entre camadas —, mas também expande a discussão para epistemologia visual, métodos de leitura próxima e distante e categorias de visualização de dados, com foco na capacidade do Design de transformar dados em conhecimento. Seguindo essa estrutura, será explorada a seguir como essas perspectivas se interligam.

Quando abordamos o processamento de informações, é possível utilizar o conceito da Pirâmide DIKW: 'Dado' (*Data*), 'Informação' (*Information*), 'Conhecimento' (*Knowledge*) e 'Sabedoria' (*Wisdom*). Conforme destacado por Giannella (2020), esse modelo constitui uma hierarquia informacional no qual conhecimento e sabedoria estão na metade superior da pirâmide e são sustentados pela camada dos dados e da informação. Nesse sentido, busca-se compreender em que etapa do processamento de informações o Design atua.

Segundo Bonsiepe (2000, apud Giannella, 2020), o Design apresenta os dados de uma maneira em que possam ser percebidos e recebidos. Considerando que a informação se transforma em conhecimento quando um usuário a internaliza e interpreta, o Design, como disciplina, atua na melhor apresentação desses dados, facilitando a sua compreensão.

Logo, é possível estabelecer que as formas visuais-gráficas são uma ferramenta para a produção do conhecimento. O uso de diagramas e gráficos para reunir e comunicar a informação são anteriores ao estabelecimento das Humanidades Digitais mas, hoje, fazem parte do Design de Informação (Drucker, 2014, apud Giannella, 2020). Ademais, considerando o conceito de epistemologia visual instituído por Drucker (2014, apud Giannella, 2020), a representação visual-gráfica serve a campos humanísticos em que a interpretação, ambiguidade e julgamento qualitativo têm maior relevância sobre “fatos”.

Em função do seu caráter projetual, o Design contribui para as Humanidades Digitais possibilitando abordagens centradas no usuário e o emprego de “melhores práticas de design de interface, interação e navegação em ambientes digitais e o desenvolvimento de soluções para representar e interpretar graficamente dados.” (Giannella, 2020, p.27). Para compreender como essa relação se estabelece, Giannella propõe revisar métodos de leitura

próxima e leitura distante, abordagens utilizadas na cultura visual que funcionam de forma complementar.

Em relação à leitura próxima, a autora destaca que ela está focada em aspectos particulares, exigindo um envolvimento mais profundo e atento sobre o conteúdo. Nela, é comum a seleção de uma pequena amostra de trabalho, visto as limitações de capacidades de processamento e análise humanas. No caso da leitura distante, é possível que o pesquisador estude um acervo/coleção de dados em sua totalidade. A ideia, portanto, é obter uma visão micro e macroscópica do corpus (Moretti, 2000, apud Giannella, 2020).

Para Giannella (2020), as tecnologias digitais possibilitam o gerenciamento, tratamento, organização e representação de grande conjunto de dados. Assim, visualizações e interfaces gráficas dinâmicas ganham destaque em projetos na área das Humanidades Digitais. De acordo com Munzner (2014, apud Giannella, 2020), as visualizações de dados são utilizadas com o objetivo de alcançar novas descobertas a partir de dois aspectos: a exploração e a análise de dados. A respeito da visualização de dados, cabe ressaltar que o processo da visualização configura a transformação de um *input* de dados em um *output* visual-gráfico (Bertin, 2012, apud Giannella, 2020).

As visualizações são comumente divididas em categorias. DeFanti, Brown e McCormick (1989, apud Giannella, 2020) classificam visualizações em dois grupos: comunicação e ensino e descoberta e compreensão. Visualizações para a comunicação e ensino consistem na tradução de uma informação complexa em uma representação visual-gráfica para fins comunicativos e educativos. Já as visualizações para descoberta e compreensão estão relacionadas com a revelação de novas formas de conhecimento com base na exploração e análise.

Por outro lado, Drucker (2014, apud Giannella, 2020) diferencia as visualizações entre as que são representações de informação já conhecida e as que são geradoras de conhecimento, capazes de direcionar o leitor à descoberta de novas informações a partir da interação. Em relação às visualizações para exploração, além da representação esquemática dos dados, tais projetos apresentam interfaces com recursos interativos.

A seguir, serão apresentados os principais componentes presentes na concepção de uma visualização de dados. Para isso, adotam-se três dimensões analíticas complementares: os elementos estruturais de uma visualização; os aspectos ligados à retórica visual e narrativa; e os componentes de interatividade.

4.2 Elementos na visualização

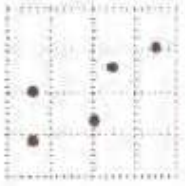
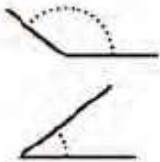
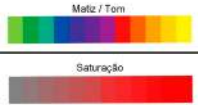
Para a construção de uma visualização eficaz, Yau (2013) ressalta a importância do entendimento profundo de seus componentes, comparando esse processo ao trabalho de um chef que precisa conhecer bem os ingredientes que utiliza. Em *Data Points: Visualization That Means Something*, o autor parte do princípio de que uma visualização é composta por indicadores visuais, sistema de coordenadas, escalas e contexto, os quais, em conjunto, determinam a forma como os dados serão interpretados.

4.2.1 Indicadores visuais

Segundo Yau (2013), a visualização na sua forma mais básica é apenas transformar o dado em geometria ou em cor. Isso funciona porque o nosso cérebro está programado para encontrar padrões, ou seja, ele consegue fazer a ligação entre o que está representado visualmente com o que significa. Por isso, a seleção adequada dos elementos visuais deve ser feita com base no objetivo da análise e no tipo de mensagem que se deseja comunicar. Yau divide os indicadores em

:

Quadro 1: Indicadores visuais (YAU, 2013).

Indicador	Descrição	Vantagem	Limitação	Imagens
Posição	Refere-se à localização dos dados em um sistema de coordenadas.	Alta precisão perceptiva e facilita comparações diretas.	Sobreposição e dificuldade de identificação em alta densidade.	
Comprimento	Representa valores pela extensão de elementos, como barras ou linhas.	Comparação direta entre grandezas, leitura rápida.	Diferenças na linha de base ou escala podem distorcer interpretações.	
Ângulo	Representa proporções por meio da abertura angular, como nos gráficos de pizza.	Bom para representar partes de um todo.	Difícil interpretação com muitos segmentos ou gráficos de rosca, em que o centro é oculto.	
Direção	Relaciona-se à orientação de vetores ou linhas.	Permite observar variações, tendências e oscilações.	Escala mal ajustada podem distorcer variações, induzindo a interpretações equivocadas	
Forma	Utiliza símbolos ou ícones para representar categorias distintas.	Útil para distinguir categorias, especialmente em mapas.	Difícil distinção em visualizações densas.	
Área e Volume	Representam magnitude através do tamanho (2D ou 3D) dos elementos gráficos.	Transmitem impacto visual e percepção de escala.	Erros comuns ao desproporcionalizar dimensões.	
Saturação e Matiz da Cor	Saturação é a intensidade da cor; matiz é a variação de cor (ex.: azul, vermelho).	Destacam e agrupam informações visuais.	Limitações de acessibilidade, especialmente para daltônicos.	

Fonte: Elaboração própria com base em YAU, Nathan. Data Points: Visualization That Means Something. Indianapolis: Wiley, 2013.

Com base nos estudos de Cleveland e McGill (apud YAU, 2013), os indicadores visuais podem ser organizados de acordo com sua precisão perceptiva, em ordem decrescente:

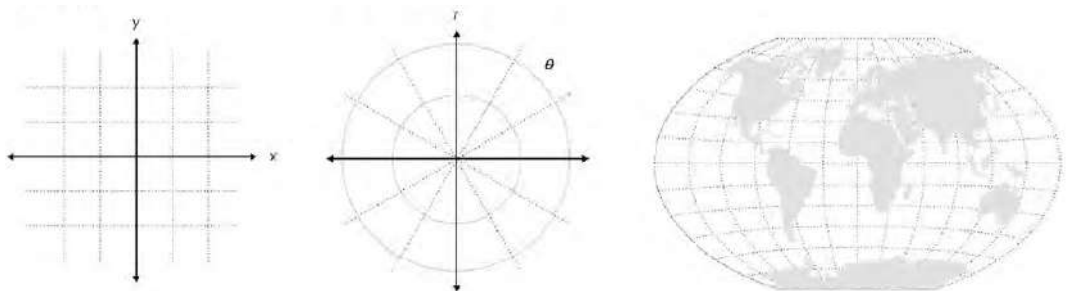
Posição > Comprimento > Ângulo > Direção > Área > Volume > Saturação > Matiz

Essa hierarquia deve ser utilizada como uma orientação para a construção de visualizações mais eficazes, sempre considerando o contexto de aplicação.

4.2.2 Sistemas de Coordenadas

Os sistemas de coordenadas definem o espaço visual onde os dados são representados. De acordo com Yau (2013), os três principais tipos são: cartesiano, polar e geográfico. O sistema cartesiano é o mais comum, utilizado em gráficos de barras, linhas e dispersão, permitindo comparações diretas entre variáveis. O sistema polar organiza os dados em uma malha circular, sendo frequentemente aplicado em gráficos de setores, embora possa dificultar a leitura precisa de proporções. Já o sistema geográfico utiliza coordenadas como latitude e longitude para associar dados a localizações reais, o que fornece um contexto espacial relevante, apesar das possíveis distorções quando se projeta o globo em duas dimensões.

Figura 4: Ilustração dos Sistemas de Coordenadas



Fonte: YAU, Nathan. Data Points: Visualization That Means Something. Indianapolis: Wiley, 2013.

4.2.3 Escalas

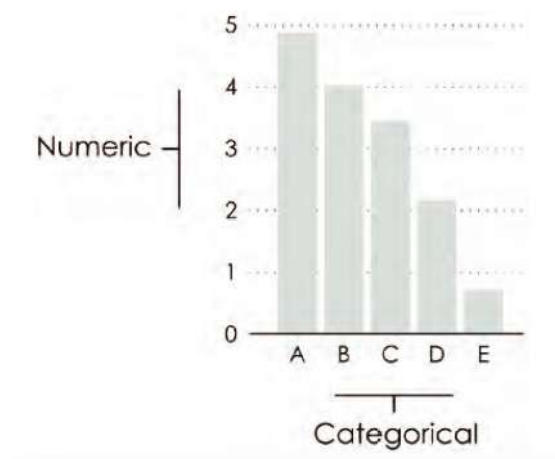
As escalas determinam como os dados serão distribuídos e interpretados dentro de um sistema de coordenadas, estabelecendo a relação entre os valores numéricos ou categóricos e sua representação visual. Segundo Yau (2013), as escalas podem ser classificadas em três categorias principais:

Escala numérica: utilizadas para representar valores contínuos, como renda, temperatura ou medidas físicas. Permitem comparações diretas e a representação proporcional dos dados em gráficos.

Escala categórica: aplicadas a dados qualitativos, como cidades de residência ou partidos políticos. Esse tipo de escala organiza os dados em grupos distintos e, frequentemente, é combinado com escalas numéricas. Por exemplo, em um gráfico de barras, pode-se utilizar uma escala categórica no eixo horizontal para classificar os grupos e uma escala numérica no eixo vertical para expressar as quantidades ou medidas associadas a cada categoria.

Escala temporais: o tempo pode ser representado como uma variável contínua, possibilitando sua visualização em escalas lineares, ou pode ser dividido em categorias discretas, como meses ou dias da semana. Segundo Yau (2013), utilizar escalas temporais confere familiaridade e contexto ao leitor, uma vez que o tempo está diretamente relacionado à experiência cotidiana, o que facilita a compreensão e a conexão com os dados apresentados.

Figura 5: Exemplo de um gráfico utilizando uma escala numérica e uma escala categórica.



Fonte: YAU, Nathan. Data Points: Visualization That Means Something. Indianapolis: Wiley, 2013.

4.2.4 Contexto:

O contexto é um elemento essencial para a correta interpretação dos dados, pois fornece informações que ajudam o leitor a compreender o "quem", "o quê", "quando", "onde" e "porquê" da análise apresentada. Para Yau (2013), o contexto pode tornar a visualização

mais clara e direcionar o leitor para uma interpretação adequada. Em alguns casos, o contexto é explicitamente apresentado (como título, fonte e legenda), enquanto em outros ele é sugerido de forma implícita por meio da própria construção visual.

Em *Dataviz em Perspectiva: Ensino e Prática Profissional da Visualização de Dados no Design Brasileiro* (2023), Ricardo Cunha Lima ressalta a importância de o designer estar atento à escolha do título nas visualizações, pois esse é um elemento crucial para o leitor e influencia diretamente a forma como a informação será interpretada. Segundo Lima (2023), o título funciona como um enquadramento inicial que direciona a leitura e pode oferecer pistas contextuais capazes de ampliar ou redirecionar as possibilidades de interpretação. Ao construir associações estratégicas, o designer pode, assim, facilitar a compreensão e estimular uma leitura mais engajada e significativa dos dados apresentados.

4.2.5 Retórica nos elementos visuais:

Além da compreensão dos componentes destacada por Yau, entende-se que há mais camadas na construção da visualidade. Lima (2023) destaca a importância de compreender as figuras de linguagem na construção de design de informação. Para o autor, gerar empatia e promover o engajamento do leitor com a informação apresentada são aspectos centrais da comunicação visual. As figuras retóricas — os elementos visuais de Nathan Yau, por exemplo — desempenham um papel essencial nesse processo, pois ajudam a criar uma conexão entre o contexto do designer e o do leitor.

Para entender melhor as figuras de retórica aplicadas visualmente, Lima cria a seguinte tabela:

Figura 6: Taxonomia de figuras de retórica pictóricas para visualizações de informação, proposta por Ricardo Cunha Lima.

Figura de retórica	Exemplo pictórico aplicável à visualização	Exemplo verbal
Metáfora Analogia entre coisas diferentes.		Simbolos metafóricos. Ao lado: o símbolo do coração representa o conceito do amor. <i>"O amor é como fogo que arde."</i>
Metonímia A substituição de uma coisa por outra intimamente associada ou a parte de uma coisa para representar o seu todo.		Simbolos metonímicos. Ao lado: o símbolo pictórico da figura humana representa seres humanos. Ou seja, uma parte da humanidade que representa sua totalidade. <i>"Eu preciso ter meu próprio teto."</i>
Repetição A repetição de um elemento, podendo sugerir quantidade.		Quantidade numérica pela quantidade de elementos pictóricos. Ao lado: cada pictograma representa uma quantidade. <i>"Todos, todos, todos nós iremos."</i>
Hipérbole O exagero de um objeto além do seu tamanho natural.		Quantidade numérica pela escala pictórica. Ao lado: cada pictograma representa quantidades relacionadas a sua escala. <i>"Suas conquistas o tornaram um gigante."</i>
Amplificação A listagem de seus elementos particulares.		Listagem de elementos diferentes em uma mesma categoria. Ao lado: o conjunto de elementos diferentes representa a variedade de peças no xadrez. <i>"No xadrez você tem o bispo, o rei, a rainha, o peão, o cavalo e a torre."</i>
Símile Analogia entre formas semelhantes. Tais visualizações também podem ser chamadas de gráficos pictórico-esquemáticos (LIMA, 2019).		Semelhança entre elementos esquemáticos e pictóricos. Ao lado: as montanhas (pictóricas) representam linhas em um gráfico (esquemáticas) com um sentido lúdico. <i>"Alto como uma montanha."</i>
Antítese Oposição de ideias contrastantes.		Contraste cromático. Ao lado: dois gráficos de barras são comparados, contrastados pelas cores e apresentando símbolos e valores diferentes. <i>"Era uma relação de amor e ódio."</i>
Personificação Tipo de metáfora em que qualidades humanas são emprestadas a objetos inanimados.		Símbolos com a função de personificação. Ao lado: as barras (pictóricas) do gráfico (esquemático) formam os dentes de um ser humano (personificação) com um sentido lúdico. <i>"O celular morreu."</i>

Fonte: LIMA, 2023. In: GIANNELLA; MEDEIROS (Orgs.).

Ao lermos Lima (2023), entendemos que há outros recursos visuais para gerar sentido para além da codificação por meio dos indicadores visuais. Para além da linguagem esquemática e geométrica, Lima nos mostra como empregar figuras de linguagem, como: metáfora, metonímia, repetição, hipérbole, amplificação, símile, antítese e personificação.

Essas figuras enriquecem a construção visual e ampliam as possibilidades expressivas no design.

Assim como Yau, Lima (2023) também enfatiza que o designer precisa conhecer bem essas figuras para utilizá-las de forma adequada, assim como um chef conhece os ingredientes que utiliza. Esse entendimento permite que o projeto seja pensado como um argumento visual, que integra formas, esquemas e imagens de maneira intencional. O papel do designer é encontrar a figura retórica que melhor contribua para tornar a mensagem clara, facilitando a compreensão e estabelecendo empatia com o leitor. Esse cuidado orienta as escolhas visuais e favorece a comunicação eficaz dos dados.

4.3. Recursos de interatividade em interfaces

Em relação à esfera da interatividade, é relevante utilizar a metodologia proposta por Giannella e Souza (2014) no artigo *Design e tratamento jornalístico na produção de infovis³: apresentação de um modelo para análise de infográficos on-line*. Parte-se do princípio de que uma visualização de dados é constituída por três dimensões: o *input*, a interface e o *output*.

Em cada uma das dimensões existem unidades de análise que servem para caracterizar “se, como e quando” essas três dimensões são utilizadas na concepção do projeto. Dentro dessas unidades de análise podemos encontrar subunidades, a depender do tipo de conteúdo analisado. Embora as três dimensões sejam relevantes para a compreensão das dinâmicas interativas de um projeto de visualização, este trabalho dará ênfase exclusiva à dimensão *output*, por entendê-la como a mais diretamente relacionada aos percursos narrativos que usuários realizam e nas ações que exercem sobre a visualização.

Nessa dimensão temos a unidade **interatividade**, com a subunidade **gradiente de interatividade** que avalia a presença de dez parâmetros interativos para a exploração do conteúdo: avançar/retroceder, *roll over*, *zoom*, filtragem, relação, busca, extração, customização, painel de controle e hipertextualidade.

³ Parte-se do princípio de que um infográfico (ou infovis) consiste em uma visualização da informação com mecanismos de interação. (Giannella e Souza, 2014)

Figura 7: Recursos do gradiente de interatividade.

Recurso interativo para exploração do conteúdo	Definição operacional
Avançar/retroceder	O recurso avançar/retroceder (CAIRO, 2008), também chamado de botões de navegação (SEGEL & HEER, 2010), é normalmente acompanhado pelo sinal gráfico de seta. Serve para navegar linearmente pelo <i>infovis</i> .
Roll over	Para Tidwell (apud CAIRO, 2008: 78), <i>roll over</i> consiste na apresentação de unidades informativas secundárias quando usuários passam o cursor do <i>mouse</i> sobre áreas ativas.
Zoom	<i>Zoom</i> (TIDWELL, apud CAIRO, 2008, p. 78) constitui a ampliação ou diminuição de determinada área revelando dados contidos em outras camadas informativas do <i>infovis</i> .
Filtragem	A filtragem (SHNEIDERMAN, 1996) está presente quando usuários podem desfazer a seleção de itens em um menu de opções, permitindo o controle sobre elementos que se deseja visualizar no <i>infovis</i> .
Relação	Relação constitui recurso interativo que possibilita relacionamento de itens de conjuntos de dados diferentes (SHNEIDERMAN, 1996).
Busca	O recurso interativo de busca (SEGEL & HEER, 2010) configura operação de preenchimento, em um campo livre, de uma palavra ou frase que será buscada na base de dados do <i>infovis</i> .
Extração	Extração (SHNEIDERMAN, 1996) permite que usuários façam <i>download</i> total ou parcial do conjunto de dados representado no <i>infovis</i> .
Customização	Para Palacios (2003), a customização é a capacidade do usuário personalizar o conteúdo, adaptando informações gráficas conforme suas preferências e objetivos e manuseando elementos interativos para gerar novas apresentações gráficas.
Outro painel de controle	Outros menus, barras ou listas manipuláveis, que não se encaixam no perfil dos recursos já descritos, mas permitem selecionar por meio de opções preestabelecidas o conteúdo que será visualizado.
Hipertextualidade	Interconexão de textos (PALACIOS, 2003) presentes no <i>infovis</i> mediante <i>hyperlinks</i> .

Fonte: Giannella e Souza (2014, p. 315).

Além disso, há a unidade **participação** em que são avaliadas 3 subunidades: **comentário**, **compartilhamento** e **conteúdo** gerado pelo usuário. Na subunidade comentário, é identificado se a interface possui espaço para comentários de usuários. A ideia é permitir que os usuários emitam opinião, corrijam dados, façam sugestões e gerem discussões, contribuindo para um processo de inteligência coletiva (Levy, 1999 apud Giannella e Souza, 2014).

Em compartilhamento, é identificado se o projeto pode ser compartilhado por e-mail ou mídias sociais — o importante é avaliar se o usuário pode se tornar um multiplicador da mensagem. Por fim, em conteúdo gerado pelo usuário objetiva-se compreender se há a possibilidade dos usuários registrarem conteúdos na interface de forma permanente. Assim, os usuários se transformam em produtores ativos do conteúdo apresentado.

Tais categorias presentes na metodologia de Giannella e Souza (2014) serão articuladas com os elementos visuais apontados por Yau (2013) e com a abordagem da retórica visual proposta por Lima (2023) para analisar interfaces e verificar como os recursos são utilizados em experiências distintas nas visualizações de dados destacadas a seguir por meio de uma análise de similares.

5. Análise de Similares:

Para compreender o que já foi produzido de forma semelhante a este projeto e identificar os elementos que contribuem para seu sucesso, este capítulo se dedica à análise de projetos relacionados. Essa investigação parte das ferramentas discutidas no capítulo anterior, com foco nos indicadores visuais, nas figuras de retórica e no grau de interatividade.

Os projetos selecionados para análise são: **Cova Medida** e **No Epicentro**. A escolha do primeiro se justifica pela diversidade de narrativas e pela temática relacionada à violência, que dialoga diretamente com o foco do presente trabalho. O segundo projeto foi selecionado pelo uso da geolocalização como recurso central da narrativa.

5.1 Cova Medida:

Esse projeto é um especial multimídia com reportagens, ilustrações, áudios e episódios de podcast produzido pela Repórter Brasil em parceria com a Café.art.br e o Disarme Gráfico. O objetivo é narrar as histórias de 31 trabalhadores rurais sem-terra, indígenas e ambientalistas assassinados em conflitos por terra no Brasil em 2019, buscando sensibilizar o público sobre a violência no interior do país. Os dados utilizados são do relatório Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra.

O podcast aprofunda cinco das 31 histórias relatadas no especial. Em cada episódio, o apresentador Daniel Camargos conversa com os repórteres que investigaram os crimes e com familiares e amigos das vítimas. Os depoimentos evidenciam o sofrimento, o medo e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos parentes, já que, na maioria dos casos, os assassinos permanecem impunes.

No site, há uma contextualização geral da violência no campo, com dados detalhados: número de mortes, quantidade de investigações ainda em andamento, idade das vítimas, motivações e localidades. A partir dessa visão panorâmica, o usuário pode explorar casos específicos. Cada história apresenta uma mini biografia da vítima, incluindo nome, data e local do assassinato, atividade profissional, idade, motivação do crime e status da investigação. Além disso, há um resumo sobre as circunstâncias da morte e informações

sobre o andamento das investigações. Caso o leitor se interesse, é possível acessar reportagens completas que aprofundam a trajetória da vítima, com relatos de familiares e amigos.

5.1.1 Análise do projeto gráfico:

O projeto gráfico de Cova Medida se destaca com uma identidade visual forte e bem definida, utilizando elementos visuais que reforçam a temática rural e os conflitos no campo. A tipografia com aparência manual, a paleta de cores terrosas e as texturas que remetem ao solo criam uma conexão com o ambiente onde as histórias se passam: o interior do Brasil. Essas escolhas ajudam o leitor a se situar no contexto das narrativas e tornam a experiência mais próxima e envolvente.

Além da tipografia manuscrita, o projeto utiliza outras duas: uma sem serifa em caixa alta e outra serifada. A tipografia manual é aplicada para os dados gerais e os nomes das vítimas - informações que merecem destaque. A tipografia sem serifa foi utilizada para as citações, mas também em pequenas legendas sobre os dados. Já a serifada, que lembra os tipos de máquinas de escrever, são usadas para os textos corridos. Na Figura 8 conseguimos ver a aplicação das três juntas.

Outro elemento importante são as ilustrações, que foram feitas a partir das fotografias de identificação das vítimas assassinadas. Nos casos em que as vítimas não têm a sua fotografia disponível, foi representada por uma imagem de uma mão, simbolizando resistência e memória. Essas imagens gráficas desempenham um papel para criar uma conexão entre o leitor e as pessoas retratadas. Mostrar os rostos, as sombras e os olhares daqueles que morreram aproxima o leitor das vítimas.

Figura 8, 9 e 10: Imagens do site Cova Medida em três momentos da narrativa; na contextualização geral, na escolha do perfil das vítimas e no perfil da vítima, respectivamente.



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida///>

Acesso em 28 de jul. de 2025

5.1.2 Análise dos elementos na visualização:

A paleta geral do projeto é terrosa, como já analisado na seção anterior, mas os perfis de cada vítima recebem uma matiz de cor específica. Essa variedade cromática serve para identificar e diferenciar as motivações por trás das mortes. Cada vítima é representada por uma cor que indica a razão do assassinato. Por exemplo, na Figura 11, Dilma é retratada com a roupa e as sombras do rosto em verde, enquanto nas Figuras 9 e 10, Paulinho aparece com as sombras do rosto e o fundo em azul.

As cores foram escolhidas para simbolizar diferentes motivos:

- **Azul:** defesa do território indígena;
- **Verde:** preservação do meio ambiente;
- **Marrom:** disputas por terra;
- **Rosa:** denúncias de ilegalidades;
- **Amarelo:** crimes de ódio;
- **Roxo:** questões trabalhistas.

Figura 11: Imagem das representações visuais das vítimas relatadas no Cova Medida



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida///>

Acesso em 28 de jul. de 2025

Além disso, no perfil de cada vítima apresenta três elementos visuais importantes que ajudam a reduzir o texto e facilitar a compreensão do leitor. Primeiro, um mapa do Brasil indica a região onde o assassinato ocorreu, o que é útil para situar rapidamente o leitor no território nacional. Segundo, a data da morte é representada por um ícone de caixão, uma metáfora que se distancia do símbolo tradicional da cruz, possivelmente escolhida para evitar conotações religiosas. Por fim, o status da investigação é mostrado por quatro círculos que mudam de cor para branco e recebem um "check" conforme cada etapa é concluída, indicando o progresso do processo investigativo.

Figura 12: Imagem para ilustrar as visualizações utilizadas no perfil de cada vítima.



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida///>

Acesso em 28 de jul. de 2025

Na visualização geral dos casos, ao lado da citação, as informações são organizadas da seguinte forma: primeiro é apresentado o número ou a porcentagem, e logo abaixo, cada vítima é representada por um círculo. Na Figura 13, por exemplo, os 31 círculos são agrupados de acordo com as motivações específicas dos assassinatos: 12 por disputas de terra, 9 por defesa do território indígena, 5 por defesa do meio ambiente, 3 por questões trabalhistas, 1 por denúncia de ilegalidade e 1 por crime de ódio. Como o título destaca "39% dos assassinatos foram motivados por disputas de terra", a visualização reforça essa informação ao destacar, com a cor marrom e um fundo amarelado, as 12 bolinhas que representam essas vítimas, criando contraste com os outros círculos brancos. Esses agrupamentos vão alterando conforme a necessidade de cada um dos dados apresentados.

É importante observar que o indicador visual de posição, embora não esteja fixado em um sistema de coordenadas rígido, continua sendo relevante para a construção do sentido. Os agrupamentos se organizam principalmente com base no princípio da Gestalt de proximidade, o que permite que o leitor identifique rapidamente as relações entre os elementos e reconheça os padrões visuais sugeridos.

Figura 13: Imagem para ilustrar as visualizações na contextualização geral dos casos.



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida///>
Acesso em 28 de jul. de 2025

5.1.3 Análise dos recursos de interatividade

O site se inicia com o título "Cova Medida" em caixa alta, acompanhado apenas de um subtítulo logo abaixo. Ao rolar a página, acontece um efeito de zoom in sobre as letras, como se estivessemos sendo levados para dentro da tipografia - uma metáfora visual de "entrar" na cova. A página de abertura serve como uma introdução ao tema, trazendo os nomes das vítimas ao fundo, criando um clima de imersão e memória. Conforme o usuário continua o scroll, é revelada uma citação de João Cabral de Melo Neto, seguida de uma breve contextualização sobre o projeto. Ao final dessa primeira tela, o site convida o usuário a prosseguir para o conteúdo principal e destaca a importância de utilizar fones de ouvido para uma experiência completa.

Na segunda parte do site, que anteriormente foi chamada de visualização geral dos casos, começa a tocar, em segundo plano, o áudio com trechos dos relatos de familiares e amigos das vítimas. O conteúdo sonoro é sinalizado ao lado, em forma de citação, um recurso importante de acessibilidade. A visualização inicia com os 31 círculos - cada um representando uma das vítimas - dispostos em conjunto. Conforme o usuário rola a página, os títulos e os dados exibidos vão mudando, e os círculos se reorganizam para refletir novas categorias, como motivação do crime ou status da investigação. No entanto, diferente do título que desaparece e reaparece, esses círculos não somem; apenas se reagrupam. Essa estratégia preserva a noção de continuidade e identidade dos dados, garantindo que o leitor

compreenda que está acompanhando sempre o mesmo grupo de 31 pessoas, o que mantém a narrativa coesa e evita dispersão da atenção.

Ao avançar para a próxima página, o leitor é convidado a escolher qual das vítimas deseja conhecer mais a fundo. Essa seleção pode ser feita de forma aleatória, ou o usuário pode utilizar filtros para refinar a busca por local, motivação do crime, status da investigação ou procurar por uma vítima específica.

Figura 14: Imagem para ilustrar as possibilidades de filtragem.



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida///>

Acesso em 28 de jul. de 2025

Dentro de alguns perfis, é possível identificar conexões entre as vítimas. No caso de Márcio, por exemplo, ao final de sua história aparecem outros dois nomes - Marciano e Paulo Anacleto - que foram assassinados no mesmo episódio. Esse recurso enriquece a navegação, permitindo que o usuário explore histórias relacionadas. Para quem deseja se aprofundar ainda mais, há também a opção "saber mais sobre o caso", que direciona o leitor para uma página completa com detalhes do assassinato, reunindo depoimentos, entrevistas.

5.1.4. Considerações sobre o projeto:

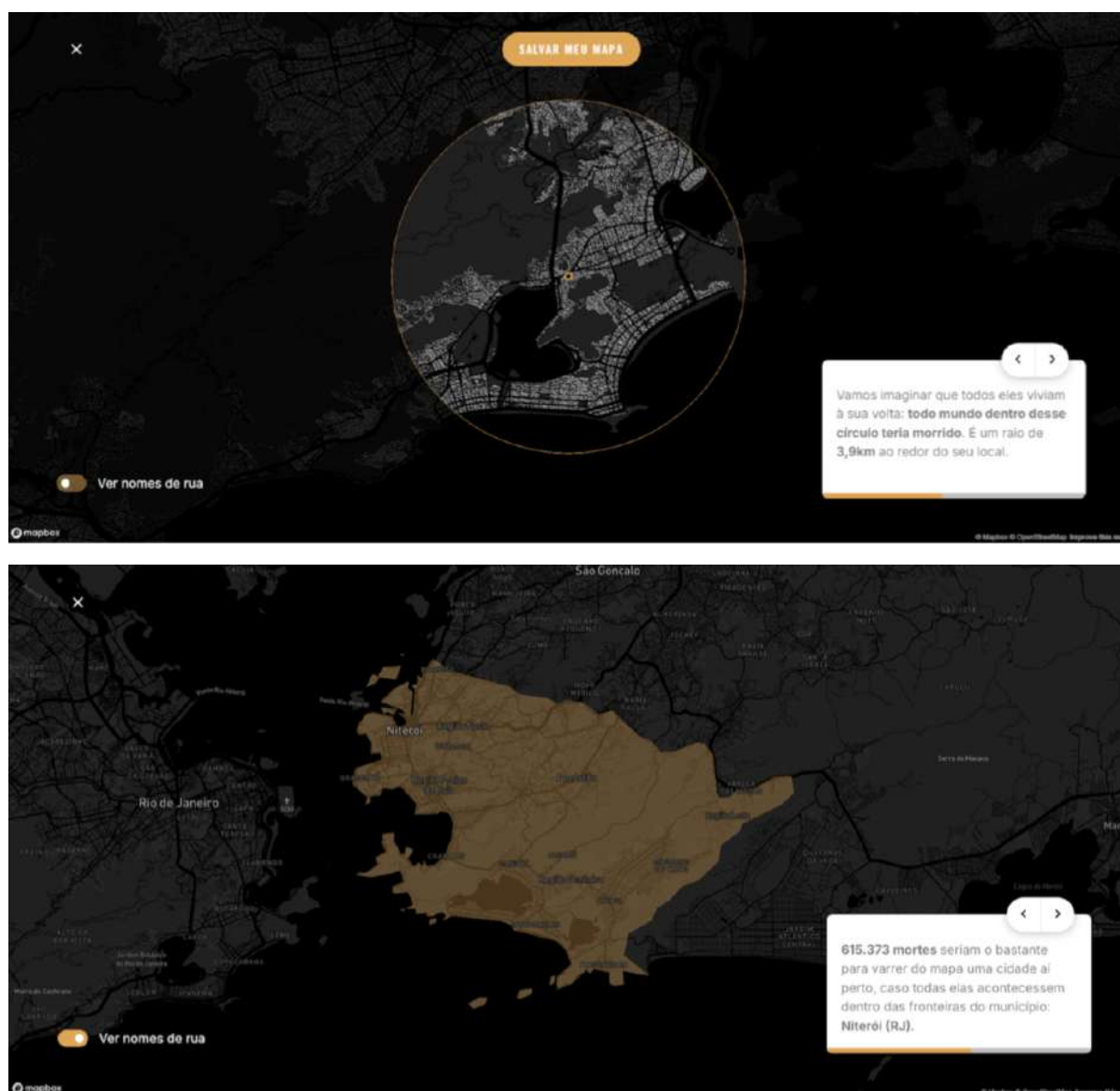
O projeto é predominantemente textual, com uso limitado de recursos gráficos. Em nenhum momento é possível visualizar as vítimas em ordem geográfica dos assassinatos, o que limita a compreensão espacial dos eventos. No entanto, o trabalho apresenta elementos

interessantes que enriquecem a experiência e oferecem insights relevantes. Entre eles, destacam-se: As ilustrações dos rostos das vítimas, que contribuem para sensibilizar o público. O uso da separação por cores, que facilita a organização visual. O scroll é utilizado como ferramenta narrativa, guiando o leitor ao longo da história. O contexto geral das mortes é apresentado logo no início de forma simples, porém eficaz, situando o leitor desde o começo. A possibilidade de navegar entre as pessoas e visualizar suas conexões acrescenta à narrativa e estimula a exploração do conteúdo.

5.2 No Epicentro:

O objetivo do projeto é ilustrar o impacto da pandemia de Covid-19 no Brasil a partir de uma perspectiva pessoal e próxima: mostrar ao usuário o que aconteceria se todas as vítimas da doença fossem seus próprios vizinhos. A reportagem interativa utiliza a localização do usuário, dados do Censo de 2010 e mapas de rua para simular o raio de devastação caso o epicentro da epidemia fosse a casa do leitor. Para isso, cruza a cronologia das mortes por Covid-19 com a densidade demográfica do CEP do usuário. A proposta é dar dimensão concreta à tragédia, aproximando o impacto da pandemia da realidade cotidiana. De acordo com o artigo publicado por Rodrigo Menegat, Tiago Maranhão e Vinicius Sueiro no Medium (2020), a ideia central do projeto é tornar as vítimas da Covid-19 mais próximas e íntimas do usuário, despertando empatia e consciência sobre a gravidade da situação.

Figura 15 e 16: Imagem do site No epicentro em dois momentos da narrativa.



Fonte: Cova Medida. Disponível em: <https://noepicentro.news/> Acesso em 28 de jul. de 2025

Ao permitir o acesso à sua localização ou inserir manualmente um endereço, o usuário visualiza um mapa com as ruas próximas e seus respectivos moradores. Cada vizinho é representado por uma esfera cinza, enquanto a localização do usuário aparece como uma esfera amarela. À medida que a história se desenvolve, esferas brancas surgem no mapa, simbolizando as vítimas da Covid-19. Ao final, o site exibe uma esfera que delimita até onde se estenderiam as mortes se todas tivessem ocorrido nas proximidades do usuário. Como reforço visual, a plataforma ainda apresenta uma cidade brasileira real que teria desaparecido, caso o total de mortos fosse concentrado naquele local.

5.2.1 Análise dos elementos na visualização:

No Capítulo 4, analisamos os indicadores visuais segundo a abordagem de Yau (2013). Entre esses indicadores, a posição, é, sem dúvida, fundamental para a construção deste projeto. Ao trazer todos os mortos como vizinhos dos leitores no mapa, os autores alcançam um dos principais objetivos: aproximar as mortes do leitor. A partir disso, o usuário consegue entender o que aquele número significa geograficamente.

Seguindo essa lógica, a área também desempenha um papel importante. Como o Brasil é um país com cidades de diferentes densidades populacionais, a área dos círculos (Figura 15), que representam a extensão das mortes ao redor do usuário, varia conforme a localização. Por exemplo, em uma cidade como o Rio de Janeiro, a área necessária para representar o mesmo número de mortos será menor do que em uma cidade no interior, onde a densidade populacional é mais baixa. Assim, os círculos que representam cada pessoa tornam-se elementos visuais cruciais para dimensionar o impacto.

Além disso, ao representar cada vida como um ponto individual no mapa - em vez de utilizar visualizações agregadas, como os gráficos de curva amplamente difundidos na época, especialmente nos jornais (Figura 16) -, os criadores evitam um problema recorrente de distanciamento e desproporção presentes em gráficos de barras e de curvas. Esses formatos tradicionais funcionam através de comparações com o dia anterior ou com gráficos anteriores, o que pode diluir o impacto emocional da informação - algo que, na época, contribuiu para a banalização das mortes, a ponto de a perda de cem vidas em um único dia começar a ser percebida como um número baixo. Ao individualizar cada ponto como a representação direta de uma pessoa, o projeto rompe com essa lógica comparativa e resgata o valor singular de cada vida perdida, reforçando a dimensão humana da tragédia e ampliando seu efeito emocional sobre o usuário.

5.2.2 Análise dos recursos de interatividade:

A interação com o site começa com uma página dividida: de um lado, são apresentadas explicações sobre o projeto, incluindo a metodologia, os dados utilizados e a equipe envolvida; do outro, o usuário é convidado a inserir seu endereço. A partir dessa informação, o storytelling se constrói com uma perspectiva pessoal e geograficamente, transformando o CEP indicado no ponto central da narrativa. Conforme a reportagem avança, a história da pandemia no Brasil é apresentada de forma cronológica. A jornada

começa no dia 16 de março de 2020 e, ao pressionar o botão de avanço, o primeiro morto pela Covid-19 no país é posicionado como vizinho do usuário.

Figura 17: Imagem que a maioria dos brasileiros viu em 2020. Gráfico de mortes pela Covid-19 no Brasil.



Fonte: Jornal Nacional do dia 24 de set. 2020. Disponível em <https://globo-play.globo.com/v/8884721/> Acesso em: 27 de jul. 2025.

Ao longo da narrativa, que evolui das primeiras dezenas até ultrapassar 600 mil mortos, o site utiliza o recurso de zoom out conforme os parâmetros de interatividade destacados por Giannella e Souza (2014) para dimensionar a expansão da tragédia. O campo de visão se amplia progressivamente: parte da vizinhança imediata, expande-se até a cidade mais próxima que desapareceria caso concentrasse todas as vítimas, e chega, por fim, à comparação com capitais regionais. Esses elementos interativos - como avançar, retroceder, controlar o nível de zoom e explorar relações espaciais (GIANNELLA, SOUZA, 2014) - são fundamentais para a construção da experiência do usuário e contribuem para intensificar o impacto emocional, ao transformar os números abstratos da pandemia em uma realidade visual e pessoalmente próxima do leitor.

5.2.4. Considerações sobre o projeto:

A narrativa do projeto é construída à medida que o usuário interage com os botões de navegação. Focada em uma perspectiva geolocalizada, a proposta não é explorar histórias individuais das vítimas da pandemia, mas sim fazer com que o usuário se sinta

diretamente impactado pela escala das mortes, compreendendo a dimensão da tragédia no Brasil. O objetivo não é detalhar trajetórias pessoais, mas transmitir a magnitude da perda coletiva.

Apesar dessa diferença em relação ao projeto, os insights obtidos - especialmente o uso da geolocalização como recurso narrativo - são valiosos. Além disso, o uso dos botões de avanço para conduzir a história contribui para que o usuário compreenda a cronologia dos acontecimentos de forma clara e envolvente.

6. Estruturação do banco de dados

Para compreender os dados com os quais estava lidando, a primeira etapa consistiu na leitura e análise do Terceiro Volume do Relatório Final da CNV. Nessa fase, buscou-se identificar quais informações apareciam com consistência e quais eram específicas do caso. A partir dessa compreensão, iniciou-se o processo de coleta dos dados, que foi realizado em três etapas..

O primeiro processo consistiu na extração e organização das mini biografias das vítimas, reunindo as informações em uma tabela que contém: **nome, filiação, local de nascimento, atuação profissional, organização política e local de morte ou desaparecimento.**

⁴Figura 18: Captura de tela do Terceiro Volume CNV. Minibiografia da vítima Arnaldo Cardoso Rocha



ARNALDO CARDOSO ROCHA

FILIAÇÃO: Annette Cardoso Rocha e João de Deus Rocha

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 28/3/1949,
em Belo Horizonte (MG)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: soldado do Exército

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 15/3/1973, São Paulo

Fonte: Terceiro Volume Relatório Final Disponível em:

https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf

O segundo processo envolveu a coleta de informações sobre as pessoas envolvidas em cada caso. Originalmente, cada registro apresentava uma tabela com os indivíduos envolvidos. Esses dados foram consolidados em uma planilha contendo: **nome da vítima, pessoa envolvida, instituição e papel de cada envolvido, tipo de violação, descrição do crime, local, fonte e página do relatório.**⁵

⁴ Acesso para a primeira planilha: <https://encurtador.com.br/baRS>

⁵ Acesso para a segunda planilha: <https://encurtador.com.br/RPEI>

Figura 19: Captura de tela do Terceiro Relatório. Autores do assassinato da vítima Arnaldo Cardoso Rocha

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Major Carlos Alberto Brilhante Ustra.	DOI-CODI/ SP, 1970-1974.	Comandante do DOI-CODI/ SP, no período de 1970 a 1974.	Sequestro, tortura e assassinato.	Arquivo CNV, 00092.000474/2014-83. 109ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 25 de fevereiro de 2014.
João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/ SP de Jota.	DOI-CODI/ SP - 1973.	Agente infiltrado.	Jota é citado como modelo de infiltração pela antiga Escola Nacional de Informações (Eni) e delatou os três militantes: Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteado.	Arquivo CNV, 00092.000474/2014-83. 109ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 25 de fevereiro de 2014.
Agente não identificada, mulher, com uma mecha de cabelos brancos.	DOI-CODI/ SP - 1973.	Agente.	Segundo testemunho, havia participado de outras operações de agentes do DOI-CODI/SP.	Arquivo CNV, 00092.000474/2014-83. 109ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 25 de fevereiro de 2014.
Isaac Abramovitch.	IML.	Médicos-legistas.	Falsificação de laudo necroscópico.	Arquivo CNV, 00092.000474/2014-83. 109ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 25 de fevereiro de 2014.
Orlando Brandão.	IML.	Médicos-legistas.	Falsificação de laudo necroscópico.	Arquivo CNV, 00092.000474/2014-83. 109ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 25 de fevereiro de 2014.

Fonte: Terceiro Volume Relatório Final Disponível em:

https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf

Ambos os processos foram conduzidos por **Luiz Bines**, que desenvolveu scripts em linguagem R para converter e limpar o texto do relatório, transformando-o em bases de dados estruturadas. Essa etapa não apenas permitiu a análise e a visualização das informações, como também garantiu a disponibilização dos dados brutos em formatos abertos e reutilizáveis para pesquisas futuras. Quando informações são publicadas apenas em relatórios PDF, permanecem desorganizadas e de difícil reutilização, o que limita a transparência e inviabiliza investigações futuras. As bases de dados resultantes desse trabalho serão disponibilizadas em acesso aberto.

Como a proposta inicial do projeto era mapear as rotas das vítimas, o terceiro processo consistiu na leitura das biografias disponíveis no *Terceiro Volume* e na transformação dessas informações em uma planilha. Essa planilha contemplava: **nome**,

local e descrição do acontecimento. Assim, todos os lugares pelos quais cada pessoa passou ao longo da vida puderam ser identificados e registrados.

Para realizar essa etapa, utilizei a Inteligência Artificial do Google, o Gemini, a fim de converter os textos em formato de planilha. Para garantir a confiabilidade dos dados, realizei uma releitura completa e revisei manualmente as informações de todas as pessoas. A ferramenta, até então, não conseguia ler diretamente arquivos PDF. Portanto, meu processo de trabalho consistiu em enviar as biografias em blocos de 20 pessoas, exportar os resultados para uma planilha, reler todas as biografias, conferir a extração feita pela IA e, quando necessário, adicionar ou remover informações.

O resultado foi uma planilha com mais de 900 variáveis. No entanto, ela não abrangeu todas as 434 vítimas registradas, pois, ao longo do processo, percebi que esses dados não seriam utilizados exatamente da forma prevista. A maioria das vítimas não apresentava trajetórias extensas que justificassem uma visualização detalhada no mapa, então, seria mais relevante focar nas histórias individuais.

Ainda assim, a planilha mostrou-se extremamente útil: li mais de 250 perfis e pude compreender melhor quem foram essas vítimas e como suas histórias eram narradas. Outro aspecto interessante que emergiu da pesquisa foi a descoberta de que muitas dessas pessoas passaram pela China e pela União Soviética — um dado que eu desconhecia.

Uma curiosidade do processo é que a IA não reconheceu Cuba como um local. Assim, quando uma biografia mencionava que a vítima havia ido para lá, a ferramenta descrevia o acontecimento, mas não identificava o país, classificando-o como “Não especificado”, o que pode ser uma evidência de viés no modelo de aprendizagem de máquina. Essa falha foi corrigida durante a revisão manual dos dados.

Figura 20: Planilha de descrição das rotas das vítimas.⁶

Nome	Cidade	Estado	Ano	O que foi fazer lá			
Angelina Gonçalves	Rio Grande	Rio Grande do Sul	1913	Nascimento			
Angelina Gonçalves	Rio Grande	Rio Grande do Sul	1950	Morreu aos 37 anos de idade, atingida			
João Pedro Teixeira	Guarabira	Paraíba	1918	Nascimento			
João Pedro Teixeira	Pernambuco	Pernambuco	meados de 1950	João Pedro já participava da militância política desde meados da década			
João Pedro Teixeira	Sapé	Paraíba	1954	retornou às atividades no meio rural, arrendando um sítio de seu sogro em			
João Pedro Teixeira	Sapé	Paraíba	1958	Tornou-se vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé			
João Pedro Teixeira	Não especificado	Não especificado	1962	Foi assassinado numa emboscada armada por pistoleiros contratados por			
Ari Lopes de Matos	Manaus	Amazonas	1943	Local de nascimento e era estudante			
Ari Lopes de Matos	Belém	Pará	1963	Foi detido pelo 26º Batalhão de Caçadores			
Ari Lopes de Matos	Brasília	Distrito Federal	1963	Morreu aos 20 anos de idade			
Aides Dias de Castro	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
Alvino Ferreira F. Ferros		Minas Gerais	1921	Local de nascimento			
Alvino Ferreira F.	Ipatinga	Minas Gerais	1958	Mudou-se para a cidade em busca de melhores condições de vida			
Alvino Ferreira F.	Ipatinga	Minas Gerais	1961	Passou a trabalhar na empreiteira A. D. Cavalcanti			
Alvino Ferreira F.	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
Antônio José do Amaral	Alegre	Espírito Santo	1925	Local de nascimento			
Antônio José do Amaral	Ipatinga	Minas Gerais	Não especificado	Mudou-se para a cidade em busca de melhores condições de vida			
Antônio José do Amaral	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Trabalhava na Construtora Vale do Piracicaba S/A (Convap)			
Antônio José do Amaral	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
Eliane Martins	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Baleada e morta pela Polícia Militar de Minas Gerais a caminho de uma cl			
Sebastião Tomé	Guanhães	Minas Gerais	1943	Local de nascimento			
Sebastião Tomé	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Mudou-se para a cidade em busca de melhores condições de vida			
Sebastião Tomé	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Conseguiu emprego como ajudante na Usiminas			
Sebastião Tomé	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
Geraldo da Rocha	Braúnas	Minas Gerais	1935	Local de nascimento			
Geraldo da Rocha	Ipatinga	Minas Gerais	Não especificado	Mudou-se para a cidade, onde trabalhava como alfaiate			
Geraldo da Rocha	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
Gilson Miranda	Ipatinga	Minas Gerais	Não especificado	Trabalhava na empresa EBSE			
Gilson Miranda	Ipatinga	Minas Gerais	1963	Morreu em uma ação perpetrada por agentes do Estado			
José Isabel do Nascimento	Vila Timóteo	Minas Gerais	1931	Local de nascimento			
José Isabel do Nascimento	Volta Redonda	Rio de Janeiro	Não especificado	Trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)			
José Isabel do Nascimento	Ipatinga	Minas Gerais	1961	Voltou para Minas Gerais para morar e trabalhar como mestre de montagem			

Fonte: Elaboração própria.

6.1 Tratamento e análise dos dados

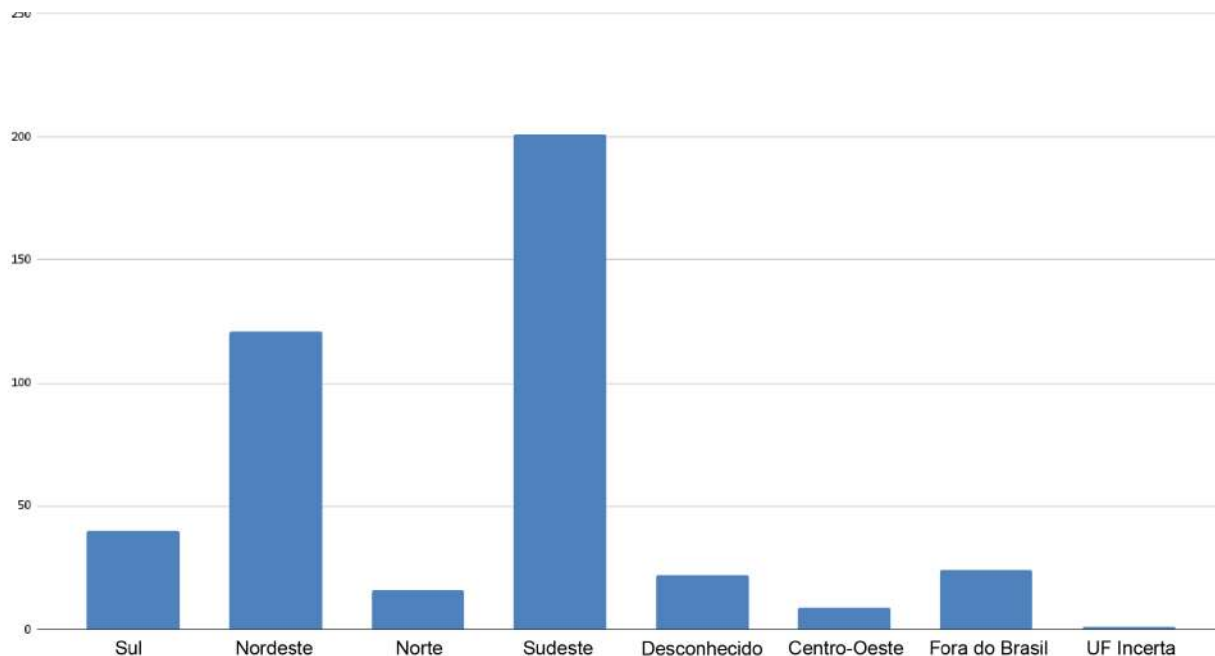
O processo de tratamento dos dados iniciou-se com a **classificação dos estados de nascimento e de morte por região**. Inicialmente, criei uma variável que determina a região geográfica a partir do estado. Nos casos da mudança do município ou do estado ao longo dos anos, utilizei o nome da época, por exemplo: o estado do Guanabara no lugar do Rio de Janeiro.

Além disso, pessoas que nasceram ou morreram em outros países, ficaram com a descrição **“Fora do Brasil”**. São eles: França, Bolívia, Chile, Alemanha, Argentina, Espanha, Holanda, Portugal, Iugoslávia, Paraguai, Uruguai, Itália, Tchecoslováquia e Síria.

⁶ Acesso a terceira planilha: <https://encurtador.com.br/wpbj>

Para os registros sem informações, declarei como **Desconhecido**. Nesses casos, realizei uma **dupla verificação**, lendo cada biografia para identificar eventuais erros.

Figura 21: Gráfico de nascimento por região do Brasil ou Fora do Brasil



Fonte: Elaboração própria

Após o processo de análise dos dados, uma pessoa permaneceu com **UF Incerta** **João Mendes de Araújo**. Isso ocorreu porque a Comissão Nacional da Verdade não conseguiu identificar suas origens, havendo incerteza sobre se ele nasceu no Rio de Janeiro ou em Pernambuco, bem como o nome de seus pais.

Figura 22: Gráfico de morte por região do Brasil ou Fora do Brasil

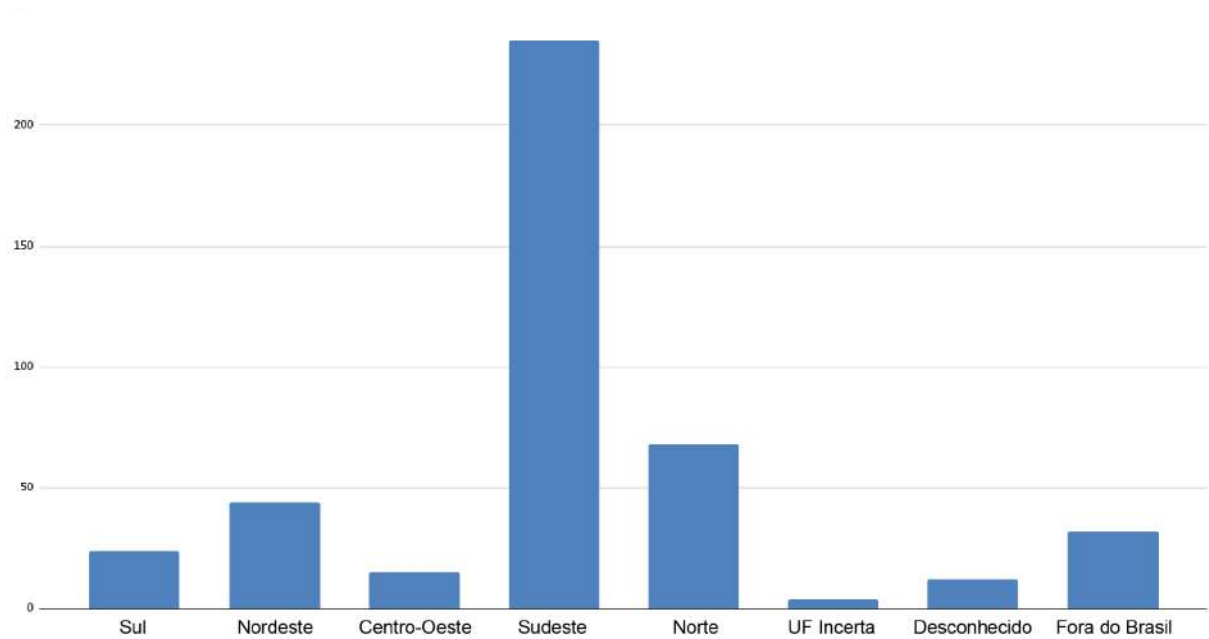
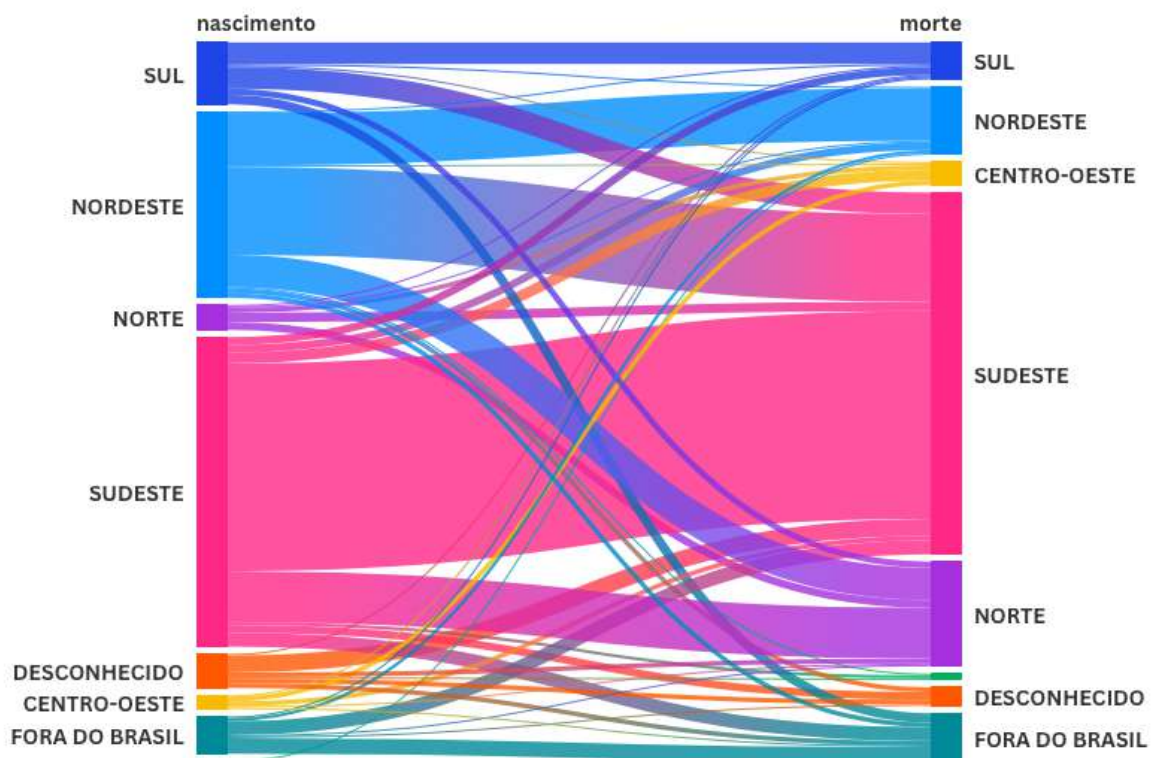


Figura 23: Gráfico aluvial de local de nascimento e morte por região



Fonte: Elaboração própria

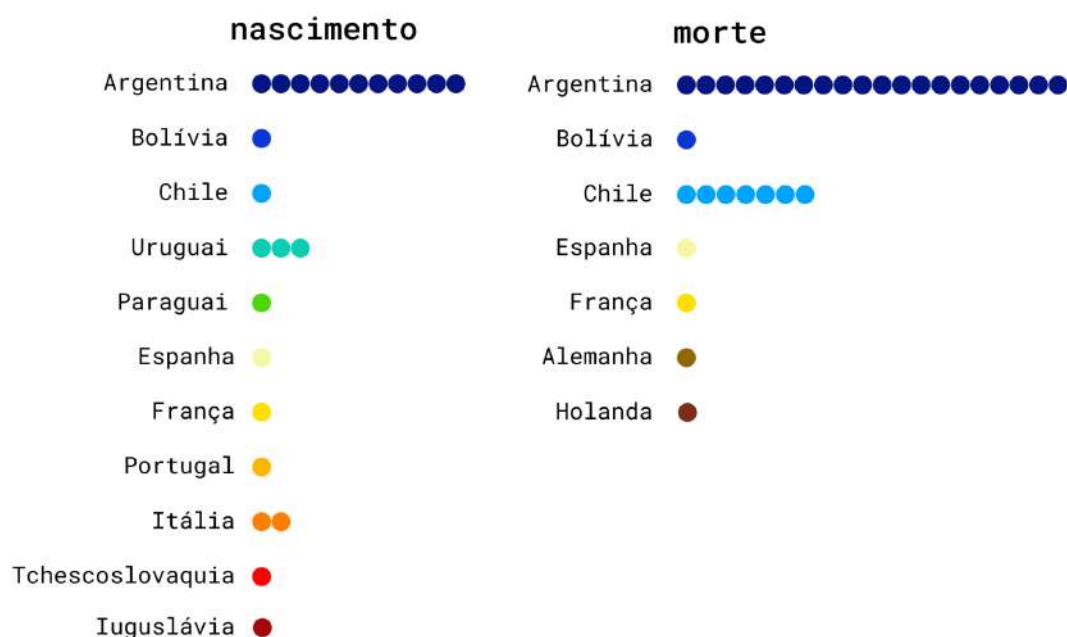
No caso do **local de morte**, após a análise, três pessoas permaneceram com a **UF Incerta: Ezequias Bezerra da Rocha, Juarez Rodrigues Coelho e Oswaldo Orlando da Costa**. Os três desapareceram, e as informações sobre o local exato eram incertas. No relatório da CNV, os estados indicados para cada caso são, respectivamente: **PE ou SP; PA ou GO; e PA, TO ou DF**.

O percentual de vítimas na **Região Norte** é proporcionalmente muito elevado. Para compreender melhor essa diferença, consultei os dados do **Censo da década de 1970** ([IBGE, 2010](#)), a fim de comparar as proporções populacionais entre as regiões.

De acordo com o Censo, em **1970 a Região Norte** possuía **4.188.313 habitantes** e registrou **68 mortes** durante a ditadura, o que corresponde a aproximadamente **16 mortes por milhão de habitantes**. No **Sudeste**, com **40.331.969 habitantes** e **235 mortes** no mesmo período, a taxa foi de cerca de **5,8 mortes por milhão de habitantes — menos da metade** da registrada no Norte. As outras regiões ficaram entre 1 e 3 mortes por milhão de habitantes.

A maior parte das pessoas eram brasileiras e foram mortas dentro do território, mas para entender as **proporções de outras nacionalidades** e a **distribuição das mortes por país e continente**, foram gerados outros gráficos no **Google Sheets**.

Figura 24: Gráficos de nascimentos e mortes fora do Brasil.



Fonte: Elaboração própria

O que mais chama atenção nessa análise é o alto número de pessoas que nasceram (11) ou morreram (20) na Argentina. Outro ponto relevante é a diversidade de nacionalidades identificadas, ainda que cada país apresente percentuais relativamente baixos.

Para as datas de nascimento, utilizei inteligência artificial para uniformizar os registros, mantendo apenas o ano de nascimento e o ano de morte ou desaparecimento. Dessa forma, foi possível estimar a idade aproximada das vítimas no momento da morte ou do desaparecimento.

Em alguns casos, a inteligência artificial não conseguiu identificar corretamente as datas, pois, embora a maioria estivesse no formato dia/mês/ano, havia registros com variações, como “*setembro de 1969*”, ou situações em que havia mais de uma data possível para o desaparecimento. Nesses casos, realizei uma verificação manual, analisando cada registro individualmente para definir a data mais adequada. Quando havia mais de um ano possível, optei por registrar o menor ano. **Pessoas mortas com menos de 30 anos foram definidas como “jovens”.**⁷

Em relação a morte ou desaparecimento, todas as vítimas que apresentavam, em sua mini biografia, o campo “local de desaparecimento” foram classificadas como **desaparecidas**, enquanto aquelas que possuíam apenas o campo “local de morte” foram classificadas como **mortas**.

Vale destacar, contudo, que todos os indivíduos do *Terceiro Volume* foram mortos por agentes da ditadura; a diferença é que alguns foram sequestrados e tiveram seus corpos ocultados, enquanto outros tiveram sua localização informada às famílias.

Evidenciar essa diferenciação é fundamental para revelar os distintos processos de violência e tortura. As famílias que aguardaram por anos pela confirmação da morte de seus entes queridos — ou que ainda vivem sem essa resposta — enfrentam uma dor prolongada, marcada pela ausência de informação e pela impossibilidade de encerrar o luto. Destacar essa dimensão humana é essencial para este projeto.

⁷ Recorte seguindo o Estatuto da Juventude. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/publicacoes/estatuto-da-juventude/cartilha_10-anos-estatuto-da-juventude-versao-internet.pdf

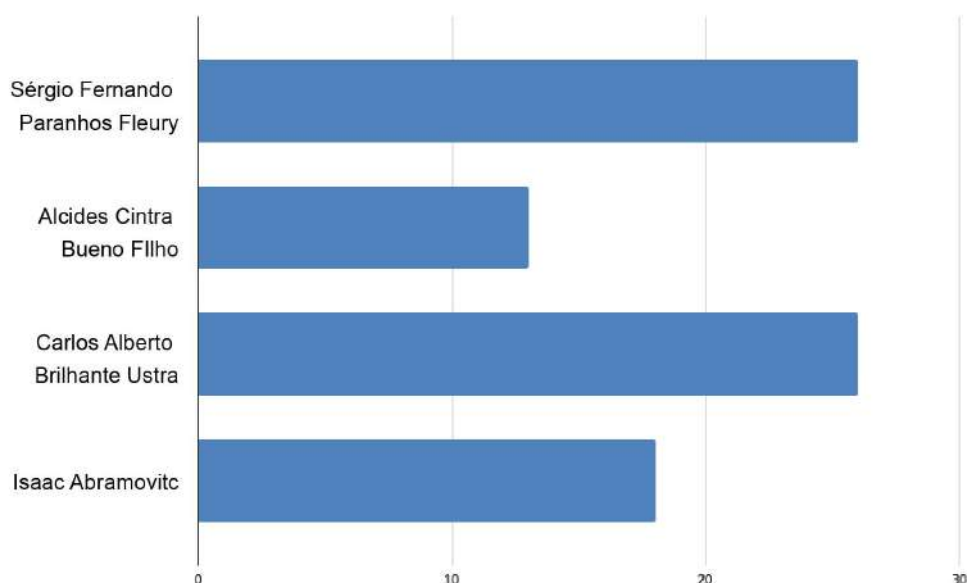
Até hoje, corpos de vítimas continuam sendo encontrados e identificados..⁸

Na **segunda etapa da coleta de dados**, buscou-se identificar as pessoas envolvidas nos casos. A partir da tabela disponível no Terceiro Relatório da CNV, foi construída uma base de dados contendo todas as pessoas assassinadas e seus respectivos autores.

Durante esse processo, foram identificados erros de padronização nos nomes dos autores — por exemplo, Carlos Brilhante Ustra aparecia também como Major Carlos Brilhantes Ustra, e Sérgio Fernando Paranhos Fleury nem sempre estava registrado com o nome completo. Essas inconsistências foram corrigidas manualmente, de modo a garantir que todas as vítimas estivessem devidamente associadas aos principais responsáveis.

Entretanto, alguns autores eram identificados apenas por apelidos ou títulos, como Camarão, Américo, Doutor Guilherme e Marechal. Devido ao limite de tempo do projeto, não foi possível identificar seus nomes verdadeiros. Por esse motivo, a quantidade total de autores relacionados aos casos ainda não pôde ser determinada com precisão, embora se estime que seja superior a 200.

Figura 25: Gráficos de pessoas envolvidas com mais de 10 vítimas.



Fonte: Elaboração própria

⁸ Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Estado brasileiro identifica novas vítimas da ditadura e reforça compromisso com justiça de transição. Brasília, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/estado-brasileiro-identifica-novas-vitimas-da-ditadura-e-reforca-compromisso-com-justica-de-transicao>. Acesso em: 01 dez. 2025.

Foi criada uma nova planilha, reunindo todas as informações já tratadas, que seriam utilizadas no processo de criação da visualização dos dados. Essa planilha passou a conter as seguintes variáveis: **nome**, **sexo**, **tipo de evento**, **UF de nascimento**, **região de nascimento**, **UF de desaparecimento ou morte**, **região de desaparecimento ou morte**, **idade aproximada**, **faixa etária (“jovem” ou “velho”)**⁹, e variáveis booleanas¹⁰ indicando se a vítima teve envolvimento de **Alcides**, **Ustra**, **Isaac** ou **Sérgio**.

Essa planilha serviu como base para o agrupamento final, cujo objetivo foi identificar perfis recorrentes entre as vítimas. Para isso, cada vítima foi descrita por um conjunto de características — sexo, faixa etária, região de nascimento, tipo de evento e autor envolvido.

O agrupamento funcionou da seguinte forma: **cada combinação única dessas características formou um grupo**. Ou seja, só ficam no mesmo grupo as vítimas que têm *todas* as características iguais. As mulheres jovens, nascidas em São Paulo, que morreram em um evento envolvendo o autor Alcides, esse conjunto específico de atributos define um grupo, por exemplo. Qualquer vítima que tenha *todas essas mesmas características* entra nesse mesmo grupo. Mas, se apenas uma característica for diferente — como idade, sexo, local de nascimento ou autor — ela passa a integrar outro grupo.

Aplicando essa lógica a todas as 434 vítimas, foram identificados **86 grupos distintos**.

Figura 26: Captura de tela da planilha do Google Sheets. Exemplo de grupos do agrupamento final.

sexo	ipo_evento	nascim	jovem	sergio	alcides	ustra	isaac	n
F	desaparece	CENTRO-OESTE	jovem	Não	Não	Não	Não	1
F	desaparece	FORA DO	jovem	Não	Não	Não	Não	1
F	desaparece	FORA DO	jovem	Sim	Não	Não	Não	2
F	desaparece	NORDESTE	jovem	Não	Não	Não	Não	5
F	desaparece	SUDESTE	jovem	Não	Não	Não	Não	10
F	desaparece	SUDESTE	velho	Não	Não	Não	Não	3
F	desaparece	SUDESTE	velho	Não	Não	Sim	Não	1
F	desaparece	SUDESTE	velho	Sim	Não	Não	Não	1
F	morte	FORA DO	jovem	Não	Não	Não	Não	1
F	morte	FORA DO	velho	Não	Não	Não	Não	1
F	morte	NA	jovem	Não	Não	Não	Não	1
F	morte	NA	velho	Não	Não	Não	Não	1

Fonte: Elaboração própria

⁹ Recorte seguindo o Estatuto da Juventude. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/publicacoes/estatuto-da-juventude/cartilha_10-anos-estatuto-da-juventude-versao-internet.pdf

¹⁰ Uma variável booleana é um tipo de dado que pode armazenar apenas dois valores: verdadeiro ou falso.

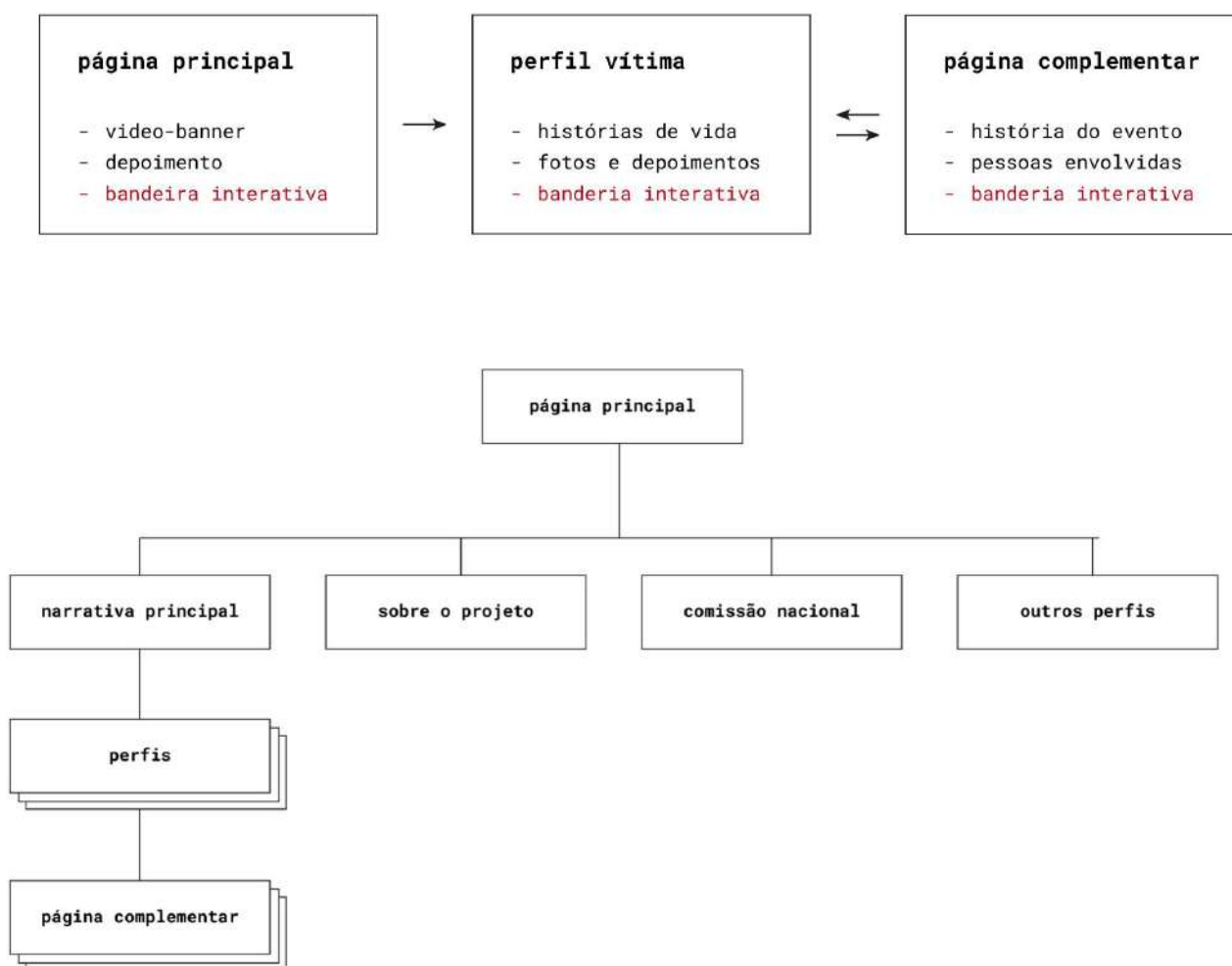
7. Desenvolvimento do Site

¹¹O processo de elaboração do site pode ser dividido em duas etapas: a **estruturação**, que envolve a construção da narrativa e as páginas do site, e a **comunicação visual**, que abrange a identidade visual, a interface, diagramação, codificação visual, os elementos gráficos e as animações utilizados ao longo da narrativa.

7.1 Estruturação

O site foi estruturado em três partes: a **página inicial**, os **perfis individuais** e as **páginas complementares**.

Figura 27 e 28: Navegação 1 e 2 do site.



Fonte: Elaboração própria.

¹¹ O link para do protótipo completo: <https://encurtador.com.br/fhQp> Link para o vídeo do protótipo: <https://encurtador.com.br/CVsE>

A navegação 1, entre as páginas, acontece através da bandeira interativa (a **visualização geral das vítimas**) ou através de hiperlinks nos textos. A navegação é cíclica, ou seja, não apresenta um fim definido. Após explorar as páginas complementares, o usuário pode continuar interagindo com a visualização e acessar outros perfis.

A navegação através do menu, navegação 2, foi criada após a fase de validação, que será desenvolvida futuramente. Ele contempla três páginas que não são acessadas diretamente pelas bandeiras:

- **O Projeto:** apresenta quem uma breve apresentação minha, o contexto de elaboração, o nome da minha orientadora e informações sobre a base de dados e o relatório utilizado.
- **A Comissão:** oferece uma breve explicação sobre a Comissão Nacional da Verdade.
- **Os Outros:** propõe uma reflexão sobre aqueles que não estão representados nesse site.

7.1.1 Construção da Narrativa

A **página principal** começa com o vídeo-banner que foi criado com o objetivo de **colocar as vítimas no centro da narrativa**, dando dimensão das mortes não através dos números, mas sim dos rostos das vítimas. No protótipo atual, o vídeo está em uma versão reduzida, com menos nomes e apenas cinco fotos. Para o desenvolvimento futuro, a intenção é incluir **os rostos e nomes das 434 vítimas**.

Figura 29: Frame do vídeo-banner.



Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, destaco um trecho do Requerimento de Iara Xavier Pereira referente a Arnaldo Cardoso Rocha para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos:

Era filho do Rocha, velho militante comunista e seu referencial de vida; mas sempre apegado à mãe, Annette, que segurava as barras da família: dez filhos, um marido militante e sempre muito serviço na casa cheia para os almoços domingueiros, regados à discussão política e cerveja.

A escolha desse trecho também se deu pela sua força pessoal. Iara descreve com sensibilidade o cotidiano familiar, um ambiente vivo, afetivo e politizado, que foi abruptamente atravessado pela violência e pela barbárie da ditadura. O projeto é uma homenagem a eles, minha família Rocha, e às muitas famílias que permaneceram com essa ausência, e por isso considerei importante trazer esse fragmento logo no início, para que o leitor compreenda o peso humano e emocional que sustenta este trabalho.

Com a intenção de apresentar ao leitor uma visão geral das mortes logo no início, foi criada uma animação que introduz a visualização de forma lenta e pausada, permitindo tempo para observar e absorver as informações antes de avançar. O desenvolvimento técnico dessa visualização será detalhado na seção seguinte.

Após essa visualização inicial, e com o objetivo de orientar o leitor, o primeiro retângulo começa a pulsar. Ele representa a história de vida de Arnaldo. A intenção desse destaque é deixar claro que a visualização é interativa e que o leitor deve clicar nos retângulos para explorar as histórias. Por se tratar de um protótipo, existem apenas **duas histórias disponíveis** até o momento, mas a expectativa é de que o projeto se expanda e possa futuramente incluir todas as vidas representadas pelos retângulos.

Ao clicar no retângulo do Arnaldo, surge um *pop-up* com suas informações básicas — nome, fotografia, datas de nascimento e morte — acompanhado de um trecho em sua homenagem, escrito por Iara. Ao selecionar esse *pop-up*, o leitor é direcionado para o perfil completo de Arnaldo, onde é possível conhecer um pouco de sua trajetória com base no *Terceiro Volume* e também trechos do seu requerimento, disponível na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo¹².

Concluída essa leitura, o leitor retorna à visualização geral e pode explorá-la utilizando os filtros disponíveis (**região, autor envolvido e descrição**). Além disso, é

¹² Perfil do Arnaldo Cardoso Rocha na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo <https://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/arnaldo-cardoso-rocha>

possível acessar a história de **Soledad Barret** por meio do botão de busca, simulando o processo de localização de uma pessoa. Sua trajetória foi escolhida tanto pela diversidade de países pelos quais passou ao longo da vida, tendo sido utilizada nas primeiras experimentações do projeto, quanto pelo caráter trágico e impactante de sua história.

É importante destacar que este é um protótipo de alta fidelidade, mas ainda com liberdade de exploração limitada, uma vez que somente as histórias já incorporadas podem ser acessadas no momento.

Na página de Soledad, há um hiperlink funcional para o evento “**Massacre da Chácara de São Bento**”. Ele ilustra como as páginas de eventos e locais devem operar no futuro, com navegação entre conteúdos por meio de hiperlinks.

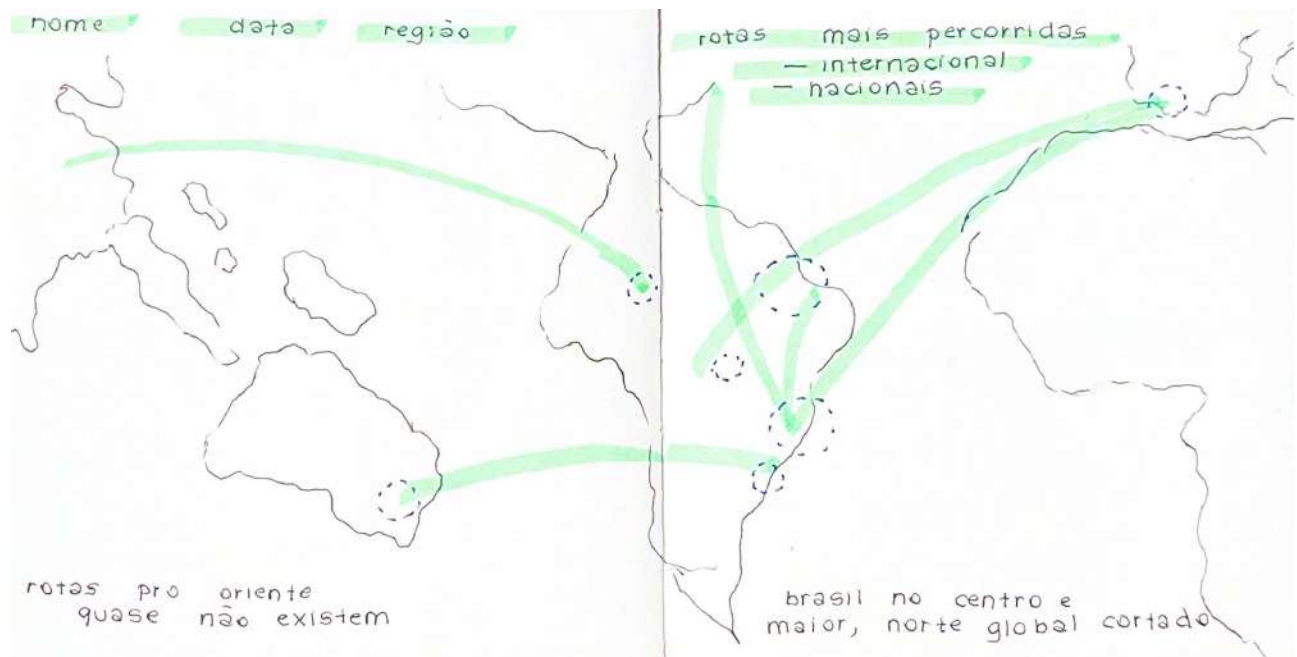
Ao final de cada página, o usuário retorna à visualização geral. Assim, o site não possui um final claro, visto que ao se repetir, a bandeira instiga o leitor a continuar a procura. Existe apenas uma exceção que é na página “*Quem não pertence à bandeira*”, criada como uma provocação aos limites deste projeto, limites que refletem questões da própria Comissão Nacional da Verdade, como a hierarquização de certas vítimas da ditadura. No final dessa página, o usuário é instigado a voltar para a página anterior.

7.1.2 Visualização Geral das Vítimas

O objetivo principal dessa visualização foi criar uma forma de navegação dentro do site, permitindo ao leitor percorrer o conteúdo e encontrar, entre as vítimas, uma história para explorar.

Os primeiros rascunhos surgiram a partir da ideia de representar **as rotas percorridas com maior frequência pelas vítimas ao longo de suas vidas**. A proposta inicial era utilizar a planilha de deslocamentos para identificar quais trajetos deveriam ganhar maior destaque. No entanto, esse método não avançou: Ao analisar os dados, percebi a **incongruência de agrupar trajetórias tão distintas**, já que os deslocamentos tinham motivações diferentes e não formavam um padrão significativo.

Figura 30: Rascunhos de baixa fidelidade para entender a possibilidade de agrupamento de rotas.



Fonte: Elaboração própria.

Outra possibilidade considerada foi **conectar as pessoas por meio de hiperlinks**. A ideia era criar uma história-base a partir da qual o usuário pudesse navegar para outras histórias, guiado por similaridades como local de nascimento, cidades percorridas ou países visitados. Os primeiros rascunhos se inspiraram em mapas mentais, buscando representar essas conexões de maneira visual e intuitiva.

Figura 31: Rascunhos de baixa fidelidade para visualização com foco em hiperlinks.



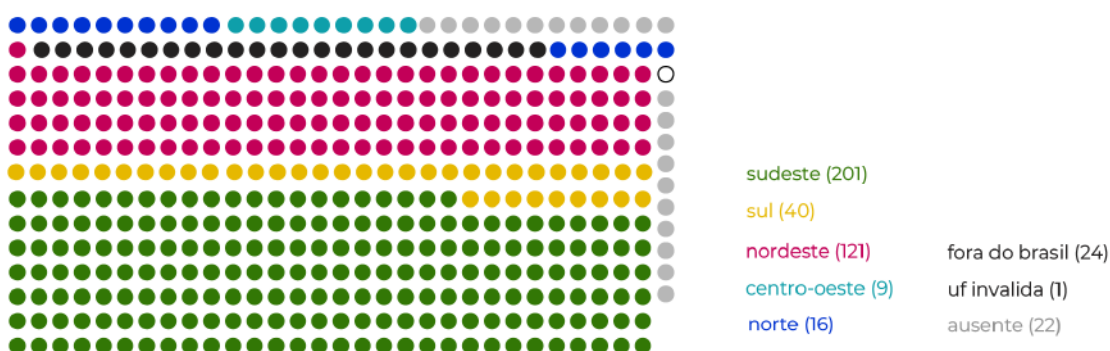
Fonte: Elaboração própria.

Embora essa abordagem não tenha avançado como solução para a visualização geral das vítimas, o conceito de navegação por hiperlinks permaneceu e acabou sendo incorporado ao resultado final dos perfis.

Com o objetivo principal de **dar ênfase às histórias das vítimas**, surgiu a ideia de utilizar **gráficos de matriz de pontos**. Dessa forma, cada pessoa seria representada por um ponto. O *Catálogo de Visualização de Dados* define esse tipo de gráfico da seguinte forma:

*Dot Matrix Charts display discreet data through a series of organised dots, each coloured to represent a particular category and grouped in a matrix. They are used to give a quick overview of the distribution and proportions of each category in a data set. Dot Matrix Charts are also used to compare distribution and proportion across other datasets, to discover patterns.*¹³

Figura 32: Experimentação do Gráfico de Matriz de Pontos com dados da região.



Fonte: Elaboração própria.

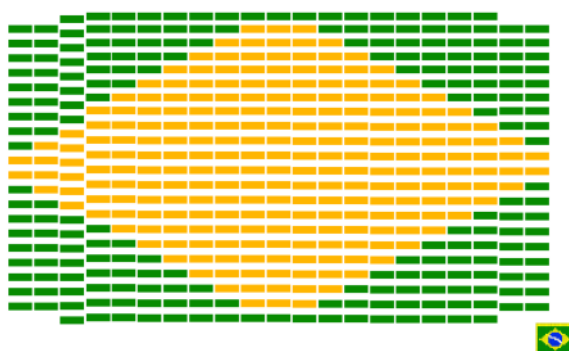
As primeiras experimentações foram feitas no Illustrator, agrupando as vítimas por região. No entanto, devido à grande diversidade de cores necessária para representar cada categoria regional, concluiu-se que seria mais adequado trabalhar apenas com as categorias **morte e desaparecimento**.

¹³ Tradução livre: Gráficos de Matriz de Pontos exibem dados por meio de uma série de pontos organizados, cada um colorido para representar uma categoria específica e agrupado em uma matriz. Eles são usados para fornecer uma visão rápida da distribuição e das proporções de cada categoria em um conjunto de dados. Gráficos de Matriz de Pontos também são utilizados para comparar a distribuição e a proporção entre diferentes conjuntos de dados, a fim de identificar padrões. Disponível em: <https://datavizcatalogue.com/>

A obtenção desse dado foi realizada no primeiro processo de coleta, descrito no capítulo 6.1 **Tratamento e análise dos dados**. Todas as vítimas que apresentavam, em sua mini biografia, o campo “local de desaparecimento” foram classificadas como desaparecidas, enquanto aquelas que possuíam apenas o campo “local de morte” foram classificadas como mortas.

Foi nesse contexto, ao trabalhar com apenas duas categorias, que surgiu a ideia de ilustrar a **bandeira do Brasil** na visualização, diferenciando os 214 mortos dos 220 desaparecidos.

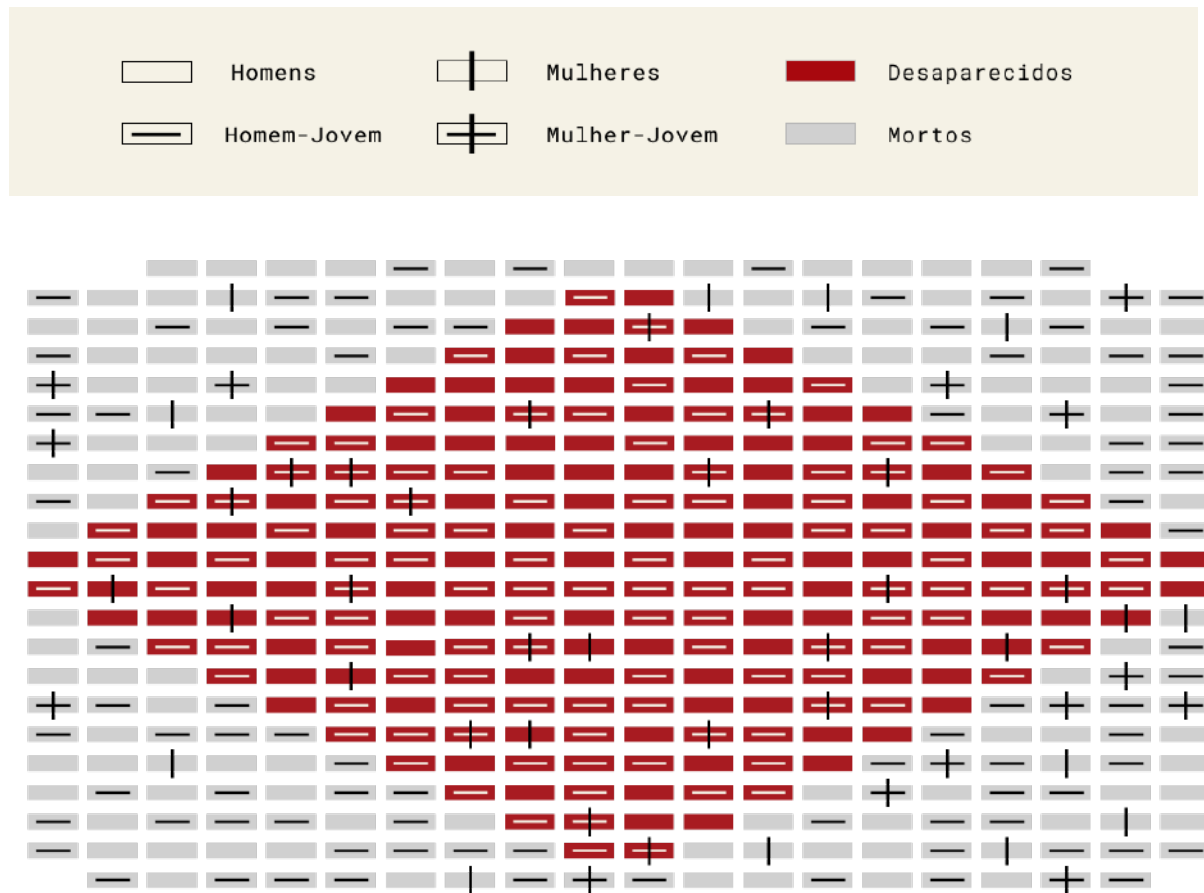
Figura 32: Experimentação do gráfico utilizando as cores da bandeira oficial.



Fonte: Elaboração própria.

A partir daí, o símbolo original, círculos, foi substituído por **retângulos**, de modo a evocar a forma de caixões. Além disso, foram incluídas mais duas dimensões de informação na codificação visual. Para representar as outras variáveis, foram criados **símbolos adicionais** dentro desses retângulos. Assim, retângulos com um traço horizontal passaram a representar **jovens**, enquanto um traço vertical passou a identificar **mulheres**. Além da mudança das cores, os desaparecidos foram representados pela cor vermelha e os mortos pela cor cinza.

Figura 33: A legenda e a bandeira final



Fonte: Elaboração própria.

A região da vítima corresponde a posição do retângulo no mapa, assim todas as pessoas do Sudeste estão agrupadas no canto inferior direito, como pode ser visto na Figura 34.

Figura 34: Visualização geral dos mortos separados por região.

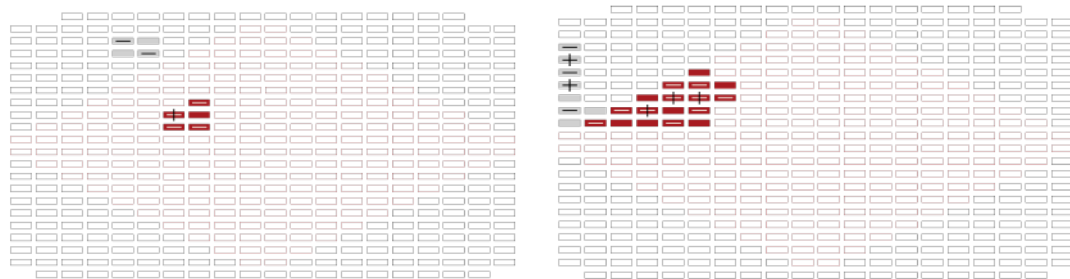
Sudeste e Sul



Norte e Nordeste



Centro-Oeste e Fora do Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Para que o leitor tenha um contato lento e pausado com a visualização, permitindo a leitura da legenda e a compreensão dos detalhes, foi criada uma animação que faz a bandeira surgir de forma gradual na página de início do site. Nessa página, são apresentados inicialmente os **434 mortos**, seguidos pela iconografia das **mulheres**, dos **jovens** e, por fim, pela distinção entre **mortos** e **desaparecidos**, compondo a visualização completa da bandeira. No momento, a animação é acionada por meio de um clique; entretanto, a intenção é que ela seja executada automaticamente após alguns segundos de inatividade do usuário.:

Para a navegação na visualização, foram criados filtros que permitem ao usuário explorar os dados de forma direcionada. Atualmente, há três categorias de filtros disponíveis: **região**, **autores envolvidos** e **descrição do perfil** (idade e gênero). Por meio de cliques, o usuário pode selecionar os elementos que deseja visualizar, bem como limpar todas as seleções para recompor o cenário inicial e escolher novos recortes.

Figura 35: A bandeira e o menu para filtrar as propriedades desejadas.



Fonte: Elaboração própria.

7.1.3. Perfil das Vítimas e Páginas Complementares:

Busquei inspiração em **estruturas de investigações policiais**, o que acabou orientando a construção do que hoje se tornou o perfil de cada militante.

Figura 36: Páginas dos perfis agrupadas.¹⁴



Fonte: Elaboração própria.

O objetivo dessa página é **dar ênfase à vida dessas pessoas**, e não apenas às circunstâncias de sua morte. Para isso, combinei **imagens do Arquivo Nacional** com **fotografias de documentos**, criando uma narrativa visual que reforça a credibilidade do texto sem perder a dimensão humana desses perfis. As histórias foram baseadas no **Terceiro Volume da Comissão Nacional da Verdade** e, no caso de Arnaldo, complementadas por citações do requerimento de Iara Xavier para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.

Nas páginas complementares — **O Projeto, A Comissão e Os Outros** — o conteúdo é predominantemente informativo, com menor uso de imagens e maior foco nos textos.

No caso específico da página “**Os Outros**”, que aborda os indivíduos não representados na bandeira, há um uso um pouco mais frequente de imagens para reforçar o conteúdo apresentado. Na abertura dessa seção, foram recortadas figuras de fotografias históricas para produzir um efeito de choque e evidenciar a dimensão do desconhecido. Além disso, foi incluída uma imagem da destruição do Morro da Catacumba, retirada da

¹⁴ Link para página do Arnaldo no protótipo: <https://encurtador.com.br/iNVT> Link para página da Soledad no protótipo: <https://encurtador.com.br/CIdE>

Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, para ilustrar a violência que resultou em tantas mortes.

Figura 37: Página “Os Outros”.



Fonte: Elaboração própria.

Link para página no protótipo: <https://l1nq.com/paginaosoutros>

Na página **A Comissão**, optou-se pelo uso de apenas uma imagem: a fotografia da assinatura do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, com a então presidenta Dilma Rousseff.

Figura 38 e 39: Página “A Comissão”.



Fonte: Elaboração própria.

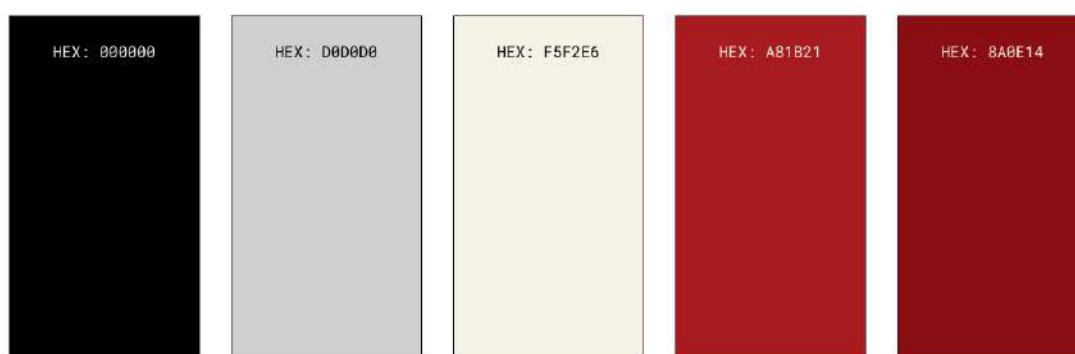
Link para página no protótipo: <https://sl1nk.com/paginacomissao>

Um aspecto importante no design dessas páginas é a presença de **momentos de respiro**. Como se tratam de histórias densas, os blocos de texto são distribuídos com espaçamento generoso, permitindo que o usuário assimile o conteúdo com calma. A alternância frequente entre texto e imagem também contribui para uma leitura mais leve e fluida.

7.2 Comunicação Visual:

Para a identidade visual, utilizei referências que remetessem a uma **estética de investigação e documentação**, porém de maneira mais leve e menos carregada. Optei por **espaços vazios** e uma paleta enxuta, composta pelas cores.

Figura 40: Paleta de cores



Fonte: Elaboração própria.

- **Preto:** utilizado para o texto-base e para destacar os nomes dos agentes da repressão.
- **Cinza:** aplicado às legendas e à representação dos mortos na visualização da bandeira.
- **Bege:** empregado como cor de fundo e em alguns textos específicos exibidos sobre fundos escuros.
- **Vermelhos:** usados para representar os desaparecidos na visualização da bandeira e para destacar elementos no texto e nas fotografias. Optei por duas tonalidades ligeiramente diferentes de vermelho por motivos estéticos.

Essa paleta permitiu destacar as informações importantes sem recorrer a grandes variações de cor, preservando o nível de seriedade necessário. As escolhas foram feitas

com cuidado para manter o dinamismo, equilibrando sobriedade e fluidez na experiência visual.

Todas as imagens utilizadas no site foram editadas para ficar em preto e branco com filtro granular. Além disso, no site uso do filtro **multiply** do Figma para ter um efeito de transparência com o fundo. Para **destacar informações** específicas, usei o recurso de **blend mode**, permitindo que certos detalhes das fotos surgissem em **vermelho**.

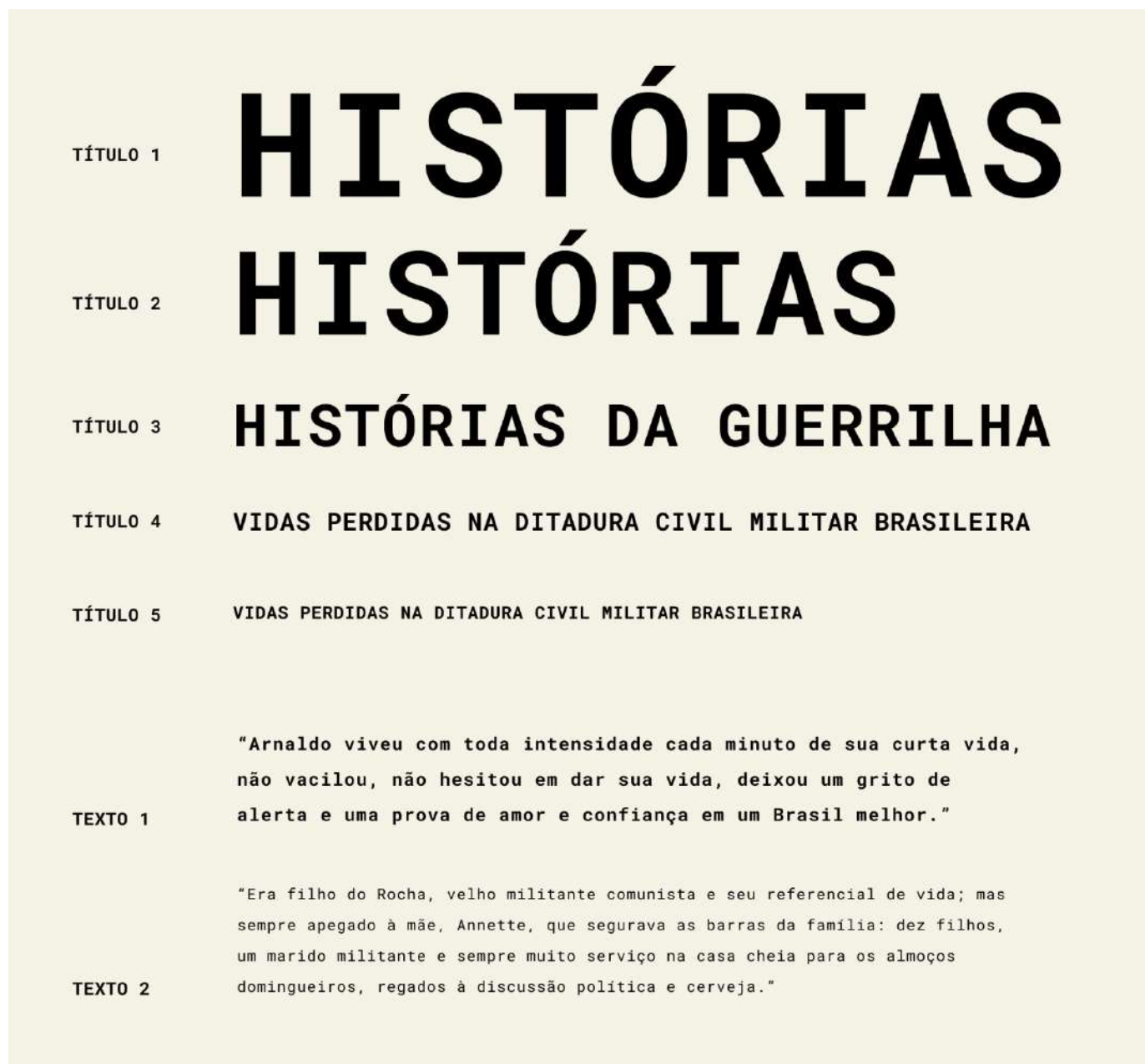
Figura 41: Jornal Folha da Tarde, 1972.



Fonte: Arquivo Nacional. Edição própria.

A tipografia utilizada foi a **Roboto Mono**, que remete às fontes de **máquinas de escrever**, reforçando a estética documental e investigativa do projeto.

Figura 42: Hierarquização tipográfica.



Fonte: Elaboração própria.

O **Título 1** corresponde à abertura das páginas complementares (corpo 250). Logo abaixo, aparece o **Título 2**, usado como título para os perfis (corpo 200), seguido pelo **Título 3**, destinado a página principal (corpo 100). O **Título 4 e 5** são informações de menor hierarquia, como o subtítulo e título da seção da bandeira, (com corpo 42 e 30, respectivamente). Já o **Texto 1** foi aplicado às citações dentro dos perfis (corpo 30) diferenciando visualmente esses trechos do restante do conteúdo, apresentado em **Texto 2**, corpo 26. Todos com **peso Bold**, menos o Texto 2, que é **Regular**.

A maior parte dos textos está em **preto**, garantindo bom contraste com o fundo claro. Algumas palavras e trechos, porém, aparecem em vermelho para dar ênfase. Após as alterações feitas a partir das entrevistas, as **citações** passaram a ter **fundo vermelho e texto bege**, criando uma diferenciação ainda mais evidente em relação ao corpo do texto e reforçando sua função de destaque.

Figura 43: Exemplo de layout de citação junto com fotografia.



Fonte: Elaboração própria.

7.2.1 Taxonomias das informações:

A taxonomia, na arquitetura de informação, é a classificação de termos ou conceitos para organizar a informação de um sistema em categorias lógicas (FONSECA, 2022). Com o objetivo de criar hiperlinks dentro dos perfis, desenvolvi taxonomias que possibilitam ao usuário navegar de uma história para outra com base em atributos comuns.

Por exemplo, no caso do Massacre da Chácara de São Bento, o usuário pode acessar a página correspondente a esse evento a partir do perfil de Soledad Barret, por meio de um hiperlink associado ao nome do massacre. A partir dessa navegação, é possível identificar outras vítimas que também foram mortas nesse episódio.

As informações utilizadas como taxonomias incluem: **nome das vítimas, nome dos autores, organização política, local e evento**. Assim, o usuário consegue explorar conexões significativas entre os perfis, descobrindo padrões e relações entre as histórias sem precisar procurar individualmente cada caso.

Visualmente as taxonomias ficaram divididas da seguinte forma:

Figura 44: Taxonomia da informação como legenda e aplicada no texto.

nome de vítimas

nome de autores

organização política

local e eventos

Com o aumento da repressão, decidiu deixar o país e seguir para o exterior, passando por Cuba. No entanto, sua permanência foi breve, pois logo retornou ao Brasil.

Em 1972, recebeu a notícia do assassinato de seu cunhado e comandante, Iuri Xavier. Apesar das ordens expressas do comando no Brasil para que permanecesse fora, comunicou sua decisão de voltar.

De volta ao país, permaneceu algum tempo no Nordeste, onde participou do assalto à Coletoria de Impostos de Bodocó, em Pernambuco. Pouco depois, retornou a São Paulo, em 14 de junho de 1972.

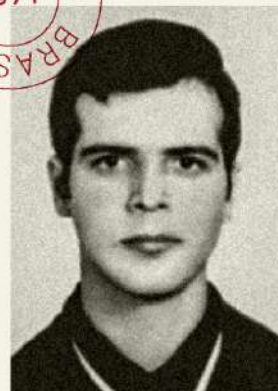


Foto de identidade Arnaldo.

Fonte: Elaboração própria.

8. Demonstração e entrevista com especialistas

Para validar o projeto, selecionei três pessoas para entrevistas:

Andrea Schettini: Doutora em Direito (PUC-Rio / Paris Nanterre). **Foi pesquisadora do PNUD em parceria com a Comissão Nacional da Verdade brasileira (2014) e assessora da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.** Seus temas de pesquisa são: direitos humanos, justiça de transição, violência de Estado, comissões da verdade e cortes internacionais de direitos humanos.

Lucas Pedretti: Historiador, doutor em Sociologia (Iesp/UERJ) **Integra a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia e edita o portal História da Ditadura.** Foi pesquisador da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio). Edita o portal História da Ditadura, voltado para a divulgação científica de pesquisas historiográficas sobre a ditadura brasileira.

Pedro Herzog: Mestre em Design (ESDI/UERJ) Possui uma empresa com **experiência no desenvolvimento de projetos de comunicação visual, design de interação e sistemas de informação.** Focado principalmente na construção de acervos. Já trabalharam em projetos como o Portal do Machado de Assis, Portal da Lygia Clark e o site da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI/UERJ).

A metodologia adotada nas entrevistas foi inspirada no *thinking aloud* (pensar em voz alta). Segundo Lewis e Rieman (1993, apud Giannella, 2020), o princípio fundamental do *thinking aloud* é solicitar aos participantes que executem tarefas enquanto verbalizam, em voz alta, aquilo que estão vendo, fazendo e pensando.

Durante cada encontro, eu navegava pelo site enquanto compartilhava minha tela, permitindo que a pessoa entrevistada acompanhasse todo o percurso. O ritmo da navegação era guiado pelo tempo de leitura e pela reação da participante: conforme ela sinalizava que podia seguir adiante, eu prosseguia com o *scroll*. Assim, cada pessoa pôde explorar o conteúdo em seu próprio ritmo e fazer intervenções conforme surgiam suas observações.

A principal diferença da metodologia de inspiração, *thinking aloud*, foi que o objetivo não era conduzir o entrevistado por um caminho específico dentro da plataforma. Não era

propriamente um teste de usabilidade. A demonstração com entrevista buscava compreender sua percepção sobre o projeto: se havia conteúdos faltantes, se havia interpretação correta dos dados, se a pessoa considerava a proposta relevante e de que forma eu poderia aprimorá-la do ponto de vista da forma e conteúdo.

8.1 Roteiro da Validação:

O roteiro-base da entrevista foi estruturado da seguinte forma:

1. Apresentação inicial:

Breve introdução sobre quem eu sou, o que é o projeto, qual o seu objetivo, o que está contemplado no protótipo e o tempo médio estimado de navegação. Além disso, no caso do Pedro Herzog, fiz uma apresentação breve do que foi a CNV e um pouco sobre cada relatório.

2. Explicação da metodologia:

Esclarecimento de como se daria a condução da apresentação. Informei que seria importante que os entrevistados interagissem comigo ao longo da navegação, verbalizando seus pensamentos e impressões. Também pedi que sinalizassem quando estivessem prontos para que eu prosseguisse com o scroll, garantindo que a leitura e a exploração do conteúdo acontecessem no ritmo de cada participante.

3. Perguntas finais:

Ao longo da apresentação, os entrevistados foram fazendo perguntas e comentários espontaneamente. As questões abaixo compunham o conjunto básico que eu desejava abordar, mas, na maioria dos casos, elas foram respondidas de forma orgânica durante a própria conversa, o que tornou desnecessário retomá-las ao final.

1. Você pode me contar, com as suas palavras, o que entendeu desse projeto?
2. Queria saber o que você achou do projeto. Acha que a codificação visual ficou clara? Consegue entender quem é uma mulher-jovem-desaparecida?
3. Tem algo que achou confuso ou foi difícil de entender?
4. Você sentiu falta de alguma informação, detalhe ou funcionalidade?

5. Acha que o projeto tem potencial de servir para a manutenção da memória da sociedade? Acha que ele poderia servir para fins de pesquisa?
6. Qual o maior impacto da CNV na sociedade? E qual é a maior limitação desse impacto?
7. Por fim, existe algo mais que você gostaria de comentar, sugerir ou compartilhar?

8.2 Resultado das entrevistas:

Para Andrea Schettini , este trabalho possui um papel importante na **transmissão da memória**. Em seu artigo *O legado da Comissão Nacional da Verdade: as disputas pelo significado jurídico, histórico e político de seus trabalhos (2023)*, ela discute a escassez de suportes materiais que permitam à Comissão Nacional da Verdade alcançar a força necessária para permanecer na memória coletiva. Nesse sentido, destacou que iniciativas como este projeto contribuem justamente para suprir essa lacuna.

Porque qual foi um dos grandes problemas da Comissão Nacional da Verdade? Ela fez um relatório de três volumes que soma sei lá quantas mil páginas. Quem vai sentar para ler aquilo? Por que a comissão não teve esse impacto todo? E aí a minha sensação é que seu trabalho faz esse trabalho, de tornar uma **transmissão da memória**. Eu acho isso muito bom mesmo, acho que tem muito impacto. Acho super relevante o que você está fazendo. (SCHETTINI, 2025. APÊNDICE A)

Além disso, Andrea reconhece o projeto como uma ferramenta didática e que poderia ser compartilhado dentro dos grupos de estudo em que ela coordena.

Sua principal crítica se concentrou no que ela chamou de “**lastro probatório**”, ou seja, na clareza e rastreabilidade das fontes utilizadas. Ela apontou que não estava evidente o que havia sido extraído do Dossiê do Arnaldo e da Comissão Nacional da Verdade, nem quais trechos correspondiam às falas de Iara Xavier. Esses ajustes já foram realizados na versão final do protótipo, antes da defesa. Agora, quando as informações são de uma fonte diferente do Terceiro Volume, são destacadas em vermelho.

Figura 45 e 46: Antes e depois da página do perfil.



Ela também trouxe sugestões importantes sobre os **filtros de pesquisa**. Comentou que há dois tipos de busca muito frequentes entre pesquisadores: **locais de repressão** e **formas de organização política**. Observou ainda que existe uma relação entre o tempo e as mortes de integrantes de determinadas organizações políticas, ou seja, a repressão incide sobre grupos específicos em períodos determinados. Com a base de dados atual, ainda não é possível oferecer esses recortes, mas com o avanço do projeto isso se tornará uma prioridade.

Por fim, Andrea destacou a importância de dar **maior ênfase às histórias dos povos indígenas**. E ela também ressaltou a importância de criar um contexto sobre a CNV, já que seu alcance foi limitado e, por isso, é essencial oferecer essa contextualização ao usuário.

Pedro Herzog avaliou o projeto de forma extremamente positiva, ressaltando seu potencial de transformar um conteúdo denso e complexo em algo muito mais acessível. A conversa foi especialmente produtiva: além de reconhecer o valor da proposta, Pedro enxergou potencial para incorporá-la ao sistema Shiro, que sua empresa desenvolve com objetivo de documentar acervos.

Ao mesmo tempo, Pedro apontou que algumas legendas não estavam suficientemente claras — relatando dificuldade, por exemplo, para identificar o grupo “homem–adulto–morto” — e sugeriu incluir uma legenda específica para diferenciar os homens. Ele também observou problemas de sobreposição de signos entre a legenda e o menu, já corrigidos na versão entregue à banca, e recomendou a criação de um menu que permitisse ao usuário navegar pelo site, também adicionado. Além disso, sugeriu explorar diferentes formas de agrupamento da visualização, facilitando comparações entre variáveis distintas, que será aprimorado em futuros desdobramentos do projeto.

Figura 47 e 48: Antes e depois dos filtros.

ORDEN E PROGRESSO

REGIÃO

+ NORTE
+ NORDESTE
+ SUDESTE
+ SUL
+ CENTRO-OESTE

ENVOLVIDOS

+ CARLOS BRILHANTE USTRA
- SÉRGIO PARANHOS FLEURY
- ISAAC ABRAMOVITC
- ALCIDES BUENO FILHO

+ JOVENS
+ MULHERES

LIMPAR SELEÇÃO

LOCALIDADE

X NORTE
X NORDESTE
X SUDESTE
X SUL
X CENTRO-OESTE
X FORA DO BRASIL
X NÃO IDENTIFICADO

ENVOLVIDOS

X CARLOS BRILHANTE USTRA
X SÉRGIO PARANHOS FLEURY
X ISAAC ABRAMOVITC
X ALCIDES BUENO FILHO

DESCRIÇÃO

X JOVENS
X MULHERES
X HOMENS

LIMPAR SELEÇÃO

Fonte: Elaboração própria.

Por último, Lucas Pedretti destacou com ênfase a importância da página que problematiza as pessoas não contempladas pelo Terceiro Volume do Relatório. Durante a entrevista, ele contextualizou o que foram os três volumes e comentou a tensão existente em torno da hierarquização das mortes. Ressaltou também que a ausência de assinatura da Comissão no Segundo Volume — conhecido como o volume dos textos temáticos — faz com que ele tenha muito menos peso institucional, além de apresentar histórias individualizadas menos desenvolvidas. Nesse sentido, Lucas considerou a página dedicada às vidas não mencionadas como **fundamental para o debate contemporâneo** sobre memória e justiça.

Um ponto particularmente relevante da conversa foi a tensão entre indivíduo e coletivo na construção da memória. Para Lucas, é muito significativo que o projeto permita ver as pessoas como um coletivo — representadas na bandeira — e, ao mesmo tempo, possibilite acessar suas histórias de vida. Ele afirmou que iniciativas como esta fazem parte da própria luta dos familiares, pois narram não apenas histórias de violência, mas também trajetórias de vida, luta e militância. Como ele ressaltou, é essencial chamar atenção para o fato de que **não são números, mas pessoas que foram assassinadas**.

Ao discutir as limitações da Comissão, Lucas trouxe três pontos:

1. Conjuntura política da época

A entrega do relatório final ocorreu em dezembro de 2014, no fim do mandato Dilma, em um contexto de forte conflito político. As recomendações da CNV, portanto, não estavam entre as prioridades do governo, o que contribuiu para limitar seu alcance.

2. A dinâmica de trabalho da CNV

Segundo ele, a Comissão adotou uma lógica mais jurídica do que pública. Apesar das audiências terem ocorrido por pressão da sociedade, o relatório manteve um caráter pouco acessível. Como Lucas sintetizou:

É um relatório que, como você sabe agora que está trabalhando com ele, é absolutamente inacessível, ilegível... são 4 mil páginas. Eu brincava que o relatório tem 4 mil páginas, 3 volumes, 6 tomos e 9 quilos. A gente tem a impressão física do relatório aqui. Vinha numa caixa pesada. Você imagina como é que as pessoas vão ler isso. As pessoas não leem nada, imagina um trabalho de 4 mil páginas. (PEDRETTI, 2025. APÊNDICE B)

Essa falta de cuidado em transformar o relatório em um documento legível dificultou sua apropriação pública. Nesse sentido, Lucas resalta a relevância do meu projeto.

Esse é um projeto que se inscreve na lacuna que a comissão deixou, que é como traduzir o relatório para linguagens e suportes os mais diversos possíveis. **Então, como é que eu traduzo 4 mil páginas em uma imagem?** Você está fazendo isso. Isso é muito importante do ponto de vista da comunicação e da possibilidade de alcançar novos públicos. Como professor de ensino básico, eu não posso chegar na minha escola com seis volumes e falar, leia. Mas eu posso abrir esse teu site um dia na minha aula e navegar por ele. (PEDRETTI, 2025. APÊNDICE B)

A visualização exploratória cumpre, assim, a função de traduzir essas 4 mil páginas de maneira acessível, por meio de um formato não linear que estimula o interesse individual de cada leitor e possibilita novas formas de aproximação ao conteúdo.

3. A limitação no reconhecimento das vítimas da ditadura

Ao definir oficialmente 434 pessoas como vítimas, a Comissão acabou restringindo o diálogo com movimentos sociais que poderiam ter abraçado a causa. Essa delimitação impediu uma conexão mais forte com as formas contemporâneas de violência do Estado, um ponto também levantado na conversa com Andrea.

Comparando as entrevistas, foi interessante observar que Pedro e Lucas associaram a animação do mapa a outros memoriais. Para Lucas, os retângulos remeteram ao Memorial do Holocausto, em Berlim, e à Escola Superior de Mecânica da Armada, na Argentina. Já Pedro ressaltou que a animação o fez lembrar dos caixões da pandemia de Covid-19, sobretudo pela sobreposição dos símbolos de mulher e jovem, que formava um sinal de “+”, evocando para a imagem de uma cruz.

As três entrevistas realizadas constituíram uma etapa positiva para o desenvolvimento do projeto. O **interesse e engajamento** demonstrado pelos entrevistados validou a pesquisa, e confirmou a **eficácia da navegação e a clareza da narrativa** proposta. Ao envolver especialistas com conhecimento **na atuação da CNV**, bem como um **especialista em Visualização de Dados**, garantimos uma **validação multidisciplinar**, assegurando a sua **relevância científica e técnica**.

9. Conclusão

O objetivo de construir um protótipo capaz de dar visibilidade às histórias de indivíduos cujas vidas foram silenciadas pelo Estado brasileiro foi alcançado. Através de uma visualização de dados interativa, tornou-se possível traduzir um relatório de mais de três mil páginas em uma experiência acessível, legível e intuitiva, permitindo que informações complexas e dispersas fossem apresentadas de forma clara e sensível ao público. A visualização de dados exploratória permite navegação não linear.

As entrevistas com especialistas realizadas ao longo do processo reforçaram a relevância e a urgência de iniciativas como esta. O entusiasmo demonstrado pelos entrevistados evidenciou o potencial de impacto social, educativo e memorial desse projeto. Embora esta seja ainda uma versão reduzida, o protótipo revelou grandes possibilidades de expansão e aprofundamento, demonstrando que projetos de humanização e reinterpretação visual da memória da ditadura militar podem desempenhar um papel significativo na preservação da memória coletiva.

A pesquisa e o tratamento dos dados desenvolvidos aqui também representam uma contribuição valiosa para futuras investigações e projetos que busquem compreender, revisitar ou divulgar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante o período ditatorial. Considerando o atual cenário, em que há discussões sobre uma possível reabertura de uma segunda Comissão Nacional da Verdade, esse trabalho adquire ainda mais relevância. Caso esse novo esforço institucional se concretize, gostaria de contribuir com ele, assim como buscar aproximação com organizações como o Instituto Vladimir Herzog e participar de editais que possam viabilizar o desenvolvimento deste projeto.

No plano pessoal, um dos maiores objetivos também foi alcançado: conhecer mais profundamente a história do meu tio e dos seus companheiros de luta. O processo de leitura, busca e reconstrução dessas memórias foi especialmente significativo e reafirmou a importância de preservar essas narrativas para as gerações futuras.

Os próximos passos incluem expandir o desenvolvimento do protótipo, formalizar parcerias institucionais e transformar esta proposta em um produto final, acessível ao público em larga escala. Entre as melhorias planejadas, pretende-se incorporar novas funcionalidades sugeridas durante a fase de validação — como filtros relacionados aos locais de repressão — além de ampliar o conjunto de histórias e refinar a experiência de navegação.

Em síntese, este projeto representa apenas o início de um caminho maior: um esforço contínuo para recuperar, preservar e honrar a memória das vítimas da ditadura civil-militar brasileira.

10. Referências:

AGÊNCIA BRASIL. Estado brasileiro reconhece negligência com ossadas da Vala de Perus.

Agencia Brasil, 27 mar. 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/estado-brasileiro-reconhece-negligencia-com-ossadas-da-vala-de-perus>. Acesso em: 5 maio 2025.

ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace. **Tropicuir: estético-políticas transviadas memória, arquivo, design**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Numa Editora, 2022.

Anos de Chumbo - de 1969 a 1978. **Memórias da Ditadura**. Disponível em:

<https://memoriasdaditadura.org.br/anos-de-terror-de-1969-a-1978/Acesso> 2 de junho de 2025.

ARNS, Paulo Evaristo; WRIGHT, Jaime (Coord.). **Brasil: Nunca Mais**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 7 de setembro de 1966. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público. Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985). **GOV br**, 28 de outubro de 2020. Disponível em:

https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/acervos/copy_of_acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985. Acesso em 2 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Processo n. 08000.020551/97-15: Requerimento de Iara Xavier Pereira referente a Arnaldo Cardoso Rocha. Brasília, DF, 1996-1997. Fundo: Serviço Nacional de Informações (SENAPRO). Arquivo Nacional (AN).

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à memória e a verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008, p. 20.

BURDICK, Anne. DRUCKER, Johanna, LUNENFELD, Peter, PRESNER, Todd, SHNAPP Jeffrey. Um breve guia para as Humanidades Digitais **TECCOGS-Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 21, jan/jun. 2020, p. 69-98. Tradução de Isabel Jungk.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Primeiro Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2014. Disponível em:

https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf Acesso em: 26 de jul. 2025.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/CEV-RioRelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CORDEIRO, I. M. (2021). A marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: Direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História (São Paulo)**, (180), 1-19. <https://doi.org/10.11606/issn2316-9141.rh2021.167214>.

COVA MEDIDA REPÓRTER BRASIL; CAFÉ ART BR; DISARME GRÁFICO. **Cova Medida** [site]. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

DALLARI, Pedro. Pedro Dallari - Poder e Política UOL (18/11/2014). Entrevista concedida a Fernando Rodrigues. São Paulo: UOL, 18 nov. 2014. 1 vídeo (55 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FpLzH5DY0_c. Acesso em: 3 dez. 2025.

Data Visualization Catalogue. **Dot Matrix Chart**. Disponível em:
https://datavizcatalogue.com/methods/dot_matrix_chart.html. Acesso em: 01 dez. 2025.

DRUCKER, Johanna. Abordagens de Ciências Humanas para exibição gráfica. In:
KOSMINSKY, Doris, CASTRO, Barbara; LUDWIG, Luiz (org.). **Existência numérica**, Rio de Janeiro: Rio Books/Oi Futuro, 2018. p. 83.

FONSECA, Bruna. A taxonomia e o seu papel no design de produtos. **UX Collective Brasil**, 21 jun. 2022. Disponível em:
<https://brasil.uxdesign.cc/a-taxonomia-e-o-seu-papel-no-design-de-produtos-be236fdb9d2d>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FRANCO, Bernardo Mello. Comissão de Mortos e Desaparecidos identifica duas vítimas da ditadura em SP. **O Globo**, 4 abr 2025. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/post/2025/04/cornissao-de-mortos-e-desaparecidos-identifica-duas-vitimas-da-ditadura-em-sp.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2025.

G1. Dois desaparecidos políticos da ditadura são identificados na vala clandestina de Perus em SP. **São Paulo**, 16 abr. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/04/16/dois-desaparecidos-politicos-da-ditadura-na-sao-identificados-na-vala-clandestina-de-perus-em-sp.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2025.

G1. Mortos e desaparecidos na ditadura: mapa mostra novas certidões de óbitos emitidas ou corrigidas pelo país. **G1 São Paulo**, 11 jan. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/11/mortos-e-desaparecidos-na-ditadura-mapa-mostra-novas-certidoes-de-obitos-emitidas-ou-corrigidas-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GIANNELLA, Júlia. **Design de interfaces para visualização, exploração e análise de coleções fotográficas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

GIANNELLA, Júlia Rabetti, SOUZA, Sandra. Design e tratamento jornalístico na produção de infovis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37, 2014, Foz do Iguaçu. São Paulo: Intercom, 2014.

GIANNELLA, Júlia Rabetti; MEDEIROS, Rodrigo Pessoa (orgs.). **Dataviz em perspectiva: ensino e prática profissional da visualização de dados no design brasileiro**. Rio de

Janeiro: Rio Books, 2023.

HERZOG, Pedro. **Entrevista concedida a Maria Eduarda sobre o protótipo do site Histórias da Guerrilha**. 26 nov. 2025. Material não publicado. (APÊNDICE C).

MEMÓRIAS DA DITADURA. O golpe civil-militar no Brasil. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/o-golpe-civil-militar-no-brasil/> Acesso em: 26 jun. 2025.

MENEGAT, Rodrigo, MARANHÃO, Tiago, SUEIRO, Vinicius. Como fizemos o mapa interativo que te coloca no epicentro da epidemia de Covid-19 no Brasil. **Medium**, 2020. Disponível em: <https://medium.com/datavizbr/como-fizemos-o-mapa-interativo-que-te-coloca-no-epicentro-da-epidemia-de-covid-19-no-brasil-4ce949a9183b>. Acesso em: 27 jun. 2025.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Estado brasileiro identifica novas vítimas da ditadura e reforça compromisso com justiça de transição. **Brasília**, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/estado-brasileiro-identifica-novas-vitimas-da-ditadura-e-reforca-compromisso-com-justica-de-transicao>. Acesso em: 01 dez. 2025.

NO EPICENTRO. **No Epicentro**. Disponível em: <https://noepicentro.news>. Acesso em: 4 jul. 2025.

OBSERVADH. Mortos e desaparecidos políticos - Memória e Verdade. Governo Federal do Brasil, última atualização 13 de março de 2025. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/> Acesso em: 8 maio 2025.

PEDRETTI, Lucas. **Entrevista concedida a Maria Eduarda sobre o protótipo do site Histórias da Guerrilha**. 27 nov. 2025. Material não publicado. (APÊNDICE B).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Mortos e desaparecidos contextualização. **Comissão da Verdade da PUC-SP**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>. Acesso em: 5 maio 2025.

SCHETTINI, Andrea Bandeira de Mello. O legado da Comissão Nacional da Verdade: as disputas pelo significado jurídico, histórico e político de seus trabalhos. **Histórias Públicas**, v. 1, n. 2, 2023.

SCHETTINI, Andrea Bandeira de Mello. **Entrevista concedida a Maria Eduarda sobre o protótipo do site Histórias da Guerrilha**. 19 nov. 2025. Material não publicado. (APÊNDICE A).

SMITH, John. Análise da literatura moderna. **Revista de Estudos Literários**, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30200002>. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Cova Medida denuncia violência e impunidade nos conflitos de terras no Brasil. **Jornal da USP**, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cova-medida-denuncia-violencia-e-impunidade-nos-conflitos-de-terras-no-brasil/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

YAU, Nathan. **Data Points. Visualization That Means Something**. Indianapolis. Wiley, 2013.

Apêndice A: Andrea Schettini

Entrevistadora: Então, enfim, eu sou a Madu, eu estudei na ESDI, eu tô terminando agora a graduação. E o meu tio, meu tio-avô foi assassinado durante a ditadura, o Arnaldo, Arnaldo Cardoso Rocha. Não sei se o Léo comentou com você. E aí eu criei esse projeto com o objetivo um pouco inicial de tentar sensibilizar e trazer essas histórias das vítimas da ditadura de uma forma mais interativa e, enfim, de um formato mais simples do que o terceiro relatório. Então...

Schettini: Você tá pensando em fazer como?

Entrevistadora: Eu fiz um site. Um site que é um protótipo, inicialmente. Então, primeiro vem com uma visualização geral, representando todas as 434 pessoas que estão no terceiro relatório. E depois eu trago a história de duas vítimas e algumas páginas extras com algum tipo de aprofundamento. Então eu queria mais mesmo conversar com você com um pouco de objetivo, de como ser uma professora e pesquisadora no assunto seria um pouco uma forma de uma certa validação dessa representação e dessa experiência narrativa e interativa. Então a ideia é eu interagir com o site, enfim, fazer o scroll, fazer os cliques, fazer tudo. Mas a ideia não é que, tipo, tenha um certo nível de texto, mas não é muito longo.

Schettini: Você usa como base o terceiro volume do relatório.

Entrevistadora: Exatamente. E o dossiê dessas duas vítimas. Então, a ideia é meio que um pouco eu mostrar, interagir nesse site pra você, e você indo me dizendo, enfim, o que que... indo no ritmo da sua leitura, e você vai me dizendo o que tá pensando, o que que você tá vendo, mas pra ver se você, de certa forma, faz sentido essa minha representação.

Schettini: Ótimo. Então, só pra você, eu acho que o Léo deve ter comentado, né, que eu trabalhei na Comissão Nacional da Verdade.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Eu trabalhei no grupo de trabalhos de mortos e desaparecidos, produzindo esses perfis do volume 3. Não só eu, era uma equipe coletiva, coordenada por uma outra professora da PUC, a Carolina Campos Mello. Mas, assim, eu estou afastada um pouco da atualização desses perfis. Eu não sei se você sabe, mas o Ministério agora de Direitos Humanos e Cidadania... acabou de lançar um edital para que esses perfis sejam atualizados, porque a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos vai publicar um relatório final sobre a história dessas 434 pessoas, atualizando esses perfis. Então, assim, eu não tenho informações atualizadas para te, de alguma forma, te dar, enfim, mas acho que faz todo sentido. Posso ver o site, comentar o que eu achar que o que eu posso acrescentar, não sei se eu vou conseguir te ajudar muito, mas no que eu puder

Entrevistadora: Tá ótimo eu já não sabia disso dessa informação que estavam atualizando.

Schettini: Na verdade acabaram de lançar um edital pra contratar pesquisador pra que pudesse ser feito isso, então assim, vai sair um novo relatório de atualização desses perfis então só pra você já saber mas enfim, é uma coisa ainda pro futuro entendi

Entrevistadora: Legal. Vou compartilhar aqui a tela. Aí você vai me dizendo o que você está vendo quando você fizer a leitura para eu seguir.

Schettini: Ah, bem. Ah, essas são as fotos com os nomes, né?

Entrevistadora: Isso.

Schettini: Essas fotos você tirou do volume 3.

Entrevistadora: Exatamente. Por enquanto não tem foto de todo mundo, é uma versão simplificada, né, nem os nomes.

Schettini: É trabalho de conclusão de mestrado?

Entrevistadora: Graduação.

Schettini: Graduação. Aí você mostra os 434 nomes, é isso?

Entrevistadora: É, aqui é só uma versão reduzida, não tem nome de todos. Quando eu puder conseguir, você me avisa.

Schettini: Pode seguir, pode seguir. Ah, tá. Ah, tá bem. Pode seguir. Ah, legal. Você fez a distinção entre mulheres, né? Você sabe que tem um debate... Vou colocar isso, não sei se você chega a... Não acho que você tenha que contemplar isso não, tá? Só vou colocar porque esse é um debate muito atual nessa disputa do que são os mortos e desaparecidos da ditadura militar. A Comissão Nacional da Verdade, ela publica esse terceiro volume em que ela aborda as 434 vítimas. E aí é bem bonito isso que você fez aqui, o impacto que tem para quem está assistindo. Mas existe um debate que é esse número que está muito aquém das vítimas, porque você teve, por exemplo, um reconhecimento de 8 mil indígenas, 8.350 indígenas. Eu estou dizendo isso porque, assim, não sei se isso vai aparecer, mas esse é um debate muito atual, assim, o quanto que a ditadura é importante, eu acho importantíssimo que seja... pessoas mortas e desaparecidas. Ao mesmo tempo eu acho que isso é extremamente impactante ao mesmo tempo que você pensa, imagina se fossem 8.350 indígenas sendo reconhecidos e pra além de camponeses aí tem todo um debate sobre isso que eu acho que vale só você ter em mente você deve saber, mas só precisa saber mas pode continuar sim. Ah, aí você pode ir clicando e você vai vendo. Cada quadradinho você clica e vai aparecer a pessoa.

Entrevistadora: Exatamente.

Schettini: Aqui mesmo você falou que você foca em duas histórias de vida, né? E aqui aparece de todo mundo.

Entrevistadora: Exatamente.

Schettini: Ah, que legal. E essas aspas você tirou de onde?

Entrevistadora: Do dossiê do Arnaldo.

Schettini: Tá. Aí você pode ir clicando e vai aparecendo de várias outras pessoas.

Entrevistadora: Sim, mas essa seria a ideia, mas por enquanto tem o do Arnaldo.

Schettini:Entendi. Acho muito bom. E ali na setinha você abre como se fosse um...

Entrevistadora: Exatamente. Calma que foi para baixo, deu um pequeno erro. Aí você entra no perfil.

Schettini: Mas isso você não vai fazer para todo mundo.

Entrevistadora: No meu projeto, não. Mas a ideia seria... Replicar isso. Replicar, é.

Schettini: Muito legal. Ficou bonito. Esteticamente falando. Pode ir passando, se quiser. É porque, no caso do Arnaldo, você tem fotos para além do que está no relatório final da comissão, né?

Entrevistadora: Eu só tenho duas fotos para além, que é essa foto inicial, que é ele na infância, e essa segunda foto, que é da minha avó.

Schettini: Entendi. É filho da sua avó?

Entrevistadora: É, ele é filho da minha bisavó, ele é meu tio-avô.

Schettini: Irmão da sua avó.

Entrevistadora: Irmão da minha avó, exatamente.

Schettini: Pode ir passando, se quiser.

Entrevistadora: Me avisa no seu ritmo, quando eu passar.

Schettini: Pode ir indo, que eu vou. E aí, esse texto você leu lá e trouxe pra cá o que você achou relevante.

Entrevistadora: Exatamente. Fiz pequenos recortes.

Schettini: Você fala isso em algum lugar no projeto e você explica que a sua fonte foi o relatório da comissão, né?

Entrevistadora: Exatamente. Tanto na monografia quanto aqui embaixo eu trago a referência.

Schettini: Ótimo. E de quem são essas aspas aqui? Quem falou isso?

Entrevistadora: A lara. A própria lara, que ela fez o dossiê dele e aí é com base nisso que eu trouxe.

Schettini: Mas você não vai indicar, não, quem é ela, quem diz?

Entrevistadora: Eu indiquei aqui em cima, talvez tenha ficado pouco. Aqui e na primeira página e no final.

Schettini: Eu acho que eu colocaria sempre, assim, mas isso aí é muito chato, porque eu trabalho muito com a questão do testemunho, eu colocaria entre parênteses talvez o nome dela, assim, para saber quem está falando, porque não é você, não é ele, não é, né. Mas isso é só um...

Entrevistadora: Não, não. Vai falando o que pensa. Exatamente isso.

Schettini: Eu colocaria, assim, abriu aspas, fechou aspas, eu coloco entre parênteses quem falou. Assim, a gente fez muito isso na comissão. Quando a gente estava escrevendo um relatório, todo testemunho, se você pega lá, tem depois de parênteses de quem estava falando, aí pode ser um testemunho, né? Dada a comissão, aí a própria Comissão Nacional de Verdades fazia isso. Então, Lara Xavier, testemunho público concedido, sei lá o quê, alguma coisa assim.. Mas mesmo que isso seja repetido, eu manteria pelo menos o nome de quem está falando. Eu fiquei na dúvida, por exemplo, de quem falou isso. Mesmo você tendo dito que a Lara falou, a gente poderia ser outra companheira de luta, enfim.

Entrevistadora: Justo.

Schettini: Pode ir, por favor. Que ano que ele...

Entrevistadora: Foi assassinado em 73.

Schettini: Nossa, já é mais por fim, né? Ele era qual... O que ele era? Qual o partido que ele estava vinculado?

Entrevistadora: A ALN. Quando ele morreu foi a ALN. Ele fez parte do PCB, mas quando foi assassinado ele era da ALN.

Schettini: É que tem a partir, eu não sou boa como os historiadores, não, mas tem os historiadores que realmente trabalham no Estaduro, eles sabem muito bem, assim, os períodos históricos em que os militantes da LN foram, né, que a repressão recaiu sobre eles, e aí de 70 e tanto a 70 e tanto era o Partido Comunista, né, que tiveram perseguições às vezes específicas, assim, as pessoas iam caindo, enfim, mas eu não sei isso.

Entrevistadora: Legal,

Schettini: Não sei conversar com os historiadores... Eu lembro que o Partido Comunista teve... Um momento assim... Que teve essa repressão mais forte... Mas pode ir... E ficou boa a qualidade... Mesmo você tendo tirado isso da CNV... Ficou bem legal... Porque a foto ficou boa... Você chegou a pegar o Arquivo Nacional... Pra entrar no Arquivo Nacional e pegar coisa?

Entrevistadora: Cheguei.

Schettini: Ah, então tá.

Entrevistadora: Mas não nesse caso, não nesse. Nesse foi do dossiê, só o relatório.

Schettini: O que você tá chamando de dossiê do Arnaldo?

Entrevistadora: Posso ver exatamente o que é, mas o título é dossiê. Eu acho que é o que a Lara mandou pra Comissão Nacional da Verdade. Porque tem identidade dele. Porque nem todo mundo tem isso.

Schettini: A gente tinha... Muito do que a gente escreveu quando a gente fez esse relatório... Muito do que a gente fez escrevendo esse relatório, a gente partiu de um trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, da Comissão de Familiares. Então, esses dossiês que você está falando, já eram... um acumulado de documentos ali

importantíssimos que a gente se utilizou também para escrever o relatório da Comissão Nacional. Então, não sei, foi pelo... Como é que você pegou esse dossiê?

Entrevistadora: No Arquivo Nacional.

Schettini: No Arquivo Nacional. Ah, então tá. Então é o que a gente trabalhava também para escrever o relatório final. Era isso que eu queria entender.

Entrevistadora: O dele foi muito simples de encontrar, eu acho que numa das minhas primeiras buscas eu já encontrei. Tudo online Isso no caso também, apesar de ser da minha família, que eu poderia ter um contato direto com a lara, não é o caso Encontrei absolutamente tudo online

Schettini: Você não fez entrevista, né?

Entrevistadora: Eu fiz uma conversa com ela pedindo pra... Meio que pedindo autorização pra fazer a pesquisa. Mas não tem entrevista dela em nenhum momento.

Schettini: Entendi. Curiosidade mesmo. Saber se você se utilizou como fonte de entrevista. Pode seguir. Pode seguir. Pode seguir. Então, peraf. É porque eu não lembro de todas as histórias. Estou aproveitando. Ele não é um desaparecido. Ele é criado ou morto pelo Estado. E teve retificação da certidão de óbito?

Entrevistadora: Teve esse ano.

Schettini: Ah, foi esse ano. Quem falou isso, por exemplo?

Entrevistadora: A lara também.

Schettini: Ah, tá bom. Tá bom. Não, mas peraf, volta lá. Arnaldo viveu com toda intensidade, assim como os antirrentados. Ah, ele teve um filho chamado Arnaldo que também faleceu, meu Deus do céu.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Pode seguir. Ah, então, esses nomes você tira de onde?

Entrevistadora: Do relatório. Eles nomeiam como autorias dos graves crimes de direitos humanos.

Schettini: Eu estou te perguntando se você tirou do relatório também, porque, enfim, quando a gente indica a autoria, traz sempre aquela questão que é bom ter o lastro probatório, juridicamente falando, de onde você tirou essa informação que o Brilhante Ustra, mas enfim, a própria Comissão Nacional da Verdade fala isso.

Entrevistadora: Exatamente.

Schettini: E também... Você não escreve uma dúvida, o seu texto você não escreve assim, por exemplo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, os principais agentes mencionados, você não fala isso, né?

Entrevistadora: Não, a princípio não, porque tudo é de acordo com a Comissão. Não tem absolutamente nada que eu tirei de outro lugar.

Schettini: Você explica isso lá no início do site?

Entrevistadora: Não.

Schettini: Eu explicaria, eu acho. Principalmente porque você está indicando a autoria, assim, então acho que é importante dizer, sabe, porque quando a gente fala em autoria, é juridicamente falando, né, e aí não é você quem está contando essa história.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: E, bom, você tem um lastro jurídico, probatório de tudo que aconteceu, que a própria Comissão Nacional, na verdade, talvez eu dissesse em algum lugar, assim, do próprio site. para que isso fique claro, assim, não sei se na introdução, na explicação, eu acho que eu reiteraria, assim, que isso tudo foi tirado da Comissão Nacional da Verdade, talvez eu dissesse um pouco como quem não quer nada, assim, o que foi a Comissão Nacional da Verdade, porque as pessoas não sabem, as pessoas não sabem, isso é real. Então, assim, um órgão de Estado temporário que funcionou de tanto a tanto e que no final publicou um relatório final. Sei lá, uma coisa assim. Pode ser bem curto, mas estou dizendo isso porque as pessoas não têm noção do que é quando vão ter acesso ao que é a Comissão Nacional da Verdade, né? Mas pode ir. Aí, ó. Foi em agosto, gente, agora. Agora. Mas foi por conta dessa nova resolução, eu acho, que teve do Conselho Nacional de Justiça, né? Que mandou ratificar tudo, assim.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Pelo menos isso, alguma dignidade no meio disso tudo. Ah, você coloca aqui, texto baseado, tá. Entendi. Porque quando você fala da comissão, por exemplo, se você abrir o volume 3 da Comissão Nacional de Verdade, Eles contam a história do Arnaldo ali de forma resumida, né? Você já deve ter lido ali aquele perfil que a gente chamava. Você não está se baseando nesse texto do relatório final da CNV, você está se baseando nesse dossiê disponível no Arquivo Nacional, não é isso?

Entrevistadora: Exatamente.

Schettini: Eu talvez colocasse uma questão de fonte para você ajudar o seu leitor. Eu colocaria aqui disponível no Arquivo Nacional o acervo, colocaria algumas informações em termos de arquivo no final ali. Legal. E talvez quando você fala da autoria ou alguma coisa, porque aí se você está se baseando no dossiê da lara... quando você vai falar que fulano, fulano estava envolvido, já não é o dossiê da Yara.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Aquilo ali já vem do texto do relatório da CNV. É, seria uma mistura dos dois, né?

Entrevistadora: Exato.

Schettini: Então, talvez, assim, eu acho que essa questão das fontes, isso sou eu muito cri-cri, professora. Eu acho que da onde vem é muito importante. Então, se quem está falando é a lara, eu sempre colocaria entre parênteses. se esse texto é baseado no dossiê, mas tem alguma parte que você está tirando do relatório que é diferente. Uma coisa é esse

dossiê, que é como se fosse um conjunto de documentos que, se não me engano, posso estar equivocada, é bom checar, eram os documentos que já estavam lá na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, num processo, digamos, nesses termos, ou na Comissão de Familiares, agora não vou lembrar direito, que as próprias famílias buscavam documentação para poder apresentar. Isso também aconteceu na comissão de anistia, mas que não é no caso de mortos desaparecidos. Então, isso é uma fonte. Outra fonte é o próprio relatório da CNV. O dossiê da IAR é uma fonte do relatório da CNV. Também, né? Mas eu faria só essa observação, assim, de tomar cuidado com essa diferença de fonte aí. Mas, assim, achei muito bom. Muito bom mesmo. Acho que que você está fazendo, não sei se você conhece, talvez o Léo já tenha te falado, você já viu alguma coisa da comissão da verdade colombiana?

Entrevistadora: Ele comentou, mas não sei se foi da colombiana, acho que ele falou do Chile.

Schettini: A colombiana é uma das mais recentes comissões da verdade, e aí ela tem uma... ela, assim, tem um trabalho do design, vou colocar nesses termos, pré-propagação, difusão de informação muito impactante, não é precisamente, de um ponto de vista estético, tem coisas ali que eu acho estranhas, mas eles fazem, eles pegam os testemunhos de pessoas afetadas pela violência, transformam aquilo em algo transmissível, sabe? Porque qual foi... Qual foi um dos grandes problemas da Comissão Nacional da Verdade? Ela fez um relatório de três volumes que soma sei lá quantas mil páginas. Quem vai sentar para ler aquilo? Por que a Comissão não teve esse impacto todo? E aí a minha sensação é que seu trabalho faz esse trabalho, digamos assim, de tornar uma transmissão da memória, uma forma de transmissão da memória mesmo. Eu acho isso muito bom, muito bom mesmo. Acho que tem muito impacto. Acho super relevante. o que você está fazendo. Por isso, se eu jogava lá a Comissão da Verdade colombiana, você vai ver o que eles faziam. E eles são muito elogiados por isso, de tornar as histórias, eles faziam vídeos, vídeos acessíveis mais para o público jovem. Então, assim, tinha essa tentativa mesmo de se transmitir o que está sendo trabalhado ali dentro de um juridiquês, muitas das vezes, para que as pessoas sejam afetadas por aquelas histórias. Enfim, acho que o seu trabalho se insere muito nessa forma de se transmitir memória. Eu acho muito rico, muito interessante. Eu não sei se, enfim, fazer isso para todo mundo vai dar um super de um trabalho. Eu sei que você não vai fazer agora para o seu TCC. Mas espero que faça, inclusive, depois. Achei muito bom. Muito bom.

Entrevistadora: Que bom. Fico feliz.

Schettini: E, de novo, acho só que essa questão das fontes, eu tomaria mais cuidado de indicar. O que é uma fala da Comissão Nacional da Verdade? O que é uma fala da IAR? De onde esses documentos saíram? Esse é o nome? Porque, por exemplo, quando você vai no

Arquivo Nacional, qual o nome desse documento? Eles têm um nome, normalmente. Checa isso só, para ter certeza que você está indicando bem as suas fontes, sabe?

Entrevistadora: Sim. Mas vou checar. Ótimo.

Schettini: E aí você vai fazer isso pra mais uma pessoa pra apresentar como conclusão do TCC, é isso?

Entrevistadora: Eu já fiz. Ah, tá.

Schettini: Quem é? É... Aí também tem a história dela. Muito triste, meu Deus do céu. Por que você escolheu a Soledade?

Entrevistadora: O meu processo é porque inicialmente eu não sabia como seria o projeto. E aí a primeira coisa que eu fiz foi... Eu estava pensando em fazer sobre trajetórias. Não sobre histórias em si. Quer dizer, sobre as histórias, mas contando as histórias através das trajetórias. E aí o meu processo estava sendo ler essas biografias do terceiro relatório. Mas antes também jogando inteligência artificial para que eles separassem nome, local e região. E assim eu conseguia entender por onde as pessoas percorreram. Só que aí nesse processo eu lia a biografia, via se a inteligência artificial tinha feito da maneira correta e ia conferindo isso um por um. Eu fiz de 300 pessoas.

Schettini: Caraca. O que é lugar? Espaço de repressão, país... É o quê?

Entrevistadora: É país-cidade. Qualquer movimento físico que tivesse uma referência nessa biografia.

Schettini: Do ECOD, DOPS não entra no conceito de lugar. Como? Do ECOD,

Entrevistadora: Não, DOPS do Rio. Isso não entra como lugar. Não, entraria no lugar como Rio. Então, seria cidade, estado e país. Não, não. E aí eu fiz essa limpeza e o dela me chamou muita atenção. Um, pela história, claro. Mas também por essa... Como a minha ideia inicial era fazer por movimentação, os meus primeiros testes foram tentando fazer com que ela saísse da Argentina, fosse pro Uruguai, fosse pro Paraguai, fosse pro Brasil. Então ela foi... Na verdade, a história dela eu fiz antes da do Arnaldo.

Schettini: Entendi. Aí, você dá destaque para os lugares, né? Em vermelho. Pode passar. Gente do céu. Pode ir. : Mas aí, essas partes em vermelho seriam como se fossem hiperlinks. Pra contar a história desses episódios.

Entrevistadora: Exatamente.

Schettini: Você destaca os lugares com linha, assim, e os episódios em vermelho caixa, assim. Não é isso?

Entrevistadora: Isso. E os nomes das pessoas só mudando a cor da tipografia pra vermelho.

Schettini: Entendi. Ah, gostei. E também, por exemplo, o PCR, por exemplo. E é um exemplo que se você clicasse lá, apareceria isso, né? Massacre da Chácara São Bento. Aí você vai depois colocar... Entendi.

Entrevistadora: E aí, a gente aqui voltaria para as regiões. Só que a bandeira, a índice da bandeira, ela é um filtro. Então...

Schettini Ah, você pode selecionar região norte, nordeste. Mas aí é o quê? É o lugar onde a vítima faleceu ou onde ela...

Entrevistadora: Onde ela faleceu. Onde ela faleceu.

Schettini Isso é ótimo. Então você conseguiria também selecionar... Entendi. Com jovens, mulheres...

Entrevistadora: Já deu um pequeno erro aqui no protótipo, mas essa seria a ideia. E coloca...

Schettini Por que você não coloca homens também?

Entrevistadora: Assim como eu não coloco, entre aspas, pessoas mais velhas, né? Tem essa limitação. Botei só jovens.

Schettini: É, porque assim, você tá dando marcador de juventude e você tá dando marcador de gênero e de mulheres, mas é como se a exceção fosse mulher, né? Porque a regra seria um, entendeu? Por que você não pode ter um marcador homem? Olha eu me metendo na parte de design.

Entrevistadora: Não, não, são provocações importantes. Eu acho que eu colocaria mulheres, homens...

Schettini: Eu tenho um marcador que, enfim, eu acho que nem tem essa informação, mas eu adoraria que tivesse. Olha eu também me intrometendo. Não precisa, tá? No futuro, quem sabe? De mulheres mães. Porque a gente tem uma pesquisa hoje no Pro Direitos Humanos que é sobre a violência contra mulheres gestantes, puérperas e mães. Porque teve toda uma forma de tortura específica contra essas mulheres. E aí, enfim, a gente tem essa pesquisa. Então fica aí um marcador pro futuro. Não precisa colocar agora não, mas fica para o futuro, para pensar.

Entrevistadora: Bem legal. Quer dizer, horrível, mas...

Schettini: Não, horroroso, mas enfim. E o que você chama de jovens também, né? Tem isso?

Entrevistadora: São pessoas com menos de 30 anos. Mas não está informado aqui. Só está informado no relatório.

Schettini: Entendi. Por que você quer ter os jovens como marcador? Curiosidade. Eu acho que faz sentido, o marcador de gênero é muito interessante, mas o marcador de desaparecido é o vermelho. E aí os estados. Tem um marcador que é muito, para quem trabalha com esse tema, são os espaços de repressão. Onde que morreu? Doicode, DOPS, Casa da Morte, Mansão de São Conrado, tem todos os espaços. que também é um marcador que costuma se utilizar bastante. Às vezes há dúvidas, mas morreu mesmo em tal lugar? Aí você tem que talvez se utilizar da informação que a própria CNV coloca no

relatório. Só jogando aqui também para o alto, porque eu sei que isso é uma coisa que as pessoas buscam bastante. Eu não sei por que ter jovem. Isso é uma dúvida minha. Também outro marcador que historiador usa bastante é a pertença política. Se era do PCB, se era do... Mas também não sei se há necessidade disso. Porque eu fico pensando que tipo de informação se extrai daqui. Mas eu gostei bastante. Ainda mais que isso é um filtro. Eu não tinha visto que era filtro. Mas então, o que as pessoas mais procuram quando elas vão fazer... Eu não sei quem vai ver o seu site, né? Eu fico pensando em termos de pesquisadores mais historiadores. No direito, infelizmente, a gente tem, hoje em dia, poucas... Eu sinto menos as pessoas pesquisando esse tipo de informação. Na história, mais. Talvez seja até legal você conversar com alguém da história, assim... Mas eu fico pensando que espaço de repressão eu acho muito importante. Que tenha esse debate. Onde a pessoa morreu dentro desse espaço de repressão que a ditadura criou. Se foi na casa da morte, se foi sei lá onde. Isso aí pra mim eu acho que é bastante relevante. Esse marcador. O marcador de jovens, eu não sei exatamente por que levantar essa informação. De mulheres e de homens, eu acho bastante relevante. Porque se fosse jovem, no sentido entre 16 e 18 anos, por exemplo, eu nem sei quantos casos tem. Eu acho que faz sentido para mostrar, mas não sei exatamente o que você quer dizer com jovens. Só uma pergunta. Outro marcador é o marcador racial, que é um problema gravíssimo do debate da ditadura militar. Porque existiram várias vítimas de várias outras formas de crime que não estão representadas aqui de um ponto de vista racial. Então, talvez nem seja muito bom ter esse marcador racial, eu diria. Então, não sei, o que eu acrescentaria, se você quer minha opinião, é a parte de espaços de repressão. Se você quiser também, porque assim, eu acho que você já está indicando a região que essas pessoas morreram ou desapareceram, né? Já está indicando se são desaparecidos ou mortos. Os envolvidos ainda vai entrar mais gente ali, né? Quando você fizer, acaba que entra meio que automático. E aí na descrição, enfim, aí eu acho que você pode pensar também que faz mais ou menos sentido.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Mas eu achei muito legal, muito mesmo. Excelente trabalho de conclusão. Mas aí tem essa parte, que é exatamente essa provocação que você fez, que é, ironicamente, quem não pertence à bandeira. Muito bom. E olha só, toma muito cuidado, eu sei que você está falando isso, eu fiquei, será que a gente não chama de terceiro relatório? É um relatório final da Comissão Nacional da Verdade, dividido em três volumes. A gente chama terceiro volume. Para quem trabalha com relatório, é terceiro volume. Que corresponde ao perfil específico das vítimas da ditadura. A gente não chama de terceiro relatório. O que a gente fala é relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Ele é dividido em três volumes.

Entrevistadora: Beleza. Vou corrigir.

Schettini: Você deixa isso em aberto ou você ainda coloca mais coisa? Ah, você coloca.

Entrevistadora: Eu peguei o negócio que eu peguei num artigo que você fez, esse de baixo.

Schettini: Ah, sim. É verdade. É verdade. Tá. E aí entra pro segundo volume, né? Que são os indígenas, moradores de favela, é isso mesmo. É isso mesmo. Ah, muito bom. Ah, ótimo. E você fala dos indígenas também? Só...

Entrevistadora: Não. Aí acabou.

Schettini: Acho que eualaria, se você quer, no final. Seria algo simples. Simples, né? Você citando que a Comissão Nacional da Verdade, nesse volume 2, indica, acho que são 8.350 possíveis vítimas indígenas. Então, acho que esse número aí é um número que foi referendado. O último relatório, o relator da ONU, Relatório Especial da ONU para Memória, Verdade, Justiça e Garantia de Não Repetição. Ele vem ao Brasil esse ano e publica o relatório final dele. E ele fala dessas vítimas, dessas 8.350 indígenas. Referendo esses dados da Comissão Nacional da Verdade. E ele pede para que seja aberta uma Comissão da Verdade indígena. Comissão Nacional Indígena da Verdade. Exatamente porque não foram investigadas. Eu acho que como você está aqui falando, quem ficou fora... Ainda mais usando o termo bandeira, é muito paradigmático a situação dos indígenas mesmo. São os povos originários e que permanecem sem ter essa história contada. Farem um pouquinho sobre isso no final. E está no volume 2, esse dado que eu estou falando aqui, está no volume 2 da Comissão Nacional da Verdade. Você pode mencionar. Você tem esse lastro aí de fonte, né?

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Mas eu gostei que você terminou com isso, né? Eu comecei já falando disso. E aí termina. Ah, muito bom.

Entrevistadora: E aí... Enfim. Eu queria saber o que você achou. Eu gostei muito. Gostei muito. Gostei muito legal. Acho, inclusive, que o pessoal do direito, eles podiam fazer mais isso do que textos que não ganham menor relevância, assim. O meu marido é designer, ele está aqui me olhando. Mas é porque essa parte, assim, do direito que as pessoas estão reproduzindo, reproduzindo coisas, pelo menos isso aqui tem uma criação, assim, de novo. Acho que é uma forma de se transmitir memória muito legal. Muito legal mesmo. Gostei muito do que você apresentou. Muito mesmo. Achei... Achei que tem um respeito, assim, também, não é uma coisa exploratória, como é que fala, assim, no sentido ruim do termo, sabe? De você explorar a dor alheia, assim, a seu bel prazer. Achei que ficou muito bom. As considerações que eu tinha pra fazer eu já fiz, assim, em termos de... Acho que você pegou tudo ainda. tomar cuidado com a fonte, com as fontes, deixar isso mais claro, eu faria, no final colocaria a questão dos povos indígenas, acho central, hoje é um debate muito importante para a justiça de transição, deixar claro as fontes, de onde você está tirando o

quê, e talvez esse marcador aí de lugar, de repressão. Acho que o máximo que eu posso contribuir é isso, de resto eu achei muito bom. Já é muita coisa. Não sei quando é que você vai apresentar isso, se é agora em dezembro e eu estou aqui mandando você fazer mais coisas.

Entrevistadora: Não, mas é esse o objetivo.

Schettini: Eu estou entendendo que isso também não é uma entrega que você vai falar, agora, beijo, tchau, nunca mais vou ver isso, como as pessoas fazem com os seus TCCs. Então, talvez você possa continuar trabalhando e aprimorando. Muito legal. Eu compartilharia isso, por exemplo, com os meus alunos, com o pessoal de grupo, porque eu coordeno muito grupo de pesquisa. Eu acho que isso ajuda eles, às vezes. Achei muito legal, como ferramenta didática também.

Entrevistadora: É, isso seria uma das minhas perguntas. Você acha que tem um lugar para um projeto como esse? Inclusive, nesse artigo que você publicou nessa revista, que eu tirei esse trecho, você fala muito dessa questão de suportes materiais, né? Você acha que existe esse lugar?

Schettini: Sim. Eu acho que o suporte material está em muitas coisas. Está dentro da gente pensar a política oficial, o Estado fornecendo esse suporte com educação, seja em direitos humanos ou em ditadura. Está dentro de, por exemplo, verba para pesquisa ou verba para que isso seja executado num site sobre memória da ditadura militar, que era uma coisa que durante um período histórico a gente teve. A gente teve muito projeto voltado para isso. determinado ali. A partir de 2009, normalmente, a Comissão de Anistia teve essa atuação mais pioneira e aí teve a Comissão Nacional da Verdade. Quando a gente entrega o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, logo depois vem o impeachment da Dilma e aí é, assim, desce até o fim em termos de políticas de memória. Então, acho que isso é uma forma de suporte. É o que eu falei para vocês, é uma forma de transmissão, de tornar possível essa transmissão. Através de um suporte concreto, nesse sentido. Eu acho muito legal, muito mesmo. Acho que se encaixa sim. Por isso que eu falei, seria ótimo ver meus alunos fazendo algo próximo disso. Para você ter noção, tem um aluno que... Eu trabalho muito com o sistema interamericano de direitos humanos, que é o que o Leo trabalha comigo, né? E aí eu achei um projeto, não é igual o seu, mas é um projeto também de realização de um site final sobre o sistema interamericano. Ele entrevistava algumas pessoas, falava sobre os casos. Ele era da USP. E aí ele organizou isso num site. Eu uso esse site. Eu mostro pros meus alunos. Eu falo, leiam esse site. Porque é muito bom. O garoto fez um negócio em termos de gênero jovem e super fez e deu concretude, entrevistou pessoas relacionadas a casos no sistema interamericano. Então, assim, eu acho que como ferramenta didática, como ferramenta de transmissão, você pode compartilhar isso com grupos, não sei se você conhece o coletivo do Rio de Memória, Verdade e Justiça,

eles super dialogariam com você sobre Você marca uma conversa. Tem algumas pessoas muito legais no grupo. Para mostrar. Grupo Tortura Nunca Mais. Tem espaços que você pode mostrar mesmo. Compartilhar. E óbvio. Eventualmente até aumentar. É muito difícil fazer isso para todo mundo. Então pensar como tornar isso viável. Mas achei muito legal.

Entrevistadora: Você consegue me mandar esse trabalho desse menino? Da corte interamericana?

Schettini: Eu te mando agora. Quer ver? Eu não gosto do nome que ele colocou em termos do site dele. É Real Brasil. Mas aqui, deixa eu te mostrar. Vou te mandar. Cadê? Te mando aqui pelo chat?

Entrevistadora: Pode mandar.

Schettini: Se você entrar no site, tem Home, aí Sistema Interamericano. Aí tem as entrevistas. São entrevistas muito boas que ele faz. coloca a foto e tal. Em termos de design, assim, você vê que eu acho que é simples. Mas ele consegue juntar um... Ele explica sobre o projeto depois, né? Sobre o autor, agradecimento e tal. Talvez isso te ajude a pensar a estrutura aí do seu projeto, mais do que do site. Porque em termos... Ah, tá aí. Tá vendo? Ele usa casos da ditadura também, porque tem casos da ditadura no sistema interamericano. Filho do Vladimir Herzog, Mas ele foi atrás dessas pessoas, entrevistou, eu acho que é mestrado da USP, de comunicação. Mas é um site mais, sim, em termos de estética, vou colocar nesses termos, porque eu nem sei se eu posso falar assim, sou zero do design. Mas eu acho que é mais simples, tá vendo? Ele não trabalha tão. Mas ele explica todo o projeto dele. E eu achei muito legal. Muito legal. É um puta de um trabalho. Assim, que ele fez todos os casos brasileiros até ele colocar no ar o site. Agora eu teria que atualizar porque tem outras sentenças internacionais. Mas ele conta o caso, mostra aí o lugar, o trâmite, etc.

Entrevistadora: Que legal. Inclusive, a lara tá mandando o meu tio pra corte.

Schettini: Ah, mas ela já denunciou?. Isso tá onde?

Entrevistadora: Não sei. Não, é ela que me falou. No OFF.

Schettini: Sem a área da Comissão de Familiares, né? Ela deve estar fazendo isso junto com alguma organização. Normalmente, quem peticiona deve ser com o Sergiu. Eu imagino que é a organização não governamental que a gente trabalha junto lá na PUC e que peticionou os principais. Atualmente, são três casos. tem um quarto que está chegando à corte, os três casos, os dois casos que já tem sentença foram sergiu, o terceiro que vai ter agora a sentença é agora em dezembro, vai sair a sentença também é sergiu, então deve ser o sergiu, provavelmente. Mas é bom saber, porque de novo tensionar a lei de anistia, provavelmente.

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Por conta da investigação.

Entrevistadora: E uma dúvida também que eu fiquei, você sabe se existe uma base de dados da Comissão da Verdade?

Schettini: Porque um dos processos... No Arquivo Nacional. No Arquivo Nacional. Assim, todo o material da Comissão Nacional da Verdade, porque, por exemplo, eu não trabalhei o tempo inteiro da Comissão. A Comissão trabalhou dois anos, mais de dois anos, dois anos e meio, se não me engano. Eu trabalhei no último ano. Esse acumulado de documentação, seja documentação burocrática, oficial as Forças Armadas, tudo isso, até documentos de pesquisa, a gente tem pesquisas feitas na Comissão Nacional da Verdade que não aparecem no relatório final, por exemplo, sobre racismo e ditadura. Era uma pesquisa que não apareceu no relatório final, mas esse documento está no acervo da Comissão Nacional da Verdade, no arquivo nacional. Se você entrar no site da Comissão Nacional da Verdade, que eu imagino que você já tenha entrado, você tem acesso a alguns documentos muito importantes que ela referencia no relatório final. O relatório final, quando tem... Se o fundamento do que ela escreveu é um testemunho, é um documento fornecido pelas Forças Armadas, está tudo lá nas notas e você consegue acessar isso pelo site da CNV. Então, testemunho, depoimento de agente, documentos históricos relevantes, lá no site da CNV você consegue acessar. Mas o conjunto inteiro da obra, vou colocar nesses termos, está no Arquivo Nacional. Eu não sei dizer, eu não participei desse processo, a professora Carolina Campos Mello acho que participou, talvez o Léo possa até fazer essa pergunta para ela. Eu posso fazer também. Eu acho que você tem acesso a quase tudo online pelo site do Arquivo Nacional. Eu não sei dizer se é tudo. Eu sei que tem testemunhos que não foram liberados porque, enfim, não eram para serem liberados. Algumas questões sensíveis, não sei se ficaram públicas. Sei lá, testemunhos de mulheres que não queriam se identificar. Então, algumas coisas eu acho que não ficaram disponíveis. Mas eu acho que a maior parte da documentação produzida pela CNV está no Arquivo Nacional e você consegue ter acesso. Pelo site, não sei se você já viu, você tem acesso às audiências públicas, você tem acesso aos testemunhos, você tem acesso aos documentos que eles utilizam no relatório final. Isso está lá, sobretudo no volume 1.

Entrevistadora: É porque a minha pergunta foi mais no sentido de, para fazer essa visualização, eu construí uma base de dados... junto com o meu namorado, que é economista, com o nome, tipo, com a data de nascimento, com a idade que ela tinha quando morreu, onde ela morreu. E eu construí essa base de dados das 400 pessoas, porque eu não encontrei isso. E hoje em dia eu tenho ela.

Schettini: Ah, entendi o que você tá falando. É, dessa mini-biografia, né? Engraçado você me contar isso. A gente tinha... A gente tinha uma base de dados, era uma planilha gigantesca. Porque, como eu era do grupo de mortos e desaparecidos, isso deve estar no acervo da comissão, com certeza. Isso está no acervo do Arquivo Nacional. Como a gente

era do grupo de mortos e desaparecidos, eu fui uma das pessoas, inclusive, que escrevi, que fiz essa planilha. Então, tinha todos os nomes, tudo isso que você falou, idade, tudo. Eu nem lembro mais os detalhes, porque isso foi em 2014. Então, você imagina, não se tem na cabeça. Mas eu fiz essa planilha. A gente tem essa base de dados. Com certeza absoluta, é um dos resultados finais da Comissão Nacional da Verdade. Ah, é que eu não encontrei, mas... Isso é engraçado, eu não sei como é que acha isso. Olha, depois eu vou, por curiosidade, me lançar aqui no site do Arquivo Nacional. Quando é que você entrega?

Entrevistadora: Na segunda semana de dezembro.

Schettini: Ah, então é porque eu vou viajar, né? Acho que o Léo te explicou, eu viajo amanhã. Mas eu consigo ver isso depois, quando eu voltar. Enfim, só por curiosidade.

Entrevistadora: A ideia é realmente que eu gostaria muito... Esse é um projeto de final de graduação, né? Então, é o que eu pude fazer em um ano, mas minha vontade é continuar com esse projeto, sim. Então, enfim...

Schettini: Mas a tua base de dados eu acho muito importante, de toda forma. Não sei se você vai disponibilizar ela no site.

Entrevistadora: Vou. No caso, a gente vai disponibilizar no GitHub para qualquer pessoa que queira encontrar isso conseguir encontrar com mais facilidade. Mas vai estar também no meu relatório, no site.

Schettini: Ótimo. Muito bom. Agora, o que a gente fez? Antes de fazer os perfis, a gente teve esse levantamento geral, que a gente precisava até bater o martelo de todas as vítimas que estavam no relatório, que a gente usava como base o relatório da Comissão de Familiares e o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. E não era o mesmo número de vítimas. A qualificação se era desaparecido ou morto mudou também no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Então a gente teve que criar a nossa base de dados. A gente fez muito isso, muito. Muito mesmo. É, que bom. Agora, onde é que tá isso? Eu não sei dizer. Engraçado, era pra não ser difícil de achar.

Entrevistadora: Eu tinha feito até uma pergunta que talvez você já tenha respondido, mas eu vou fazer mesmo assim. Qual você acha que é a maior limitação da CNV?

Schettini: Ah, isso é difícil. É... Difícil falar, assim, acho que tem algumas questões, né? Olhando... Vamos lá, olhando mais de dez anos depois da publicação do relatório final, que a publicação sai em 2014, né? Dezembro de 2014. Eu fico... Eu acho que não sei se o texto que você leu é sobre o legado da CNV, acho que é, né?

Entrevistadora: É, o legado.

Schettini: É... Eu acho que ali eu coloco um pouco isso. A CNV avançou em muitos pontos, e eu acho importante sempre dizer isso. A importância que a CNV teve de trazer esse tema central, de colocar os pesquisadores para dialogar, de criar um acervo, de trazer o tema mesmo para o centro de um debate político. Mas eu acho que a limitação... Ela fez o que

pôde, mas eu acho que em termos de alargar essa noção de vítimas da ditadura militar, eu acho que foi um dos grandes limites. De não pensar, não sei se essa é a sua pergunta, mas de não mostrar para a população que claro que morreram militantes políticos de esquerda e que isso é abominável o que fizeram com essas pessoas, radicalmente proibido por todos os tratados internacionais de direitos humanos. Mas a visão que algumas pessoas têm da ditadura é que a ditadura só fez isso. A ditadura só perseguiu porque eles eram de esquerda, porque eles pegaram em armas, porque eles eram militantes. E aí é quase como se assim, aí pode. É um horror isso. Mas assim, deixou de mostrar como que a ditadura acabou, de um ponto de vista econômico, com a vida de trabalhadores, com questões de corrupção. Então acho que a CNV deixou as portas abertas para os pesquisadores fazerem isso. Isso foi bom. Então, assim, acho que ela deixou de mostrar esse tentáculo, sabe? Agora é isso. A comissão não foi feita para ser temporária, para analisar graves violações. Acho que essa seria uma limitação. Uma segunda que eu não me falo nesse artigo. **A comissão não fez uma boa articulação com o presente.** Ela poderia mostrar o quanto da ditadura resta, sabe, na violência de Estado hoje. Então, você perde um pouco essa... Isso, o relatório é um relatório que ficou entre pessoas que já conheciam. Pouca gente vai ler o relatório, porque é difícil de ler. É chato, é gigante. Agora, eu acabei de participar de um projeto que a gente analisa se as recomendações que a CNV colocou foram cumpridas. Então, a gente está analisando o cumprimento das recomendações da CNV. Vai sair agora, semana que vem, no Instituto Vladimir Herzog. Que é ótimo, né? Que é pra mostrar, olha, a Comissão fez isso, o Estado brasileiro fez isso, não fez aquilo. Mas é isso, a Comissão Nacional de Verdade, só pra você saber, ela internacionalmente, não sei se você viu isso, internacionalmente ela foi hiper elogiada e reconhecida, hiper, porque ela teve um trabalho super bem analisado de um ponto de vista internacional. E o próprio relator da ONU não só citou em 2025 como citou antes, porque a Comissão foi uma das primeiras a falar sobre repressão. Foi uma das primeiras a falar de repressão à homossexualidade. A gente chamou a homossexualidade desde, né? Mas seria a população LGBTQIA+. Foi uma das primeiras a trazer a questão de gênero. O capítulo 10 é muito, muito difícil de ler. É contra as mulheres, mulheres grávidas, crianças. Crianças foram torturadas, né? Então, é um tema que, assim, foi importante a comissão falar. Então, acho que a comissão inovou em muita coisa, avançou. Mas é isso, dialogou muito pouco com a sociedade em geral. Ninguém fala mais desse relatório. Por isso que é bom ver seu trabalho, sabe? Acho que é isso, assim. Não sei se te respondi.

Entrevistadora: Respondeu, respondeu, claro. Eu adoro o que você estava falando Então, eles também colocaram mulheres grávidas dentro desse capítulo? Homossexualidade desse?

Schettini: Não, o volume 2, é assim, no volume 1, não sei se sabe a diferença, o volume 1 do relatório final da Comissão Nacional vai tratar das graves violações. Então, é prisão ilegal, tortura, desaparecimento forçado, mortes, espaços, aí tem algumas questões, o STF, poder judiciário envolvido e tal. Nesse capítulo 1, é... vai falar sobre essas graves violações. No volume 2, são três... vai falar sobre essas graves violações. No volume 2, são textos temáticos que eles chamaram, o nome é ruim, e um dos textos é sobre ditadura e homossexualidade, no plural, que na época não se usava, enfim, hoje em dia os próprios autores desse texto, que são pesquisadores, que foram meio que parceiros da Comissão Nacional da Verdade, eles nem chamam mais assim, chamam de LGBTQIA+, mas na época é chamado. E nesse volume 1, tem um capítulo lá que é tortura sexual contra mulheres, e é o capítulo 10. E no volume 2 tem esse texto sobre ditadura e homossexualidade. Então, são temas que a comissão fala muito bem. Poxa, eu queria muito achar essa tabela. Não sei se eu vou achar. Vou tentar. Fiquei muito curiosa agora com isso. Onde é que está? Porque tem um fundo do... Eu abri aqui o arquivo nacional. Tem um fundo que é... Cadê? Ah, não. É o fundo da Comissão Especial sobre Mortes. É desse fundo que você tirou esse dossiê que você está falando. É da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que a Comissão Nacional de Verdade usou. Mas eu queria achar a planilha. Eu vou perguntar para um amigo meu, Pedro, que fez comigo a planilha. Onde é que ele acha que pode estar? Fiquei curiosa agora. Mas enfim, acho que era isso. Tem outra questão que você queira perguntar?

Entrevistadora: Teve essa questão da Comissão Nacional da Colômbia

Schettini: Ah, sim, peraf. Eu não lembro agora o site. Aqui. Eu vou te mandar o site que eles colocaram o informe final. Esse site é um site que tem que, assim, meio que cavucar, porque é muita coisa. E aí, nele tem... Quer ver? Deixa eu ver. Eu acho que a BD é o... Quando você clica, por exemplo, tem a escuta dos testemunhos. Eles vão criando abas. É muito difícil. Eu não acho tão fácil de navegar porque tem muitas informações. Mas tem muita coisa interessante no site para procurar em termos de como é que eles fizeram a transmissão desse relatório. Legal. Bem legal o site. Bem interessante. Ótimo. Se eu achar aqui, depois eu te mando essa tabela.

Entrevistadora: Perfeito. Aqui do meu roteiro, acho que foi tudo.

Schettini: Se você tiver outra dúvida também, pode me mandar por e-mail.

Entrevistadora: Enfim, tem mais alguma coisa pra comentar, sugerir?

Schettini: Não. Acho que é isso. Achei muito bom. Acho que tem que finalizar, entregar. Vocês têm que defender publicamente? Com banca?

Entrevistadora: Sim.

Schettini: Ah, tá. Ah, legal. Eu particularmente gosto. É porque na PUC tem cursos que tem banca e cursos que não tem.

Entrevistadora: Provavelmente, muito dessas sugestões vai entrar mais como... Enfim, como próximos passos. Aberturas, né? Futuras. Isso, mas muitas das coisas, principalmente em relação às referências, vão ser coisas que eu vou consertar agora. Eu te mando o projeto final, se você quiser dar uma olhada.

Schettini: Ah, manda, manda. Eu vou adorar ler. Pode mandar.

Entrevistadora: Foi ótimo. Muito obrigada, Andréia. Adorei a conversa. Muito boa.

Schettini: Pode mandar e-mail, qualquer dúvida. De verdade. E qualquer dia a gente pode combinar e falar com o Léo. Ele está abordando comigo o grupo. Você vai lá mostrar. Mas é só o período que vem, né? Agora não, porque a gente não aguenta mais trabalhar. Próximo ano. Você vai lá mostrar.

Entrevistadora: Eu estou morando em Barcelona, no caso.

Schettini: Ah, eu não sabia.

Entrevistadora: Não, mas eu vou adorar. Se eu puder apresentar online, eu iria adorar.

Schettini: Pode ser online. Vamos sim. Vou combinar com o Léo isso. No período que vem, está certo. Só tem que estruturar com o planejamento do grupo.

Entrevistadora: Vai ser o maior prazer.

Schettini: Qualquer coisa pode mandar e-mail. Perfeito.

Entrevistadora: Muito obrigada. E boa viagem. Beijo.

Apêndice B: Entrevista com Lucas Pedretti

Entrevistadora: Então, eu sou aluna da graduação da UERJ. Estou me formando agora no final do ano em design. E aí o meu projeto foi contando a história de algumas pessoas do terceiro volume do relatório final da Comissão da Verdade. O meu tio-avô, foi uma das vítimas, e ele tá no terceiro relatório, então foi toda uma inspiração, enfim, uma homenagem a ele. E aí esse projeto...

Pedretti: Qual o nome dele?

Entrevistadora: Arnaldo Cardoso Rocha. E aí a mulher dele era Yara Xavier. é um protótipo ainda de um site tem uma visualização geral por onde consegue percorrer por todas as pessoas mas por enquanto eu só tenho história de duas pessoas do Arnaldo e da Solidade e aí no final também como eu peguei todas as informações do terceiro volume eu fiz um texto meio que finalizando o site falando um pouco das pessoas que não estão. Que eu não conseguia abranger dentro desse projeto... E aí a ideia... Enfim, dessa conversa... É um pouco validar... Essa minha narrativa interativa... E essa história... E esses dados... Com você... Eu conversei também com a Andrea... Eu não sei o nome dela... Exatamente... E é

um pouco trocar... Uma ideia... Você dizer o que você acha... O que está faltando... Aí eu vou mostrar aqui o protótipo do site, e para eu não ficar lendo e você conseguir ver no ritmo da sua leitura também, você vai me dizendo quando continuar, quando passar para a próxima página, e façam as intervenções que vierem na sua cabeça, e é um pouco isso.

Pedretti: Maravilha, vamos embora.

Entrevistadora: Show. Esse só é um vídeo introdutório que é um protótipo, né? Então, por enquanto, são fotos de poucas pessoas, mas a ideia seria a foto de todas as pessoas e todos os nomes.

Pedretti: Pode passar aí. Ta. A ideia é que quando você clica em cada um daqueles retângulos, vai para a página de uma pessoa.

Entrevistadora: Exatamente.

Pedretti: Ótimo.

Entrevistadora: Aí é que acaba o texto do Arnaldo. E aí a gente volta pra bandeira, e aí na bandeira existem as opções dos filtros. E aí se conseguiria filtrar, por exemplo, Sudeste, Sul, Norte, Nordeste, mas também Jovens e Mulheres. Além disso, também teria uma possível barra de busca pra, enfim, ir pro próximo perfil. Que, nesse caso, seria da Soledad. Mas, antes de passar, quero saber um pouco das suas primeiras impressões. Enfim, o que foi... Qual foi a sua primeira ideia, assim? O que você acha?

Pedretti: Cara, eu acho muito muito bonito esteticamente, muito. Eu achei essa parte que formam esses retângulos, que formam primeiro um grande retângulo, depois faz a bandeira com as divisões de gênero, muito impactante. Me lembrou muito, claro que com suportes diferentes, mas me lembrou um pouco uma parte da exibição que tem lá no... na ESMA, na Argentina, lá no Memorial. Mas também foi um centro de tortura.

Entrevistadora: Qual é o nome?

Pedretti: Ex-ESMA, Escola Superior de Mecânica Armada. Deixa eu escrever isso. Lá também tem o Parque de la Memoria, que também tem uma estética em alguma medida... Parece, né? Me remeteu também, não sei se essa foi uma inspiração, mas de início, quando ainda não está formado o retângulo total, a bandeira, me lembrou muito uma imagem do que seria uma imagem de cima daquele movimento que tem em Berlim. Achei muito bom o texto, o curto, o direto, o impactante, você escolheu o trecho importante que constrói uma biografia e depois também narra um pouco da violência. Acho muito legal isso de ter a imagem do jornal, não sei se em outros casos está pensando em trabalhar com documentos também,

Entrevistadora: Aí aqui você pesquisaria e aí iria para o perfil da Soledad.

Pedretti: Pode passar aí. Caraca, eu nem sabia disso. Pode passar. Essa história é... Caralho, eu não pensei nisso. Olha só que loucura. Pode passar. Só um pequeno comentário. Quando você fala do DOI por extenso, eu não sei se todo mundo pesca a que a

sigla se refere. Então, talvez valha a pena botar. Porque a sigla é muito mais conhecida por nome por extenso. O DOI-COD é muito mais conhecido por destacamento de operações de informação, de centros de operação de defesa interna. Nesse caso aqui, acho que trabalhar com a sigla também tem um impacto.

Entrevistadora: Verdade.

Pedretti: Você conhece a filha da Soledad?

Entrevistadora: Não.

Pedretti: Dá um segundo, deixa eu ver sua tela.

Entrevistadora: Mas você conhece a filha dela?

Pedretti: Cara, eu diretamente não, mas eu estou em vários grupos. Eu posso estar falando besteira, mas eu acho que eu não estou, não. Tem grupos com ela. Porque tem esse coletivo, não sei se vocês já falaram, de filhos e netos, Em Memória a verdade e justiça.

Entrevistadora: Sim.

Pedretti: E aí, ela, eu acho que está lá também. Deixa eu só confirmar que eu achei aquilo. Depois eu vejo. Acho que eu não estou me confundindo não. Eu só achei que poderia ser legal talvez mostrar para ele. E... E... Depois eu vejo. Mas vai lá, passa aí. Pode passar.

Entrevistadora: E aí aqui, tipo, seriam todos esses quadrados seriam hiperlinks, né? E aí levariam por uma página própria, que teria um texto próprio explicando aquilo, no caso é o massacre, e as pessoas envolvidas. Aí, por último, é quem não pertence à bandeira.

Pedretti: Aqui só uma sugestãozinha de redação, porque na verdade são três capítulos, tem um para trabalhadores, um para camponeses e um para indígenas. Então talvez funcione. Para ficar um pouco mais claro, eu dedico capítulos à morte dos trabalhadores. E não é só a morte, é a perseguição, as violações. E Também no segundo volume tem... População LGBTQIA+.

Entrevistadora: Sim. Verdade. Tem... Tem violação de gênero também, né?

Pedretti: É, violação de gênero tá no primeiro volume até. Não é nem no segundo. É um recorte específico que tá lá como capítulo no primeiro volume. deu mais atenção.

Entrevistadora: Mas é isso, né? É uma perspectiva de gênero sobre as vítimas do terceiro volume, né?

Pedretti: Não é uma questão mais ampla sobre mulheres e ditadura.

Entrevistadora: Ah, sim. Uma dúvida. Em questão da comunidade LGBT, é outra questão, né? Porque não é a questão das mortes e sim da repressão. Por isso que tá no segundo capítulo.

Pedretti: É. No segundo volume. É. **A verdade é assim, essa divisão do que ia para o primeiro, o que ia para o segundo, não tem exatamente a ver, embora isso tenha sido a justificativa da comissão, não tem a ver com nem com a qualidade da informação,**

nem com a densidade da informação. Não tem a ver, em português, claro, com o fato de que existiu uma hierarquia de vítimas na cabeça dos caras. Então, Para você ter uma ideia, eu posso falar porque ele fala publicamente, então não estou contando fofoca de bastidor. O James Wink é um dos autores do capítulo sobre população LGBT, junto com o Renan Kinali, que é um professor da Universidade. O James conta que ele participou de uma reunião da Comissão Nacional da Verdade, em que ele pautou essa necessidade de ter um texto, uma frente de trabalho dedicada à questão LGBTQI, o que esse negócio de viado tem a ver com a ditadura nesse sistema é isso tem a ver com ali uma concepção muito arraigada que acompanha esse campo de modo mais geral a gente tem tentado tensionar mas de novo muito arraigado mas em torno de uma certa compreensão de que é isso, tem uma hierarquização então o capítulo sobre LGBT é muito bom em termos de dados, de qualidades de informação, de comprovação empírica. Não teria nenhuma razão para ele não estar no primeiro volume. A razão é que alguns dos membros achavam que não tinha nada a ver. Tanto é que a grande questão é que no segundo volume os textos são autorais. Os textos não são assinados coletivamente o que são textos autorais tem um membro da comissão que se responsabiliza pelos trabalhadores ou se responsabiliza pelos componentes ou quem diz uma coisa isso aqui são os textos temáticos você tem a verdade do primeiro volume e você tem os temas do segundo volume tem uma diferença aí que é uma hierarquização simbólica sim, entendi entendi melhor agora Inclusive, uma figura muito central desse debate todo... Então faz o seguinte, termina de mostrar, senão também me enrola. Esse é um erro aqui. Cara, incrível. Eu não sei se você sabe, mas eu que colhi esse depoimento da Altair.

Entrevistadora: Ah, é?

Pedretti: É muito emocionante ver isso, ganhar essa dimensão e tudo. E aparecer no teu trabalho.

Entrevistadora: Que legal. Nossa, deve ter sido... Enfim. Pesado.

Pedretti: Agora que você também tá trabalhando com isso, é um trabalho pesado, em geral. A gente lida com coisas muito duras. Volta aí numa história muito louca, né? Porque ele foi removido três vezes na vida. Uma coisa surreal.

Entrevistadora: Mas em contextos diferentes? Contextos diferentes, né?

Pedretti: A primeira é essa que ele conta aqui. A segunda, ele morava na beira da linha amarela, onde fez a construção da linha amarela, no início dos 80, ele foi removido. E foi pra Vila Autódromo. E foi removido na Vila Autódromo no contexto das Olimpíadas.

Entrevistadora: Caramba! É uma repetição, né?

Pedretti: É impressionante. Por isso que é um caso tão emblemático.

Entrevistadora: Eu acho que só antes de fazer perguntas é diferente, tem um que é de colher o depoimento e tem um que é de ler o depoimento, né assim, por mais que tenha o

peso, acho que claro claro, claro sim mas aí aqui acaba aí aqui é o fim e aí seria um botão de voltar mais pro pra bandeira

Pedretti: Mas aí o protótipo em si acaba aqui. Cara, eu... Tenho várias coisas para falar sobre essa... Porque quando você me contou mais ou menos do projeto, eu vim preparado para falar exatamente. Olha, tem que ter uma parte sobre as vítimas que não entraram. Então você já resolveu isso. Mas eu apontaria isso, acho que vale a pena debicar alguma coisa sobre a questão LGBT, até porque é isso, é um tema que está no... Então, talvez dá conta, você colocou ali população negra, favelas, talvez dá conta dessa mesma forma, uma imagem, um trecho de depoimento, também desses outros, dessas outras vítimas invisíveis, indígenas, camponeses, LGBTs, talvez possa ser interessante para demarcar com mais força essa coisa de quem são os invisíveis. Ainda sobre isso, tem uma pessoa que é muito importante nesse debate, se eu não me engano, eu espero não estar falando besteira, mas se eu não me engano é o atual companheiro da lara, que é o Gilney Vianna.

Entrevistadora: É.

Pedretti: O Gilney... Enfim... Eu não sei se você ainda tem relação com a lara, já teve? Tem?

Entrevistadora: Tenho, tenho.

Pedretti: O Gilney é um militante histórico que foi um dos caras que teve a maior coragem de fazer essa denúncia das vítimas ausentes. para você ter uma ideia, no lançamento do relatório, ou seja, o lançamento foi 10 de dezembro de 2014, eles organizam uma audiência pública no Senado, acho que 11 ou 12 de dezembro, e o Gilney está na mesa, e tem a transcrição, não sei se tem vídeo, mas tem a transcrição disso, e está lá o Pedro Dallari, coordenador da comissão, o Gilney, o Gilney faz uma fala assim, foda, foda, falando, olha, legal, beleza, o relatório é maravilhoso, mas vocês criaram duas categorias de vítimas, né, vocês. Ele fala isso na cara do Pedro Dallari, então é muito interessante, assim. E ele estava no governo, né, ou seja, tem um grau de coragem aí, de compromisso militante do Gilney, enfim, muito incrível. Fiquei pensando como você destacou aquela frase ali da Andréia, talvez essa fala do Gilney desse debate. Porque eu acho... Eu acho que é isso. Você foi muito feliz de ter incorporado desde logo essa dimensão das vítimas ausentes. Porque eu acho que esse é o grande ponto de inflexão do debate sobre o Estado Militar nos últimos 10 anos. A gente fez aqui pela Comissão da Verdade da UFRJ chamado Incontáveis. Eu ia te sugerir depois de ter visto que exatamente são seis episódios relativamente curtos, tem 12, 15 minutos, sobre povos indígenas, população LGBT, mulheres, população negra, trabalhadores e o mundo da universidade, da educação. E a ideia de Incontáveis é um pouco essa, trabalhar com essa dimensão de histórias que não são contadas e também corpos que não foram contados. Porque uma tensão muito grande que sempre aparece quando a gente vai construir políticas de memória sobre a estradura é

essa tensão entre o que é o individual e o que é o coletivo. A grande questão do volume 3 do relatório é que, de alguma maneira, ele **hiperindividualiza** um conjunto de lutas e vítimas que, por um lado, é muito importante porque são indivíduos que merecem ter a sua história contada. Então, faz parte da luta dos familiares exatamente esse tipo de iniciativa que você está fazendo, ou seja, que é narrar as histórias, **não só narrar as histórias da violência, mas narrar as histórias de vida, de luta, de militância.** Então, chamar a atenção que não são números, são pessoas que foram assassinadas. Mas, por outro lado, quando você individualiza, você sempre tem que lidar com uma classificação. Ou seja, eu tenho que traçar uma linha e dizer quem fica dentro e quem fica fora dessa linha. É claro que eu estou fazendo esse comentário sobre a comissão, não sobre o seu projeto, porque o seu projeto... parte de uma linha que foi traçada pela comissão e problematiza essa linha ao fazer essa outra parte do site em que você trata dessas vítimas não contadas ou invisibilizadas ou não contabilizadas. Mas eu fico pensando assim... essa imagem, essa que está aqui na tela agora, ela esteticamente, ela é muito forte, ela é muito bonita. E, ao mesmo tempo, **ela é um mecanismo que joga com a coisa da individualização, porque você pode botar, passar o mouse em cima e ir para a página de um indivíduo, ao mesmo tempo, ela dá uma dimensão coletiva.** Mas eu estou pensando se naquela parte das vidas não contadas... que tipo de imagem poderia sintetizar esteticamente essa coisa dos não contados, dos não contabilizados. Não sei se eu me fiz entender, se eu estou viajando aqui, mas o que eu quero dizer é... É que, sei lá, só quero ressaltar que essa é uma tensão. Tem um texto, cara, enfim, Não sei se você está a fim de ler mais.

Entrevistadora: Quero.

Pedretti: Tem um texto que eu acho... Tem dois textos, aliás. De uma autora chamada **Virginia Pequior.** Vou escrever aqui. E ela... Uma autora argentina. E ela acompanha processos de construção de memoriais sobre a ditadura. Argentina, no caso. E ela, a partir de um acompanhamento etnográfico desses processos, ela vai construindo ali perguntas exatamente em torno do que constitui uma vítima da ditadura. Quais são os processos sociais por meio dos quais você consegue individualizar um caso de violência e falar, ah, esse aqui é uma vítima da ditadura, esse aqui não. Onde traçar essas fronteiras? Essas fronteiras são negociadas. Esses textos delas são muito interessantes pra se... Eu posso te mandar os dois depois de um em português e um em espanhol. Mas essa é uma reflexão muito interessante para se pensar exatamente esse desafio que é, porque você está fazendo política de memória, você está produzindo memória, narrativa de memória. E você já está lidando com essa tensão entre as vítimas oficiais e as vítimas não oficiais. Então acho que ler esses textos pode te dar um gás de Uns insights. De reflexão. De pergunta. Que eventualmente podem te levar. A também tentar encontrar. Soluções estéticas. Para isso. Fez sentido o que eu falei.

Entrevistadora: Eu acho que. É muito forte. O símbolo do meu site. Para as pessoas que estão presentes. No terceiro relatório. Para as pessoas que estão ausentes. Não tem um símbolo forte de representação. É, é um pouco isso, né?

Pedretti: Mas tudo bem também, porque o site é sobre o terceiro relatório, é sobre o terceiro volume, né? Que é uma escolha plenamente legítima. Mas eu estou fazendo esse comentário porque como você já incorporou o debate e a atenção, eu acho que valia a pena também dar uma trabalhada nessa atenção.

Entrevistadora: Sim.

Pedretti: Enfim, não estou aqui para te dar mais trabalho.

Entrevistadora: Não, mas é ao contrário. É exatamente isso que eu estou buscando, na verdade. Eu quero saber o que você pensa. O que vem na sua cabeça quando você vê isso. Críticas, elogios. Eu acho que é exatamente isso que eu estou buscando. E principalmente mais textos de referência.

Pedretti: Então, exatamente.

Entrevistadora: Mas para você, você sente alguma coisa que está dentro do terceiro relatório ou dentro da Comissão da Verdade, além disso que você já falou da questão do LGBT, que falta aqui?

Pedretti: Não, cara, eu acho que você deu conta de muitas coisas, e até de maneira muito impressionante, muito criativa, muito interessante. Talvez se você clicar e aparecer o lugar, o episódio, né? parece bem completo uma coisa que eu mencionei ali eu acho que esteticamente é sempre muito interessante são os documentos então às vezes como lá como a comissão no site dela é Colocou também hiperlinks para os documentos que são usados, né? Se você vai no site, você consegue encontrar lá nas referências um link que te joga um documento quando ele é citado. Talvez trazer alguma coisa de documento também, que eu acho que aí é uma questão de experiência própria. Eu acho que isso desperta muito interesse. Entrar em contato ali com a estética da documentação da repressão.

Entrevistadora: Então, quando você for montar outros perfis, além... das fotos e das notícias de jornal.

Pedretti: Não sei, talvez dá uma olhada aí nesse documento que a própria comunidade publica. Vai ser interessante. **Embora tenha uma coisa interessante que você faz, que é fugir de uma estética óbvia, né?** Porque, em geral, eu vou me contradizer, eu falei há dois minutos atrás, que, em geral, coisas sobre a ditadura têm essa estética dos documentos, né? que é meio pesada, meio batida, então você foge disso e isso é legal. Enfim, falei duas coisas meio opostas. Você pode ou trabalhar com os documentos porque eles são interessantes, mas também escapar dessa estética é igualmente interessante. Dista.

Entrevistadora: Mas esse documento que você está falando, como o documento de certidão de óbito, seria esse tipo de documento? nos documentos da repressão.

Pedretti: Então, um relatório do SMI sobre, sei lá, a Soledade. A ficha do militante no DOPS. Os documentos da repressão, provavelmente. Ah, entendi.

Entrevistadora: Você acha alguma coisa confusa, difícil de entender? Alguma coisa que você ficou meio, tipo... Principalmente na questão desse gráfico, dessa bandeira. Alguma coisa bateu para você que ficou mal explicado?

Pedretti: Não, não. Eu achei super... Como é que diz? **Super amigável, super friendly.** A forma de navegar, entender o que é o sentido da coisa. Achei muito claro desse sentido.

Entrevistadora: Legal. E a André tinha comentado isso comigo, que tem alguns historiadores que... Porque ela me deu dois feedbacks sobre os filtros. Que uma é que as pessoas procuram muitos espaços de repressão. Então, exatamente o que você falou, do DOI-COVID... Agora eu não vou saber outros de cabeça. Nesse sentido você consegue pensar em outros tipos de filtro que poderiam ter que poderia ajudar na pesquisa que não seriam esses de região envolvidos não.

Pedretti: Eu acho que ela tem razão na coisa dos espaços acho que isso é interessante como você falou da bola mais alta eu acho que envolvidos os agentes da repressão não sei se é o melhor termo Talvez **agentes da repressão, responsáveis, perpetradores, violadores.** Acho que agentes da repressão é bom. Você colocou jovens e mulheres. Tem um filtro racial, mas ele não é simples de estabelecer. Porque não é exatamente uma categoria trabalhada pela comissão você teria que fazer uma classificação arbitrária sua, quem é branco, quem não é, o que é, obviamente, já uma escolha que te demandaria muitos desafios. Então, se bem que, mas eu, sinceramente, não sei se é o caso, mas a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos fez uma publicação, isso deve ter muito tempo, sei lá, anos, mais, com certeza, que não é a partir da lista da Comissão Nacional da Verdade, mas é a partir da lista deles, da Comissão Especial sobre Mortos, mas fez uma publicação sobre vítimas oficialmente reconhecidas da ditadura negras. Deixa eu ver se eu acho isso aí. Enfim, teria essa possibilidade como fonte, mas, sinceramente, não sei. Porque, de novo, como a comissão é só dar um trabalho com essa categoria, você teria que, meio que, claramente, fazer essa escolha e não acho que seja simples.

Entrevistadora: O que eu ia falar é que eu até pensei nisso, mas o meu medo... Eu acho que é botar uma categoria de pessoas que não estão representadas.

Pedretti: Pois é, tem esse segundo elemento, né?

Entrevistadora: Também... E acabar não representando adequadamente. .

Pedretti: Não necessariamente ruim, mas... Acabar hiperdimensionando esse problema da desigualdade racial no reconhecimento.

Entrevistadora: É, eu ficaria com medo de fazer uma comparação que não seria válida.

Pedretti: Sim. Talvez... Não, eu entendo. Faz sentido. Realmente é um filtro mais difícil de operacionalizar. Cara, eu acho que não. A gente... Quando a gente transcrevia os depoimentos, a gente também botava um monte de filtro. Mas, em geral, era isso. Espaços citados, agentes da repressão citados. Acho que é um pouco isso.

Entrevistadora: Como assim? Na hora da comissão, na hora de transcrever, vocês tinham algum tipo de filtro?

Pedretti: Já pegou lá no site da comissão algum depoimento, a transição de algum depoimento, quando você... Tem lá, só da Comissão Nacional. Quando você pega a transição do depoimento, tem uma espécie de folha de rosto. Aí tem lá nome, local em que foi tomado o depoimento, enfim, informações básicas, assim, né? E aí tem essas informações, locais citados, agentes da repressão citados, Se você der uma olhada lá no site da comissão, você vai ver.

Entrevistadora: É, porque eu acho que eu peguei, mas eu não tinha sacado isso.

Pedretti: Eu acho que tem em todos, mas não sei.

Entrevistadora: É, uma coisa que eu fiz que eu não achei, no caso, uma base de dados, tipo uma planilha. com o nome de todo mundo, com uma descrição, nada disso. Então, o meu processo foi pegar o PDF, transformar a minha biografia das pessoas em uma base de dados e aí lidar com isso. Então, eu fiquei curiosa se, quando você falou isso, se essa planilha que eu descrevi já existe, porque eu não encontrei.

Pedretti: Olha, ela provavelmente existe. E se ela existe, a Andréia deve ter. Não sei se ela ainda tem, mas... Eu tô abrindo aqui o site da Comissão Nacional. Peraí, eu... Você hoje tem acesso a dois tipos de acervo da Comissão Nacional, na verdade.

Entrevistadora: Quais são os dois? O do Arquivo Nacional?

Pedretti: É, um é o site da Comissão. que é onde tem o acesso ao relatório, esses documentos que são citados no relatório estão lá. E o outro é o site do Arquivo Nacional, provavelmente. A gente tem o fundo documental do **Arquivo Nacional, da Comissão Nacional da Verdade, que tem os documentos de bastidores, ou seja, documentos que eles não optaram por botar no site.** Pode ser que essa planilha, isso que eu estou abrindo para ver aqui, esteja lá no arquivo nacional. Mas agora você também já teve um trabalho.

Entrevistadora: Não, mas é porque a minha curiosidade é, talvez existem informações que eu não coloquei, entendeu?

Pedretti: Deixa eu ver aqui.

Entrevistadora: Se eu teria acesso. Por exemplo, eu não consigo ter, eu não tenho nessa planilha que eu criei, é o espaço de repressão. Onde essa pessoa morreu. Talvez nessa planilha exista. olhando aqui. Eu até comentei com a Andréia, ela não tem, mas ela falou que ela foi uma das pessoas que fez, só que ela não encontrou.

Pedretti: Pois é. Pois é. É... É, talvez esteja aqui, mas deve ter um trabalhinho pra... Posso procurar depois. É, depois eu procuro. Procuro aqui por alguns termos, acho muita coisa, então é difícil. Não é tão simples assim. É possível que exista. Você tinha dito que a Andrea tinha falado duas coisas, dois feedbacks. Era esse filtro e outro que...

Entrevistadora: Que foi também um dos grandes motivos que eu falei, vou falar com um historiador, que ela comentou que existe uma referência dos períodos com o time da repressão sobre as organizações políticas. Então teve um período sobre a ALN, um período sobre o PCR... E eu queria saber se você sabe alguma coisa em relação a isso.

Pedretti: Cara, eu não acho que seja tão periodicizado assim. Tem um período no sentido de que um pouco aquilo que está naquela narrativa ali da delação de uma pessoa dado momento, por conta do Marighella, mas aí quando a caçada era em torno do Lamarca e era a comunicação do Lamarca que ficava mais no foco. Depois que houve, quando foi para o Araguaia, o foco era do PCP e depois quando a guerrilha estava eliminada, quase, na verdade já estava extinta e totalmente eliminada, eles foram para cima do Comitê Central do PCP, que nem era da Luta Armada. Então, nesse sentido, Tem, acho que tem momentos em que determinadas organizações eram mais perseguidas, mas eu não sei se daria exatamente uma linha do tempo clara sobre, ah, nesse momento eles estão perseguindo essa, depois essa, depois essa.

Entrevistadora: Entendi. É, faz sentido. O que você acha que é uma limitação da comissão e dos relatórios na sociedade? Teve pouco impacto. Mas o que você acha que pode ter causado isso?

Pedretti: Cara, eu acho que... Pelo menos duas ou três grandes coisas. **A primeira é conjuntural**, a conjuntura política do país. A comissão trabalha no momento em que a crise política está começando a se agravar. Tanto é que quando a comissão entrega o relatório em dezembro de 2014, isso é o final do primeiro mandato Dilma, estava um clima de fim do começa com a nomeação do Joaquim Leipzig no Ministério da Fazenda. A última coisa que o governo estava pensando naquele momento era, depois daquela eleição com a Aécio, etc., era implementar recomendações da Comissão Nacional de Verdade, dar um tratamento àquilo. Então, o debate sobre mortos desaparecidos, sobre a ditadura, sobre o trabalho da comissão, ficou contaminado pela conjuntura de um agravamento da crise política. Mais do que isso, na verdade. **Não dá para sobredimensionar, mas também não dá para ignorar o papel da comissão no agravamento da conjuntura.** Ou seja, isso é uma hipótese que eu defendo, não sei se é consenso, mas parte importante do movimento de reorganização da extrema-direita, e particularmente da direita militar, se deu em resposta à Comissão Nacional da Verdade. Então, a existência da comissão alimentou a crise política. Eu falo isso dizendo que a comissão não deveria existir, pelo contrário. A comissão deveria existir exatamente para fazer disputa política na sociedade. Então, de certa forma,

me parece que isso é um dado. Então, a conjuntura política não era uma conjuntura... como, por exemplo, poderia ser se a comissão tivesse sido realizada mais no imediato pós-ditadura, no que você teria mais aceitação social no entorno de... Nem mais aceitação social, mas você tinha menos brechas para que viessem à tona discursos de apologia à ditadura. Quando a comissão começa a avançar, é o momento que está avançando também as falas públicas de apoio à ditadura. Então, é significa que a memória, ao contrário do que uma certa ideia está inclusive presente nesse campo da memória, verdade e justiça, da justiça e extensão, a parte desse nosso campo arte, **a memória não pacifica nada, a memória não reconcilia, a memória faz parte da disputa da política. Então, quando você faz memória, quando você faz política de memória, quando você faz, por exemplo, uma iniciativa como essa sua, você está fazendo disputa política.** O resultado disso dificilmente vai ser a reconciliação ou a pacificação. Pelo contrário, vai ser a explicitação de uma disputa. Então, eu diria isso de primeira coisa mais geral. A segunda, que é um problema mais interno da comissão, tem a ver com a escolha por **uma dinâmica de trabalho menos pública e mais centrada numa lógica jurídica.** Então, o primeiro ano de trabalho da Comissão Nacional da Verdade foi um ano em que a comissão trabalhou de portas fechadas, rigorosamente. A opção da comissão, quando ela foi instalada, foi vamos ficar dois anos enclausurados aqui e daqui a dois anos a gente solta um relatório bombástico. eles tomaram tanta porrada dos familiares, da sociedade civil, que eles mudaram essa dinâmica no segundo ano do trabalho, principalmente quando o Pedro Dallara assume. Primeiro, claro, o Pedro Dallara não lembra exatamente, mas então a comissão começa a fazer audiência pública, começa a surgir mais matéria na imprensa, a comissão começa a soltar resultados parciais para a imprensa, isso produz ali um efeito importante de chegada desse tema no debate público, isso converte com o fato de 2014, foram os 50 anos do golpe, então tinha um ambiente propício para esse tipo de publicização do problema da violência do testador militar, então ali o segundo ano de Constituição é um pouco mais público, um pouco mais... para uma sensibilização da sociedade, mas esteve longe de ser um trabalho pautado em uma disputa política, de narrativa. **E talvez a principal tradução disso seja o próprio relatório, que é objeto da tua pesquisa, do teu trabalho.** É um relatório que, como você sabe, agora que você está trabalhando com ele, é absolutamente inacessível. páginas, três volumes, seis tomos e nove quilos. O trabalho tem uma... A gente tem a versão física do relatório aqui. Vinha numa caixa que, porra, é pesada. Você imagina como é que as pessoas vão ler isso. As pessoas não leem nada. Imagina se for um trabalho de quatro mil páginas. Então, ainda que no segundo ano de trabalho a comissão tenha feito um esforço para fazer audiência pública, etc., Não houve um esforço de pensar assim, pô, como é que a gente vai traduzir esse relatório, esses achados, em linguagens, em formatos, em suportes capazes de sensibilizar as pessoas? Não tem um

sumário executivo do relatório, sei lá, não tem... Você poderia pensar em N coisas, você poderia pensar em... Um relatório em formato de vídeo, você poderia pensar em pequenos documentários, você poderia pensar em fazer um site que traduz esteticamente como você está fazendo as descobertas do relatório. **Nada disso foi objeto de interesse da comissão.** A comissão falou assim, entreguei, agora está no mundo. Aí tem uma fala que para mim é absolutamente emblemática, que é o Pedro Dallari, às vésperas da entrega do relatório, ele fala o seguinte, em uma entrevista para o UOL, não, porque a gente vai entregar aqui o relatório e eu tenho certeza que quando a Comissão Nacional da Verdade entregar esse relatório, não vai haver mais no Brasil espaço para discursos de apologia de Estado ele está em dezembro de 2014 imagina o quão errado ele estava porque aí tem duas coisas, primeiro é isso é uma crença de que a memória pacifica a crença de que as pessoas vão... É isso, vão entrar em contato com aquilo ali e isso vai diminuir os conflitos em torno das disputas narrativas do passado. Não que isso vai ampliar as disputas. E a segunda crença é uma crença meio luminista, de que a pessoa vai entrar em contato com um depoimento de tortura e vai se sensibilizar em torno daquilo e vai parar de achar a ditadura como Não é disso que se trata. As pessoas acham que a ditadura é boa não é porque elas não sabem que teve tortura, porque elas apoiam a tortura. Estou falando da extrema-direita. **Então, tinha uma ideia iluminista de que, assim, eu vou aqui divulgar um relatório de 9 quilos e essas informações factuais que eu compilei vão produzir um efeito concreto na sociedade, direto e imediato.** Eu não preciso de... Exatamente, eu não preciso de mediação. Eu não preciso... de um trabalho de memória para que as pessoas se sensibilizem a partir do que é o relatório. Então, tem uma lógica completamente com característica primária de que a verdade vai iluminar as pessoas. Só poderia sair da cabeça de um jurista. E... E a terceira coisa que tem a ver com esse problema do volume 3, do volume 2, na verdade, que é o próprio **escopo dessa imagem da vítima da ditadura.** Ou seja, quando a comissão produz um relatório que no limite diz o seguinte, olha... Houve 434 vítimas oficiais da ditadura. Essas vítimas são prioritariamente jovens, brancos, de classe média, do Rio de São Paulo, que pegaram em armas. É muito diferente de você falar, olha, o regime que começou o golpe de 64 foi um regime que produziu fome no conjunto da população, que atacou os direitos dos trabalhadores, que removeu favelas, que promoveu o genocídio indígena. que fomentou a violência de gênero, que perseguiu as sexualidades dissidentes. É muito diferente falar as duas coisas. E a segunda opção é uma opção que te permite ganhar apoio social para essa disputa de memória. Porque aí você pode dialogar com o movimento indígena e o movimento indígena, digamos, comprar o seu barulho e falar, não, esse relatório também é um relatório sobre a população indígena. Você pode ir lá no movimento negro e olhar, não, esse relatório fala sobre a história de violência contra a população negra. Não foi isso que aconteceu. O relatório acabou dizendo, olha, realmente,

quando a gente fala sobre ditadura, a gente está falando sobre 400 jovens brancos que foram assassinados. Ou seja, **você reproduz um aspecto da construção da memória da ditadura no Brasil, que é esse aspecto de limitar o reconhecimento de quem foram as vítimas da ditadura.** Portanto, isso... cria uma certa dificuldade, porque aí o movimento negro vira e fala, mas tudo bem, legal, é importante esse relatório, mas desaparecimento forçado está tendo aqui todo dia na favela. Então, por que eu vou me sensibilizar só com o que aconteceu há 50 anos atrás, se esse relatório não faz um esforço de conectar isso que aconteceu no passado com o que é esse presente de violações? Então, eu diria que também Esse elemento é importante, ou seja, a **reprodução de uma memória limitada em torno de quem são as vítimas da ditadura no Brasil limita o alcance social do relatório da comissão.** Eu apontaria esses três aspectos.

Entrevistadora: Muito bom. Mas aí você acha que, tipo, considerando isso e considerando... os limites do meu projeto, considerando os limites da comissão, você acha que tem espaço para projetos como esse? Você acha que existe, enfim, não sei, porque a minha vontade seria que esse projeto continuasse, não sei dizer assim, realmente colocar, fazendo todas as alterações possíveis, enfim, continuando essa pesquisa de uma forma mais densa, que esse projeto fosse para o ar. Porque isso realmente fosse pra frente. Você acha que tem espaço pra isso?

Pedretti: Acho que tem muito espaço exatamente por conta desse segundo ponto que eu... Primeiro, já não sei, mas acho que o segundo ponto que eu falei, ou seja, **esse é um projeto que se inscreve na lacuna que a comissão deixou, que é como traduzir o relacionamento que é como traduzir o relatório para linguagens e suportes os mais diversos possíveis como é que eu traduzo quatro mil páginas em uma imagem você está fazendo isso isso é muito importante do ponto de vista da comunicação e da possibilidade de alcançar novos públicos como professor de ensino básico eu não posso chegar na minha escola com seis volumes e falar leia mas eu posso abrir esse teu site um dia na minha aula e navegar por ele. Falar, olha, alunos, naveguem por esse site, porque ele está traduzindo o relatório da Comissão Nacional da Liberdade a partir do que são os méritos,** porque eu estou falando dos limites, mas eu poderia passar muito tempo falando dos méritos da Comissão Nacional da Liberdade. Então, o teu projeto está traduzindo o que são os méritos e os limites da comissão numa linguagem que é absolutamente diferente da linguagem amontoadas. Então, acho que tem muito espaço. Inclusive, eu te sugeriria, assim, fortemente, conversar com o pessoal do Instituto Vladimir Herzog. Acho que... Enfim, eles podem ter interesse em conhecer. Eles têm um portal chamado Memórias da Ditadura. Que é bem... Tem dois portais, tem o História da Ditadura, que eu, inclusive, sou editor, que são mais textos de divulgação científica, etc. Mas o do Instituto Vladimir Herzog, Memórias da Ditadura, ele tem umas coisas mais interativas e tal.

Acho que é um diálogo interessante pra você ter lá com eles. Mas, assim, cara, acho que tem muito, muito espaço e sou entusiasta, enorme entusiasta de iniciativas como essa. De novo, muito Verdade, os parabéns mais sinceros, porque é muito bonito, é muito legal, é muito importante ver, é isso, acho que essa é a palavra melhor, essa tradução de um esforço de pesquisa gigantesco, que foi a Comissão Nacional de Liberdade, que por conta desses vários aspectos que eu mencionei, não teve o alcance social que deveria ter tido, como você notou, como você colocou, e que demanda trabalho de memória para que ele se amplie. A gente fez aqui no Rio uma exposição sobre o acervo da Comissão da Verdade do Rio, que foi a comissão na qual eu trabalhei. Por que isso? Porque a gente já trabalhou numa lógica que a gente chamava de político-pedagógico, que era diferente da Comissão Nacional da Verdade, que a ideia era estar sempre... nas escolas, no debate público, etc. Depois a gente fez um relatório que um dos eixos que a gente colocou para o relatório era ter que ser um relatório relativamente curto, textos curtos, com imagem, com letra grande, um relatório esteticamente um pouco mais bonito que o da comissão, enfim.

Entrevistadora: Bem mais bonito.

Pedretti: Pois é. Mas principalmente depois, quando o acervo foi para o Arquivo Público do Estado, a gente é um arquivo digital velho lá no estado. Existe exatamente o problema lá que eu falei do Pedro Dallari. Não é automático a constatação de um fato histórico e a possibilidade desse fato ter um impacto político no presente. Demanda algo no meio do caminho que é um trabalho de memória, que é isso que a gente fez quando fez esse documentário, quando a gente fez cotidianamente, que os familiares fazem cotidianamente. Esse trabalho de memória é muito mais importante, em certa medida, do que o trabalho... Bom, não vou hierarquizar, mas ele é tão importante quanto o trabalho de investigação propriamente, o trabalho de pesquisa, porque senão a pesquisa fica restrita a isso, aos experts, aos estudiosos e Legal, que bom.

Entrevistadora: Você conhece alguém do Instituto? Alguma pessoa que... Conheço. Eu conheço o pessoal lá da área de Memória, Verdade e Justiça. Eu posso colocar em contato lá com eles.

Entrevistadora: Eu adoraria trocar uma ideia com eles também.

Pedretti: Me lembra... Se eu não falar nada, me lembra depois

Entrevistadora: É, eu vou... E também, duas coisas que ficou no meio da conversa, que eu não sei se eu vou conseguir achar com tanta facilidade, é o documentário da UFRJ. E esse discurso do Gilney, como é que eu posso encontrar ele? Não sei se tem um...

Pedretti: Tem essa matéria do Globo aqui que é exatamente sobre isso. Ela tem trechos do discurso, mas não tem discurso na íntegra. Te mandei aqui no chat, mas eu posso... Depois eu acho isso e te mando também. Legal.

Entrevistadora: Só uma curiosidade. Eu cresci frequentando o Gllney e a Yara. Hoje em dia a gente tem menos contato, mas eles foram muito presentes na minha infância. Eles iam nos aniversários da minha avó, então eu tenho muita memória de infância com eles.

Pedretti: Aham. Ah, acho que seria muito legal mostrar esse trabalho pra eles.

Entrevistadora: É, eu... Eu conversei antes de fazer, eu pedi um pouco de permissão pra Yara pra fazer. Só que aí no meio do projeto eu... É isso, é muito delicado. Então eu não queria ficar recorrendo a ela, eu queria meio que terminar um pouco, ver o que as pessoas acham, receber os feedbacks e aí no final mostrar para ela. Até agora eu não mostrei, mas minha banca é em breve. Eu acho que depois da banca eu vou estar um pouquinho menos insegura, vamos dizer assim. Que é isso, né? Muita coisa que ela falou, então...

Pedretti: Claro, claro. Traz esse outro peso.

Entrevistadora: Mas, enfim, se teria mais alguma coisa pra comentar, sugerir, compartilhar, acho que, enfim, tem alguma funcionalidade, detalhe que pode ser interessante?

Pedretti: Cara, eu acho que não. Eu acho que a ideia, a execução tá tudo muito bom, muito bem feito, de novo, esteticamente muito impactante. nessa área. E só te incentivar, cara, a dar continuidade, defender o trabalho, dar continuidade. Acho que tem caminhos pra encontrar formas de botar ele no mundo. Então, só deixar palavras de incentivo mesmo. E parabenizar. Legal.

Entrevistadora: Muito obrigada. Fico muito feliz, assim, de... Enfim, de você ter gostado, de você ter achado que tem um espaço. E Bom, eu te mando. Quando os próximos passos. E em breve eu te mando um e-mail.

Pedretti: Me manda sim. Se eu sequestrar e não mandar nada. Porque é bem possível que eu vou sair daqui e ficar com a minha filha. Então pode ser que eu só volte o computador sei lá quando. Então me lembra que provavelmente vai ser necessário.

Entrevistadora: Tranquilo.

Pedretti: Mas cara, parabéns. Se eu puder fazer qualquer coisa, eu estou super à disposição. Muito obrigado. Boa sorte nas próximas semanas.

Entrevistadora: Bom, muito obrigada pelo seu tempo também, Lucas. Enfim, disponibilidade e tudo. Foi ótima essa conversa, ajudou muito.

Pedretti: Valeu.. Enfim. Muito importante o seu trabalho, parabéns.

Entrevistadora: Obrigada. Tchau,

Apêndice C: Entrevista com Pedro Herzog

Entrevistadora: Então, cara, essa ideia veio quando eu tava trabalhando na Plan B, na verdade, o que foi bem legal porque, tipo, já é um projeto que tava na minha cabeça há muito tempo, que o meu tio, avô, ou seja, irmão da minha avó, ele foi assassinado durante a ditadura. Enfim, marcou muito a minha família, minha família não fala muito sobre isso e eu sempre fiquei com muito curiosa e aí eu resolvi pegar o terceiro relatório, não sei se você sabe essa divisão, mas a comissão tiveram três relatórios finais, três volumes finais. O primeiro, ele é um pouco o copilado geral, então são as conclusões, quais foram os tipos de violações e o que a Comissão Nacional da Verdade quer fazer e o que ela espera que o Estado brasileiro faça depois. Inclusive, saiu uma matéria recentemente na Globo falando sobre isso. O segundo são relatórios com temas específicos, então sobre a situação indígena, sobre a violência de gênero, são situações mais específicas. E o terceiro, que é o que eu tô validando, são os perfis. Então, são 434 vítimas de acordo com esse relatório e cada perfil ele tem uma foto da pessoa, uma mini biografia contando um pouco da vida dela e falando sobre os autores do crime e é um compilado um pouco do que eles descobriram durante a comissão, de quem foi essa pessoa e o que aconteceu. E aí, o que eu fiz? Eu peguei esse relatório e eu transformei uma base de dados, porque não encontrei planilhas sobre isso, nada. Transformei nessa base de dados e tô criando agora um protótipo, que é primeiro, é como se fosse uma visualização geral, que seria como que você, enfim, percorreria por esse site, então tem uma narrativa interativa e depois você entra nos perfis. E aí, então, tem essa visualização geral e agora, para o protótipo, eu tenho dois perfis, que é do Arnaldo e de mais uma pessoa, Arnaldo, meu tio. Mas aí, a ideia da conversa é meio que mostrar para você e você me dizer o que você acha, o que você pensa, se você tem feedback, enfim, vou adorar saber a sua opinião. E aí, eu não vou ler, porque se não, enfim, fica no ritmo da minha leitura. Aí você vai lendo, você vai me dizendo para continuar, eu interajo por aqui, vou compartilhar minha tela, mas aí você vai me dizendo o que você vai pensando enquanto a gente passa pelo site. Beleza?

Herzog: Beleza. Vou até botar você aqui numa tela maior aqui, para ver melhor. Calma, deixa eu botar. Isso é um vídeo?

Entrevistadora: Isso é um vídeo. Enquanto tem poucas pessoas, mas a ideia é ter todos os nomes e todas as fotos.

Herzog: Os quatrocentos e tantos que estão no relatório?

Entrevistadora: Exatamente. Todos têm foto? Todos, não. Todos têm espaço para foto, nem todos têm foto, porque tem pessoas que não foram identificadas.

Herzog: Oh, meu Deus, como é o nome do cara do filme lá, do Ainda Estou Aqui, ele tá nesse relatório? O Rubens Paiva, tá. Isso, tá, né?

Entrevistadora: Ele e o Marighella são os dois perfis que têm mais história, assim. Tem alguns que têm uma mini-biografia de, enfim, de um parágrafo, e tem pessoas que têm várias páginas. Os dois têm uma história mais completa.

Herzog: Entendi. Mas... Sim. Pode passar, é?

Entrevistadora: É, isso, você vai me avisando quando for para passar. Aí estão os quatrocentos.

Herzog: Legal esse infográfico, gostei disso. Isso que aconteceu foi um hover? Ou você clicou?

Entrevistadora: Isso foi um clique. Aham.

Herzog: Então, quer dizer, a pessoa, na verdade, tem que clicar em cada um, é isso?

Entrevistadora: Exatamente.

Herzog: Mas deixa eu entender, clica no que tem tracinho cinza e é clicável também, ou não? Só o... Tipo, eu posso clicar em qualquer quadradinho?

Entrevistadora: A ideia é assim, mas por enquanto não, você só consegue clicar no do Arnaldo, que é o único perfil que existe. Mas seria cada retângulo uma pessoa. Certo. E aí está escrito aqui pequenininho. Realmente são os dados da Comissão Nacional de Verdade. Então, são realmente essas pessoas, não é nenhuma invenção estética, nada disso.

Herzog: Entendi. É, entendi, que aí até pra você completar ali, você tirou dois em cima e um embaixo, cada lado. Exatamente. Pra você centralizar, pra fazer a bandeira. Mas entendi, então por exemplo, um cinzinho aí que está rolando, que não tem tracinho, nem vertical, nem horizontal, seria simplesmente uma pessoa, um homem que morreu e que não está desaparecido, é isso?

Entrevistadora: Exatamente. Tá, ok.

Herzog: Então eu entendi. Ótimo, essa era uma das perguntas que eu ia fazer pra ver se você entendeu no final, mas tá bom. Mas acho que também a pessoa podendo clicar em qualquer coisa, ela vai entender, obviamente, ela vai deduzir. Mas legal, gostei. E aí na verdade você está aí, Belo Horizonte, militante, e aí vai clicar ali e vai pra ficha desse camarada.

Entrevistadora: Exato.

Herzog: Essa é a página da ficha? É. Essas fotos também são do relatório? Ou você fez uma outra pesquisa?

Entrevistadora: Não, do relatório. Então no relatório tem papel e criança? É, calma, é do Arquivo Nacional.

Herzog: Ah, tá, tá, tá. Não é do relatório, é do Arquivo Nacional. Entendi. E aí aqui você vai ter um scroll que vai ser esse texto que vai embora?

Entrevistadora: Isso.

Herzog: Me avisa quando for. São citações, né? Era filho do Rocha, é o quê? É o texto da

lara Xavier para a Comissão Nacional da Verdade. Mas quem é essa lara Xavier? Quem é a lara Xavier?

Entrevistadora: É a ex-mulher dele que faz esses depoimentos. Ela que fez o compilado das informações dele e enviou pra comissão.

Herzog: Tá, entendi. Não, sei lá, é que eu tô acostumado a, ainda mais quando tá entre aspas assim, seria um depoimento de lara Xavier para a Comissão Nacional da Verdade, não sei.

Entrevistadora: Sim, verdade. Pra ficar mais característico que foi uma coisa que ela falou, né?

Herzog: Tem uma coisa de oralidade aí, né? Não sei. Bom. Arnaldo era um garoto com muitos... É, tem uma coisa assim que eu não sei se isso faz parte dos comentários que eu poderia fazer, mas assim, você tá rolando, né? E aí a gente perdeu o topo, né? Que é onde tem o nome dele, o nome, né? Poderia ter um stick, né? Que o texto corre, mas o nome fica fixo. Pra você não perder essa... Onde eu tô?

Entrevistadora: Sim.

Herzog: Mas beleza, mas enfim, é só um recurso que na hora do protótipo certamente isso vai entrar.

Entrevistadora: Não, mas tá ótimo. Vai fazendo esses comentários, Pedro. Tudo que você pensar aí pode fazer, que... Legal, legal.

Herzog: Não, tô achando muito legal. Acho... Eu tô vendo que você tem duas hierarquias aqui, né? Você tem um trecho de depoimento maior, um pouco maior e um... Não, é porque aquilo é um trecho, né? Entendi. E aí... Então acho que valeria a pena talvez mencionar ali se é uma citação, né? De quem é, né? Aquelas aspas ali. E não sei, eu fico achando que poderia ter mais contraste aí agora, designer, né? Podia ter... Ela poderia ser maior mesmo essa letra. Ela tá pouco maior do que o texto embaixo, né? Pro meu gosto, né? Mas aí... Eu botaria essa letra mais pesada, né? Uma citação, perdão, fez uma citação e mencionaria o autor. Mas vai descendo. Aí esse ALN eu tô vendo que ele tá ali meio... Parece que um vermelhinho, aí eu não sei se ele vai ser clicável esse ALN.

Entrevistadora: Vai.

Herzog: Beleza. Aí entrou o depoimento ali, né? Depoimento, acho que é. Beleza, é esse aí. Esse depoimento, é porque ele tá no relatório, né? Mas existe esse depoimento em áudio ou só de curiosidade? Não é áudio. Foi uma coisa que foi taquigrafada, então?

Entrevistadora: Isso.

Herzog: Entendi. Acho que... Vai lá pra descer. Tá, eu tô vendo ali que se marcou, né? Cuba e Brasil, eu tô imaginando que ele vai ser clicável, é isso? Cuba e Brasil também? Sim. Ou não, é só um? É, é isso. Mas assim, aí... É curioso, né? Porque ali embaixo você tem em Pernambuco, e aí... Embora seja, me parece que vai ser um link também. Por que

que um é de um jeito e o outro é de outro? Não sei se tem um motivo pra um tá dentro de uma caixa pontilhada e o outro tá sublinhado. Não sei, tô achando que... Querendo entender por quê, né? Por que que é diferente um link ali?

Entrevistadora: Sim. O primeiro... Agora, talvez não faça tanto sentido, mas na minha cabeça era país-cidade, então pontilhado são os países que estão, na verdade, dentro de um retângulo, e aí por ser pontilhado é quando ele começou a guerrilha, então lá em cima tá... Enfim, só um retângulo completo, sem pontilhamento. Sublinhado são as cidades, então Pernambuco, enfim, no outro vai ter outro exemplo. Esse retângulo completo, né, com um fio, são os nomes das pessoas, então Yuri Xavier foi outra pessoa que morreu, seria um perfil que existiria dentro do site. E coletoria de impostos de Bodocó, por exemplo, seria também um hiperlink, mas pra essa... Enfim, talvez essa coletoria, por exemplo, não existisse no próprio site, mas existiria um hiperlink levando talvez pra um link externo, como o ALN também.

Herzog: É assim, eu... A sensação que eu tenho é que tá adicionando uma complexidade, uma coisa que... Se falou dessa coisa do pontilhado, assim, eu não captei nada disso, agora, eu acho interessante, por exemplo, essa coisa do Yuri Xavier estar realmente com um estilo diferente por ser uma pessoa, e aí então ele ter esse destaque. Mas pra mim, Cuba, Brasil e Pernambuco, embora tenham essa diferença de país e cidade, na verdade, tudo conceitualmente são locais onde você pode organizar dentro de uma taxonomia, né, de país, estado, cidade. Mas assim, eu não sei se precisa analisar isso no tipo do link, entende? Eu acho que é uma informação muito... Sei lá, acho que ninguém vai entender essa... O que tá rolando. Mas eu gosto de dizer, eu gosto do Yuri Xavier ter um jeito tão diferente justamente porque é uma pessoa, porque aí eu consigo dizer, a pessoa é uma coisa, é um link diferente, porque vai ter uma página pra aquela ficha daquela pessoa. Mas eu não sei se eu faria a diferenciação entre o Cuba, Brasil e Pernambuco, e também não sei se eu faria a diferenciação entre os links externos, porque, no final das contas, tem muita gente que não entende, né, quando não tem o hyperlink, desculpa, quando não tem o sublinhado embaixo, a pessoa não entende que isso aí é um link. Então assim, para efeito de, vamos dizer assim, do fácil entendimento, da acessibilidade dessa coisa, eu colocaria tudo muito simples, uma underline mesmo, assim, Cuba, Brasil, coletoria de impostos de Bodocó e Pernambuco, pra mim todos seriam só uma underline. Eu deixaria só esse destaque pra essa coisa da pessoa, do Yuri Xavier, porque aí você realmente dá um highlight, mas isso que eu tô falando aqui é uma coisa também que eu tô pensando agora, né, é a primeira vez que eu vejo isso na minha frente, talvez, vendo mais pra baixo, talvez isso justifique, não sei.

Entrevistadora: Não, é ótimo esse feedback, eu concordo. Achei complexo, basicamente, por uma coisa simples, né, então assim, sem necessidade, parece.

Herzog: Sim. Mas vamos lá, vamos descendo então. É, o que eu gosto desse São Paulo, pum, é um link, tá claro, não preciso saber se é São Paulo Estado ou cidade.

Entrevistadora: Sim.

Herzog: Aliás, aqui é cidade, né, inclusive. Tá falando na cidade de São Paulo, não é o Estado. Perfeito, aí tem essa coisa do... É assim, eu acho que você ganha, sei lá, uma espécie de, parece que dá uma credibilidade para os documentos, quando tem uma legenda, eu preciso de ver uma legenda disso. Todos, na verdade, se passou alguns aí, tipo umas carteiras de identidade e tal, não sei o quê, sabe aquelas letrinhas embaixo pequenininhas que ninguém lê? Qualquer coisa escrita ali que vai dar credibilidade para essa coisa de ser um documento, né, eu acho que é isso.

Entrevistadora: Sim

Herzog: Ah, tá, sei lá, alguma informaçõzinha só para ter uma legenda, né, um... Um lá, um... Uma coisa de documento, né, uma coisa de indexação, né.

Entrevistadora: Exatamente, uma fonte. É, ali, no bairro da Penha, São Paulo, sei lá, vai ser um link só, vão ser dois links ali, mas... E ali, no caso, esses nomes aí, Francisco e Manuel, viriam naquele outro estilo, vermelho, né.

Herzog: Sim. Cheio, né, a caixa é cheia. Não sei. Aí, por exemplo, eu não sei se é isso que eu estou entendendo, o João Henrique de Carvalho, conhecido como Jota, ele é uma pessoa que existe nessa... ele é uma das quatrocentas e tantas pessoas que está nessa base, esse João Henrique de Carvalho, enquanto que o Marivaldias Chaves do Canto não está na base, é isso?

Entrevistadora: Isso.

Herzog: Um é vermelho e o outro não, é, perfeito. Aí eu entendo, que esses que estão em vermelho são verpetes, vamos dizer assim, né, dessa base.

Entrevistadora: Exatamente, aí tem ... Aí o que que aconteceu, que tem um buraco aqui, eu não entendi esse espaço aqui, que ficou meio vazio.

Herzog: Ah, foi... é, ficou... Ah, entendi, entendi, entendi. Só que eu não descobri direito. Uhum. Aí se, por exemplo, cemitério Parque da Colina e Cidade Natal, eu vou clicar aí, ele vai me levar pra algum lugar? Vai ter uma página do cemitério Parque da Colina ou é um link externo? É isso.

Entrevistadora: Acho que nesse caso teria... aí, na verdade, foi uma boa pergunta, porque eu vou ter que pensar, porque realmente vão ter lugares que não vão ter. Mas eu acho que esse cemitério, no caso, tem muitas pessoas que foram enterradas lá, então eu poderia fazer um hiperlink pra todas as pessoas que foram enterradas nesse cemitério.

Herzog: Junto com a Arnaldo. Entendi. Entendi. É, isso é... é, perfeito. Ao invés de você cair na página do item de cemitério, você vai cair em uma filtragem das pessoas que estão relacionadas com aquele cemitério.

Entrevistadora: É, eu acho que esse seria o ideal. Só que vão ter lugares, por exemplo... É, talvez serem... Pernambuco, por exemplo. Todas as pessoas que passaram por Pernambuco, não necessariamente morreram em Pernambuco, eu teria que entender como que... como seria feito isso.

Herzog: É... Bom, aí eu... Bom, depois a gente pode falar sobre isso, hein? Mas vamos lá, vamos tentar conseguir. Eita. Entendi. Ó o... Caralho. Caralho. Não tô vendo a sua citação, né? Mas depois disso... Assim... Bom, você... Chegou em algum... Chegou no final, já? Ou não? Tem mais?

Entrevistadora: Ah, tem mais. E aí... Teoricamente, volta pra bandeira... Voltou, aham. E aí na bandeira... Você consegue usar filtros, então, por exemplo... Aqui seria a bandeira por completo, mas a bandeira sem sudeste. E sem norte. A bandeira... Sem jovens. Bandeira sem mulheres.

Herzog: E aí... É isso, né? Assim, vamos lá. Eu achei sensacional isso aqui, mas ... Mas... Eu gosto muito dessa... Dessa visualização. Acho ela, né... É um... Uma carga dramática nela. Mas... Pra visualizar, eu gostaria de ver também um mapa do Brasil. Pra fazer isso que você fez, essas filtragens de... De... Dessa... Você quer mostrar o tamanho dessa... Dessa distribuição, né? No mapa, eu acho que seria muito interessante de ver. Entendeu? Continua valendo isso, mas acho que também seria interessante o mapa. Principalmente pra esses filtragens. Porque você faz norte aí, o negócio faz... Meu cérebro dá um... Deu um pau aqui. Mas faz de novo pra eu me acostumar com ele. Acho que... É, sudeste. É porque fica muito curioso isso. Nordeste. Porque... É engraçado que você tá... Tá certo, né? É tipo norte lá em cima. Tipo, tem uma lógica. Tem uma lógica, só que ela não é perfeita. Porque... Tem uma proporção muito diferente de quem mora... Morre no sudeste, no nordeste e no norte. As proporções não são boas. Então foi... Existe um pensamento... Só que não é... Só que existe um pensamento, mas... Não é justo, por exemplo, aqui no norte, né? A parte das pessoas mortas e das desaparecidas, elas ficam separadas. Isso não seria o ideal. Pois é. Tem uma coisa nessa visualização que não combina com esse tipo de recorte. Talvez... Os outros sim, né? Jovens, mulheres e... Peraí, volta lá. Descrição. Jovens, mulheres... Por que que não tem? Eu não entendi. Peraí. Jovens... Os dois tão com a mesma... Eu não entendi. Por que que... Porque não tinha o que era um traço ali. A mulher é... Traço vertical. E o jovem é tracinho horizontal. É isso?

Entrevistadora: Isso.

Herzog: No negócio. Aí aqui, os dois tão com os dois tracinhos. É isso que eu não tô entendendo. Não deveria ser... Jovens... Só o tracinho horizontal e as mulheres... Só o tracinho vertical. Ah, você tá ligando e desligando. Entendi. É, não. Eu acho que... Eu acho que... Será que é isso, gente? Eu tô achando que tá tendo uma... Umbiguidade agora. Nesse ícone de marco. Do que que você tá escolhendo. Porque você tem esse... Jovem é

tracinho. E mulher é tracinho vertical. Aí quando você bota essa... Quando tudo virou xizinho... Aí não sou esse meu nome. Acho que deveria ser uma bolinha. Sei lá, qualquer coisa. Diferente. Pro cara... Simplesmente marcar, né? Dizer o que ele quer.

Entrevistadora: Sim.

Herzog: E aí o que tá acontecendo é que... Esses quatro camaradas aí... Carlos, Sérgio, Isaac e Alcides... Eles não tão funcionando ainda. Mas esses quatro... Que são responsáveis pela morte de todas essas pessoas? Não?

Entrevistadora: Não, não. Eles são... Só... Era só pra mostrar que... Daria pra fazer isso. Eu tenho uma planilha que tem todos os envolvidos. Aqui seriam só os quatro envolvidos. Autores dos crimes. Que mais mataram. Que são esses quatro. Por enquanto eu só tô conseguindo selecionar e desselecionar o Ustra. Mas a ideia era só... Mostrar que eu conseguiria... Se isso fosse pra frente... Colocar todos os duzentos envolvidos nos casos.

Herzog: Tem duzentos? Então a gente tá falando aqui já de quatrocentas e tantas pessoas... Mais duzentos de... Vítimas e mais duzentos e tantos de mortos.

Entrevistadora: Exatamente.

Herzog: E esses envolvidos vai ter... Ficha também? Vai ter... Pagina? Quer dizer, eu vou clicar no brilhante e vou saber todos que ele matou? Tipo, vai ter uma lista dessa... Entendeu? Poderia ter, né?

Entrevistadora: Sim, poderia ter. O perfil do envolvido, né?

Herzog: Ou não, né? De repente não tem que ficar dando pau pra essa gente também. Não sei. Aí... O que faz mais sentido? Não sei. Acho que também existe um que é de culpa, né? Quando você vê que o Ustra matou... Trinta pessoas dá um...

Entrevistadora: Exato.

Herzog: Acho que é da forma como você coloca a coisa. Sim. Mas assim, olhando pra esse gráfico, só pra fechar o que eu... A minha sensação é que você deveria deixar bem clara... Diferenciar esses ícones aí, onde você marca o que tá selecionado. Pra ficar diferente da tua legenda ali, que tá rolando ali atrás. Porque parece que tem uma... Uma sobreposição de signos aí. E... E essa coisa da região... Eu falei, né? Que eu queria ver um mapa. Mas depois também... Você falou que tem uma... Uma lógica aí regional meio... Solta, né?

Entrevistadora: Mas existe.

Herzog: E como também a gente sabe que esse documento não esgota... Todas as pessoas que morreram. Então assim, quantitativamente... Pode ser muito falho, né? No final das contas, né? Que pode ser que aqui, nesse documento... Dos quatrocentos e tantos mortos... Pode ser que tenha realmente... Sei lá, não tô falando aqui, mas... Sei lá, uma preponderância de gente no Sudeste. Mas pode ser que tenha morrido muita gente... Sei lá, no Nordeste, que não foi... Que não tá nesse documento. Não sei, tô imaginando, entendeu? E aí o relatório... E aí esse gráfico poderia ser meio... Misleading, assim, né? De

parecer que durante a ditadura morreu mais gente no Sudeste. Quando talvez... Isso é só o resultado desse relatório, né? E não necessariamente de uma realidade. Não sei como é que é isso.

Entrevistadora: É, exatamente isso. Tem uma página que eu falo sobre isso também. Mas é, tem muitas pessoas que são subnotificadas.

Herzog: Pois é, e aí... Se a gente faz essa... Como é que se diz isso? Quando a gente começa a trazer esses gráficos... E... Parece que dão um verniz matemático, estatístico no negócio. Mas, na verdade, é uma estatística em cima desse documento, né? E não uma estatística em cima de uma realidade. Pode ser até que seja igual. E que seja representativo. Não sei. Não sei se eu tô conseguindo me explicar.

Entrevistadora: Não, não. É isso, inclusive. Deixar bem claro que esse gráfico aqui representa uma estatística... Do documento. Do que existe de documento. Mas a gente sabe que morreu muito mais gente. E que a gente não sabe. Se de repente... O gráfico seria muito diferente, por exemplo. Sim. Se fosse um mapa, né?

Herzog: Eu tô, na verdade, me desdizendo. O que eu quis dizer é... Se a gente botasse isso num mapa... A gente induziria a pessoa a achar que realmente esses números... Representam os casos reais e tal. E não, né? Fazendo desse jeito que você fez aqui. E fica, talvez, mais amarrado ao documento. Talvez seja realmente melhor isso. Enfim. Muito legal. Não sei. Não sei. Ih, caraca.

Entrevistadora: Agora ficou sim. E aí teria esse botão de pesquisa. Então, por exemplo. Solidade Barret. Aí você conseguiria entrar no perfil dela.

Herzog: Perfeito. Mas, desculpa. Sim, você fez uma busca. E vai cair... É. Ah, entendi. Ele vai iluminar. Você vai botar a solidariedade. Ele vai só iluminar. É legal ser confuso, tá? Eu não tô dizendo que não é legal. É legal ser confuso, mas a pessoa tem que ter a opção de conseguir sair da confusão. Mas eu gosto muito do visual. Como eu falei, me impactou, eu achei muito interessante de cara. Eu bati o olho e falei, ué, que legal. Deu vontade de entender, mas aí quando eu comecei a entender, eu falei, caraca, que coisa complexa.

Entrevistadora: Mas é porque é isso mesmo, é muita informação. Deu vontade de entender e quando você entendeu, você preferiu ficar confuso.

Herzog: É, eu falei, caraca. Não, é que são essas opções, né, que eu acho que você tomou algumas dessas opções desses símbolos e aí, de repente, ficou interessante visualmente, mas na hora de você querer extrair a informação mesmo, você fica com mais dificuldade.

Entrevistadora: Sim. Que é homem, é jovem, é idosa, o que que eu tô vendo? Sim.

Herzog: Mas vamos lá, vamos seguir. Mas aí, iria pra página dela. Perfeito. Aí, por exemplo, aquele Rafael Barretti ali, ou aqueles outros nomes ali, que eu tô entendendo que não tá naquele vermelho sólido, eles não existem como verbetes na base. É link? É. Mas aí, é link pra onde? Pra... deixa eu pensar, na verdade.

Entrevistadora: Acho que, na verdade, qualquer nome eu vou destacar, porque eu destaco também o nome do meu avô, e eu acho que quando for link, talvez ter o... vou ter que pensar, na verdade.

Herzog: O *underlying question*. É, exatamente, acho que a questão é essa. Destacar, beleza. Pode botar um bold ou esse vermelhinho aí, que eu acho que tá bem sutil, talvez. Botar um bold eu acho que pode ajudar a dar um pouco mais de superfície pra esse vermelho. E não botar o *underlying*, só deixar o *underlying* quando é link, pra não confundir a galera. E usar aquele sólido quando é um verbete. Aí é curioso, até a gente poderia ter dois, né? Poderia ter o vermelho, que é vítima, e se for ter perfil de... como é que é o nome? Desenvolvido.

Entrevistadora: Desenvolvidos, de repente botam, sei lá, um cinza, um preto, sei lá, uma cor diferente, pra não misturar o espelho, né?

Herzog: Pra eles terem... Um visual diferente, uma cor diferente. Pra não misturar essas pessoas, né? Vítimas e... Autores. Essa é ela? Essa é ela. Então, mesma coisa, sempre legenda pra dar aquele suporte pra informação.

Entrevistadora: Nossa Senhora. Que que é isso? Isso eu devia ter tirado. É porque a ideia inicial era fazer por trajetória.

Herzog: Por trajetória você fala? Trajetória da pessoa, é isso?

Entrevistadora: A ideia foi a primeira que eu fiz. Aí tinha todo... um chavisco com um chavisco. Mas aí, enfim, tirei e eu esqueci de tirar. Isso. É, você teria que ter as datas, né? E os locais, né? Pra cada... uma pesquisa, talvez. Era outra coisa. E aí, esse daqui eu tirei, depois eu voltei, depois eu tirei de novo. Aí ficou agora. Entendi. Mas eu vou tirar.

Herzog: Beleza, pode crescer. Puta merda, de cada história horrível, né? Vamos lá. Essa aí. Eu não sei como é que é isso, tá? Mas, assim... Eu não sei o quanto que esse teu protótipo vai funcionar. Mas... É porque o... Vai ter mais coisa pra baixo ainda? Bateixo, baseando, tentem, continuem.

Entrevistadora: Não, acabou.

Herzog: Acabou? A gente tem a bandeira de novo e a ordem progressa. Desce lá, desce lá. A ordem progressa. É só rodar a pé. Olha a Bárbara Castro. Sobe um pouquinho o fogo. Assim... Pô, pra começar, eu acho que esse projeto... Foda pra caralho, assim. Eu acho que a ideia de pegar esse relatório, que deve ser um documento... Quisitíssimo, né? Chatíssimo e tal, não sei o quê. E trazer isso dessa forma, né? De uma forma mais acessível pra todo mundo. Eu acho que é disso que a gente precisa. É... Mas aí, pensando nessa difusão, né? Porque eu não consigo imaginar hoje, em 2025, alguém... Eu acho que a pessoa já não tem mais... Então, por exemplo, se tivesse a opção da pessoa ouvir esse depoimento... Quase que um... Um podcast, sabe? Uma coisa meio... Eu acho que isso pode ser bem legal. E não é uma coisa que, de repente, você precisa fazer. Mas imagina que aqui, do lado, tivesse

um íconezinho de um áudio, sabe? Que eu pudesse escolher, clicar e... Sei lá. E ouvir essa história. Eu acho que... Mesmo que não seja a voz da pessoa, né? Sua voz. A pessoa lendo isso aqui. É o que você falou. Eu não vou ler, né? Mas, assim... Eu acho que é uma maneira dessa informação ser... Mais... Chegar em mais gente, sabe? Eu acho que tem um outro... Uma outra... Um outro tipo de consumo, né? Quando você vê aquela história sendo contada ... Você tem visto esses podcasts agora? O cara começa a falar e já tem uma musiquinha lá no fundo, não sei o que... É um negócio produzido, né? É um... Uma maneira de... Passar essa informação. Então, não sei. Fico pensando que esses... De repente, poderia ter em alguns momentos, assim... Uma coisa de áudio. E aí pode ser até uma coisa que é construída, né? Como eu falei, uma encenação. Um negócio assim... Uma pessoa falando. Não sei. Fiquei achando que pode ter um... Se tivesse vídeo, né? De alguma maneira, também. Algum material em vídeo que pudesse entrar de alguma maneira. Não sei. Porque a gente está falando de memória, né? Está se falando de um... De um... Da memória de uma coisa horrível, né? De um momento que foi... Que o pessoal tentou jogar para debaixo do tapete, né? E aí... Eu acho que esse tipo de projeto, justamente, é... Espera aí. Não vamos esquecer, não. Vamos ao contrário, né? Vamos... Expor para todo mundo, né? E aí eu fico achando que... Se a gente quer, realmente. Se o objetivo é esse, é expor para todo mundo. Que eu acho que é, né? Eu acho que é manter essa memória... Viva e que a sociedade não... Não se esqueça. Então... Todos os recursos que a gente tiver para impactar essas pessoas... Né? A gente... Então, vídeo, áudio... Multimídia... Acho que ajuda a gente a... Chegar em mais gente. É... Eu vou falar aqui, também, de questões de acessibilidade. Agora... Nem tinha pensado nisso, mas acho que... É uma coisa que você tem que observar também. Porque se, também, mais uma vez... A intenção é chegar em todo mundo... Então tem aquelas coisas de... Você poder aumentar o contraste da tela... Aumentar o tamanho da fonte... Sabe? Aquelas... Funções básicas, assim, de... De acessibilidade. Acho importante. Acho que seria, também, importante... Que isso pudesse rolar num celular. Não sei como é que você pensou isso. Ou seja, que a pessoa não precisasse, necessariamente... Acessar via desktop. Então ter... Avaliar... Como seria essa responsividade, né? No caso daquilo que é o gráfico da bandeira do Brasil. Não sei se eu... Né? Como é que... Tivo no... No celular, assim... Não sei se funciona. Não sei. Mas, também, é possível você ter uma coisa que... No desktop, a experiência tem esse gráfico... E no celular tem uma versão que é simplificada, mas que funciona. Entende? Que ele não seja... É... Enfim, é isso, né? Se o objetivo é difusão... Então a gente precisa respeitar essas ferramentas. Que é o celular, é o... Essas coisas. Bom... A acessibilidade... Eu não curto muito, inclusive... É... Mas aqui, nesse caso, eu acho que é uma coisa que pode ser feita, tá? É... Por exemplo, existe um... Aquele Vlibras, que é um negócio que a pessoa bota... Que fica um bonequinho 3D fazendo... É... Libras, né? Só que isso... Quem é... Quem é...

Realmente... Surmudo e tal... Odeia esse bonequinho. Eles dizem que... O bonequinho não tem as expressões faciais e tudo mais pra... E que, na verdade, o que eles gostariam... Se fosse pra realmente fazer um projeto de acessibilidade de verdade... Pra eles... É, realmente, contratar uma pessoa daquelas que fica... Ali embaixo, aqui no canto dela... Essa... Essa... Leitura. Mas... Imagina, isso é uma loucura, porque... Se tem um site desse, aí a pessoa vai lá, segue... Aí o cara quer mudar um parágrafo e tem que chamar a pessoa de novo pra filmar ela que mudou o parágrafo. É um negócio é insustentável quando é uma coisa dinâmica. No teu projeto aqui, me parece que ele é uma coisa que se consolida e fica. Ele não vai ser... Não vai ter muita edição. Então, assim... Poderia-se pensar que a gente poderia ter esse texto todo em libras... Pra que as pessoas... Aqui, pequenininho, aqui no canto da tela. Que se a... Se a pessoa acessar isso, né? Não é um *feature*... Que vai estar o tempo todo, né? Só se o cara quiser, né? Ter essa possibilidade de... Enfim, eu tô falando isso porque eu vivo com esses... Lidando com, enfim... Instituições de memória, né? Museus, bibliotecas, essas coisas... Ele é meio que básico, assim. A gente vai ter que trabalhar com acessibilidade. E... Então... Eu acho que o teu caso aqui não é diferente. Acho que tem que ter esses botõezinhos. Mesmo que você não faça a coisa acontecer, né? Eu tô entendendo que, de repente, não precisa. Mas eu acho legal você lembrar. Ó, vai ter aqui... Sim, eu gostaria, né? Não tinha pensado. É, a gente esquece, lógico. A gente não tá nem aí. Mas... As pessoas valorizam muito isso. Eu acho que é isso, né? Se é uma instituição de memória, a gente tá falando disso, né? A gente quer chegar nas pessoas. A gente tem que usar todos os recursos pra isso. Por aí. Mas, cara, eu gostei. Eu achei muito legal. Muito, muito, muito legal. E muito...

Entrevistadora: Mas só pra... A gente falou que a gente inspirou esse projeto. Pra terminar, tipo, só pra mostrar que teria esses hiperlinks. Então, Massacre do Chacle de São Bento.

Herzog: É, então, isso é um evento. É, um evento. E aí teria o nome das pessoas que morreram nesse massacre. E é pequeno, enfim. Um pequeno parágrafo sobre isso. E aí... Teria também o que você tava falando, né? Tipo... E quem não tá na bandeira.

Entrevistadora: Aí teria também essa página. De quem não pertence à bandeira.

Herzog: Não gostei dessa frase.

Entrevistadora: Não?

Herzog: Eu entendi o que você quis dizer. Quem não pertence a essa bandeira que você fez aqui. Exatamente. Mas parece que as pessoas não pertencem à bandeira do Brasil. Como se fossem traidoras, entendeu?

Entrevistadora: Ah, tá. Sim. Justo.

Herzog: Mas me bateu isso. Mas eu entendi o que você quis dizer também. Mas, assim, eu não sei. Eu pensaria melhor nessa frase. E aí? A maior parte das vítimas identificadas corresponde a um perfil específico das vítimas da ditadura. Afinal, na agitada... Então, tá

vendo? Essa destruição da favela da Catacumba é um evento. É um evento, sim. Porque é isso que você tem que entender, né? Então, no caso, essa página que você mostrou lá antes, que era o do massacre, não sei das quantas, é um evento também. Então, essas duas páginas teriam o mesmo *template*, né? Vamos dizer assim, né? A destruição da favela. Também teriam lá as pessoas envolvidas, ou que morreram, esses tipos de coisa. Igual ao outro que você mostrou. É. Entendi. Tem um erro ali, né? Para cima dos caminhões de lixo, tem um ponto ali. Ah. E aí? Aí termina.

Entrevistadora: Isso é sensacional. Aí seria a única página sem a bandeira também, né? Sem o botão de soltar.

Herzog: Sim, porque ela é uma coisa que... Quem não tá na bandeira, né? Isso. Não é isso que se trata aqui nessa sessão? Mas como é que eu navego? Onde é que tá o menu? Tá lá em cima, não é isso?

Entrevistadora: Pois é, cara. Não teria menu, eu acho.

Herzog: Não, mas vai ter um *burger* ali em cima, na direita. Tipo aquele que abre, né? Tipo pra celular. É. Você diz. Por isso aí, né? Seria isso. Você reconhece só aqui, lá com aquele... No topo da direita. É, mas eu fico... É complicado. Esses não respondem a bandeira, sei lá. Em sessões, né? Eu teria... Talvez o quê?

Entrevistadora: Porque a minha maior... Me perguntaram isso ... Na verdade você é a primeira pessoa de design que eu converso ... Assim, sem ser a Barbara. Mas me perguntaram... E aí eu fiquei muito na cabeça de, tipo ... É circular. Então seria através da investigação. Mas eu acho que falta uma página de... O que é a Comissão Nacional da Verdade? Sobre. É, tipo, um pouco sobre isso. E... Tem que ter uma página de, tipo... Relatório, metodologia... Minha... O Banco de Dados. E aí, então, acho que eu vou criar esse menu básico. Mas é uma coisa assim pequenininha ali na direita... Pra você poder navegar entre essas páginas, né?

Herzog: Porque... Eu entendo que você tem uma linha narrativa, né? Você tem uma... Uma espécie de cronologia que você quer que a pessoa... Passe por essa informação. Mas eu acho que a pessoa... Ela tem que poder saltar de uma coisa pra outra. De alguma forma. Sim. Sei lá. Esse menu. Que não está claro, né? Qual é esse menu? Qual seria esse menu? Se você já falou aí. Tem um sobre, talvez, né? Um texto de apresentação. O que é isso, né? Que você está representando. De repente vai ter uma parte de... Sei lá, créditos, né? Que aí... De repente parte daquilo que está naquele rodapé pode estar nesse... Né? Quando você fala ali do... Da orientação, não sei o quê. De repente isso pode estar numa página com um texto um pouquinho mais... Sei lá, uma espécie de resumo do teu projeto. Não sei. Não sei se existe isso. Não sei. Estou pensando aqui que você poderia pensar nessas... Nisso como um sitezinho, né? Porque eu acho que a ideia é essa, né? Isso fica... Disponível, né? E aí as pessoas têm que... Poder navegar. Eu acho que esse seria o

objetivo.

Entrevistadora: Mas eu entrego na semana que vem. Então, tipo... É, entendi. Eu acho que, tipo... Vou entregar como protótipo. Mas... Gostaria muito de que fosse alguma coisa que fosse pra frente, assim. De tentar transformar isso em alguma coisa de memória, sabe? Acho que esse seria o sonho.

Herzog: Então... E aí que eu ia falar, assim, porque... É... Não sei se você lembra, né? Do Shiro, né? Da plataforma que a gente trabalha todos os projetos de acervo. Esse troço fala muito a língua do Shiro, né? Assim, isso tudo que você está mostrando aí, né? De você ter as pessoas. E aí você tem as pessoas que estão relacionadas com eventos. As pessoas que estão relacionadas com... Regiões do país. As pessoas que estão relacionadas com... Com várias coisas, né? É mais ou menos assim como a gente estrutura, né? A informação dentro do Shiro. Então, de cara, a primeira coisa que eu... Fico com vontade de fazer, realmente, é de te ajudar a montar isso no Shiro, né? De a gente montar na área administrativa como que seria esse cadastro, né? Dessa ficha das vítimas, dos envolvidos, né? De cada ficha, né? Dos eventos, dessas coisas que a gente viu aí. Que são esses *templates*. A gente já conseguiria... Isso é uma coisa que a gente consegue fazer bem rápido. E o que eu acho mais legal desse projeto é que a quantidade de itens que têm que ser cadastrados é razoável. Não é um negócio inviável. Dá pra fazer. Se juntar, sei lá, duas, três pessoas, vai rapidinho fazer esse cadastro, sabe? De todo mundo. E a gente conseguir ter, realmente, esse gráfico montado dinamicamente. Eu acho isso muito legal. Eu acho que a gente tem que fazer. Se você não tiver quem te ajude, pode contar com a gente. E... E é isso. E a gente, pô, vamos fazer, cara. Vamos botar esse site aí, essa memória aí pra... Pô, tem que ser.

Entrevistadora: Pai, pra mim é um sonho. Tipo, de verdade, assim. Claro. Eu fiquei o tempo todo pensando no Shiro, pra ser sincera. Tipo, ficou muito na... Eu acho que é isso. Ficou muito na minha cabeça. Porque foi na época que eu já tava pensando nisso. Então, veio muito do Shiro. Claro que eu lembro. Tipo, acho que... O raciocínio vem muito dele, talvez. Sim. Mas, pra mim, eu acho que esse seria o ideal. Tipo... Cara, colocar isso pra frente...

Herzog: Vamos fazer, cara. Vamos fazer. Se você tivesse me falado antes, a gente já tava com ele mais pronto agora. Mas, como é? Agora, pra semana que vem. E acho que é isso mesmo, né? É um trabalho de conclusão. Não precisa tá o troço funcionando. Mas... Depois a gente pode... Pode montar e... Isso é rápido, cara. É rápido. Isso aí... Não é... Não é mexer as cabeças. Quer dizer... O que vai dar mais trabalho é esse cadastro. Mas, como eu disse, é um número razoável, né?

Entrevistadora: É, e também... Tipo, são coisas que... Não existe muita... Existe um certo nível de pesquisa. Mas... No sentido de... Tem um PDF com tudo isso. Né? Não é muito

complexo achar essas informações. Esse texto. As pessoas já tem isso pronto.

Herzog: Eu pensei aqui uma ideia bizarra. Não sei se faz sentido. Mas... Porque tem um edital da Finep. Que é um edital bizarro. Bizarro. Que é pra apoio só pra coisa de acervo. Eles querem projetos de acervo. E você não pode fazer uma proposta de menos de um milhão. A proposta tem que ser, no mínimo, um milhão. E aí, obviamente, não é... É tudo. É a pesquisa. É o cadastro. De qualquer maneira, um milhão. Puta que pariu, mundinha. Mas, assim... Eles dizem que é o mínimo que a gente pode fazer. A gente tem que... E não sei. Agora me ocorreu aqui. Será que a gente não consegue escrever isso nesse troço? Qual é o nome do edital? Da Finep. Vou te mandar aqui. Te mandei o link aí pra escrever esse edital. Não sei se tá num momento bom pra você... Sair do teu foco aí, mas... Só pra você saber que existe.

Entrevistadora: Não, é... Pedro, é exatamente isso que eu quero fazer. Não tá entendendo? É isso que eu quero fazer, eu acho. Escrever no edital, botar isso pra frente, sabe?

Herzog: Vamos tentar, então. O prazo... É ridículo. A gente tá fugindo. É daqui a uma... Tipo... Uma semana. Não, não. É prazo do término do envio, do cadastro. É, não... Então, esse que é o problema. A gente tem que entender ... Porque isso aqui... Eu tenho que ler. Eu acho que tem que ter uma instituição. E aí, no caso, a instituição, eu tô entendendo que é a própria comissão. Entende? Deveria ser. A instituição... Que deveria estar propondo isso. Pra ganhar... O ideal seria que fosse a própria comissão.

Entrevistadora: É, mas a comissão não existe mais. Ah, não? Não, foi de 2012 a 2014. Eles estão abrindo um edital de novo, pra reabrir. Mas ela não existe.

Herzog: Organizações que seriam possíveis... Seria tipo... Rapidinho, rapidinho. Fala, Angela. Oi? Tá bom, já te respondo. Um minuto. É... É o seguinte. É... É porque eu tenho uma prima... Que ela tá trabalhando lá na casa de Rui Barbosa. E ela entende dessas coisas de edital, de não sei o quê. Não sei se pode ser através da casa de Rui Barbosa. Ter um projeto que vai falar desse... Sabe, eu acho que isso pode dar certo também. Através de alguma... A gente precisa de uma instituição. Que vai... Porque a FNEP não vai dar dinheiro pra gente. Não vai dar... Entendeu? Pra uma instituição que vai... É ... Mas você não tem nada, tipo... Parentesco com o Instituto Wagner Zog? Não, né? **Entrevistadora:** Não. Não, mas eu tenho com o do Museu da Pessoa. Que é... Eu só não sei se o fato de ser em São Paulo... Talvez o FNEP... Eu não sei se... Se é só Rio ou se é Brasil todo.

Herzog: Vou ter que ver. Acho que é Brasil todo, né? Deve ser. Eu tenho que me informar, tá? Eu tava, assim, lendo isso, assim, muito por alto. Mas eu não tava nem com nenhuma ideia. E aí, agora, esse troço aí... Não sei. Pensei que poderia ser.

Entrevistadora: É, outra... Eu não sei se... Quando você diz instituição, eu não sei se tem esse tamanho. Mas, tipo... Existem a... A Comissão de Mortes Desaparecidos, que ainda

existe. Mas eu não sei muito bem qual o tamanho deles. Se seria esse tipo de instituição. E tem também a Memória Tortura Nunca Mais. Uhum. Existem organizações que eu acho que são pequenas, talvez. Não sei se... Uhum, uhum, uhum. Sim.

Herzog: É, eu vou... Cara, eu vou conversar. Vou conversar com algumas pessoas pra ver se surge alguma ideia. Também, se não for esse ano, pode ser no próximo. Acho que também não tem que ficar, também, na loucura. Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Independente, inclusive, de se vai ter ou se não vai ter o financiamento, a gente vai fazer esse negócio. Se ninguém vai... A questão não é essa. É lógico, se a gente puder ganhar dinheiro com isso ... Melhor.

Entrevistadora: É, às vezes... Eu não sei se existem outros editais que a gente também poderia...

Herzog: Existem, existem. É que esse é um edital bem específico de acervo, né? Tem o... É que... Por exemplo, o Itaú Cultural faz também, né? Mas é porque esse teu projeto tem uma questão... Ele é muito político, né? Eu não sei se isso é uma coisa que o Itaú, por exemplo, ficaria feliz em... Eu não sei. Eu não sei. Pode ser que sim, pode ser que não. Eu não faço a menor ideia. Eu acho que ... Eu não... Talvez eu esteja vendo com um olhar viciado e achando que isso não tem o perfil, mas, de repente, super tem.

Entrevistadora: Eu não sei. Sim. Faz sentido o questionamento, né?

Herzog: É porque o Itaú Cultural, né? É uma coisa de cultura. Tem pintura, tem fotografia. Não tem morte, sabe? Eu não sei qual é o lance deles. Mas pode ser que eles olhem isso e achem incrível, como eu também estou achando. Então, posso perguntar também. Eu acho que a gente pode... Conversar mais depois que você passar teu processo e teu... Concluir, né? Depois que passar essa maluquice. A gente pode marcar, em 2026, um dia para a gente mostrar o cheiro. Você vê se... É... Se você... Eu tenho certeza que você vai...

Entrevistadora: Não, é... Eu acho... Eu lembro, Pedro. Tipo... Não, mas é que molho melhorou.

Herzog: Mudou muito?

Entrevistadora: Não... É... Melhorou, melhorou.

Herzog: Ah, que bom. Sim, não. Está evoluindo bastante. Sempre menos do que a gente gostaria, mas... Aí vai evoluindo. Devagarzinho a gente chega lá. Maneiro. Mas está rolando. Está super rolando. A gente está fazendo agora o Museu da Língua Portuguesa. O Museu do Amanhã. Tudo com cheiro.

Entrevistadora: Que legal. Está muito legal. Caraca, sucesso total. Total, total.

Herzog: É isso que eu estou falando. Eu acho que a gente tem que, agora, pegar esse teu projeto aí. Cadastrar todo mundo. E botar num edital desse. E... Botar para... Botar para a Ju. Cozinha nos dedos.

Entrevistadora: Maneiro. Vou fazer essas alterações que você me falou. E, tipo... Vou

defender agora. Vou ver o que a banca acha. Vou fazer as alterações da banca. E... Ano que vem... Te mando uma mensagem?

Herzog: É isso. Vamos fazer. A hora que você quiser, a gente instala o Shiro. Bota num servidor, assim, de homologação provisório. Para você já começar a ir preenchendo. Você tem esses documentos na mão, mas ... Você vai... Já vai preenchendo. Maneiro.

Entrevistadora: Deixa eu ver se eu tinha mais uma pergunta pra você. Enfim, tem alguma outra coisa que você... Outro comentário que você acha que eu posso aprimorar? Outra coisa que veio na cabeça que talvez você não tenha dito na hora?

Herzog: Não, acho que falei pra caramba. Acho que eu falei. Se eu lembrar, eu te falo. Mas acho que não, acho que falei. Beleza.

Entrevistadora: Tá bom. Então, cara, muito obrigada. Enfim, que bom que você gostou do projeto.

Herzog: Adorei, adorei e já quero trabalhar nele. Depois a gente se fala.

Entrevistadora: Valeu, Pedro. Beijo, tchau,